

CONSELHO DIRETOR
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Ata da 1.005ª

Sessão de 15/12/2020

1 1.005^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos quinze dias do mês de
2 dezembro de dois mil e vinte, às quatorze horas, reúne-se, excepcionalmente,
3 através do sistema *Google Meet* de videoconferência, em virtude das tratativas
4 de combate à COVID-19, o Conselho Universitário, sob a presidência do
5 Magnífico Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan e com o comparecimento dos
6 seguintes Senhores Conselheiros: Alex Cavalieri Carciofi, Amanda Caroline
7 Harumy Oliveira, Ana Lucia Duarte Lanna, Ana Paula Araújo Alves da Silveira,
8 André Carlos Busanelli de Aquino, André Carlos Ponce de Leon Ferreira de
9 Carvalho, André Lucirton Costa, Andre Vitor Singer, Antonio Carlos Hernandes,
10 Antonio Carlos Teixeira Alvares, Augusto Alberto Valero Flores, Bárbara Della
11 Torre, Bartira Rodrigues Guerra, Bernardo Luis Rodrigues de Andrade,
12 Brasilina Passarelli, Caetano Juliani, Camilo Zufelato, Carlos Alberto Moreira
13 dos Santos, Carlos Ferreira dos Santos, Carlos Gilberto Carlotti Junior, Carlota
14 Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto, Carmen Silvia Favaro Trindade,
15 Carmino Antonio de Souza, Cristiano Roque Antunes Barreira, Daniel Freitas
16 Porto, Danny Dalberson de Oliveira, Denis Vinicius Coury, Durval Dourado
17 Neto, Edmund Chada Baracat, Edson Cezar Wendland, Elisabete de Santis
18 Braga da Graca Saraiva, Elisabete Maria Macedo Viegas, Emanuel Carrilho,
19 Eny Iochevet Segal Floh, Evelin Capellari Carnio, Fabiana de Sant'Anna
20 Evangelista, Fabio Frezatti, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,
21 Gabriela Cristina Cavalcante, Giulio Gavini, Hamilton Brandão Varela de
22 Albuquerque, Heleno Taveira Torres, Humberto Gomes Ferraz, Ianni Regia
23 Scarcelli, Ingrid Merllin Batista de Souza, Janina Onuki, Jean-Claude Eduardo
24 Silberfeld, João Marcos de Almeida Lopes, Gabriel Rodrigues Alves, Jorge
25 Elias Júnior, José Antonio Visintin, José Soares Ferreira Neto, Joubert José
26 Lancha, Juliana Barbosa de Souza Godoy, Julio Cerca Serrão, Junior Barrera,
27 Léa Assed Bezerra da Silva, Leticia Lé Oliveira, Liedi Légi Bariani Bernucci,
28 Luis Carlos de Souza Ferreira, Luis Eduardo Aranha Camargo, Luiz Agostinho
29 Ferreira, Luiz Henrique Catalani, Maisa de Souza Ribeiro, Manfredo Harri
30 Tabacniks, Marcelo Mulato, Marcelo Papoti, Marcia Cristina Anderson Braz
31 Federson, Marcilio Alves, Marcos Garcia Neira, Marcos Kaue Ferreira de
32 Queiroz, Marcos Silveira Buckeridge, Maria Aparecida de Andrade Moreira
33 Machado, Maria Dolores Montoya Diaz, Maria Helena Palucci Marziale, Maria
34 Laura Souza Mesquita, Marinilce Fagundes dos Santos, Mário César Scheffer,

35 Marly Augusto Cardoso, Miguel Parente Dias, Mônica Sanches Yassuda,
36 Osvaldo de Freitas, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Paolo Di Mascio, Paulo Antonio
37 Dantas de Blasis, Paulo Martins, Paulo Nelson Filho, Pedro Bohomoletz de
38 Abreu Dallari, Pedro Henrique Pacheco, Pedro Leite da Silva Dias, Pietro
39 Ciancaglini, Rai Campos Silva, Raquel Rolnik, Regina Marcia Cardoso de
40 Sousa, Regina Szyllit, Reinaldo Santos de Souza, Renato de Figueiredo Jardim,
41 Renato Paes de Almeida, Rodney Garcia Rocha, Rodrigo do Tocantins Calado
42 de Saloma Rodrigues, Ronaldo Severo Ramos, Rosangela Itri, Sandra Helena
43 Poliselli Farsky, Sergio Muniz Oliva Filho, Silvio Silverio da Silva, Sylvio
44 Roberto Accioly Canuto, Tania Casado, Tarcisio Eloy Pessoa de Barros Filho,
45 Umberto Cesar Correa, Vanderlei Salvador Bagnato, Vânia Ferreira Gomes
46 Dias, Wilson Santana Martins, Guilherme dos Reis Pereira Janson e Gustavo
47 Martineli Massola. Presente, também, o Prof. Dr. Pedro Vitoriano de Oliveira,
48 Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo
49 substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Maria Cristina
50 Ferreira de Oliveira, Cristina Maria Galvão, Antenor Cerello Júnior, Carolina
51 Félix da Silva, Rui Alberto Ferriani, Monica Herman Salem Caggiano, Tirso de
52 Salles Meirelles, Leoberto Costa Tavares, Geraldo Duarte e Ana Maria
53 Loffredo. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Dimas Covas,
54 Flávia Marques Ferrari, Rafael Dangelo Marcondes Severi e Sérgio de
55 Albuquerque. Havendo número legal de Conselheiros, o **M. Reitor** declara
56 aberta a Sessão do Conselho Universitário da Universidade de São Paulo. **M.**
57 **Reitor:** “Boa tarde a todos e todas, agradeço muito sua presença, muito
58 obrigado pela participação, muito obrigado pelo trabalho que vem sendo
59 desenvolvido. Mais uma vez estamos fazendo uma reunião virtual, lembro que
60 exatamente há um ano estávamos em um evento festivo, a milésima reunião
61 de nosso Conselho Universitário. Naquela época chamei a atenção para a
62 importância desse Colegiado e quero repetir algumas coisas que disse na
63 ocasião. O Conselho Universitário é o guardião dos valores da USP, é o
64 defensor de nossa autonomia, o protetor de nossa Instituição frente aos
65 ataques graves que tivemos desde sua primeira reunião em 17 de fevereiro de
66 1934 e, hoje, estamos fazendo a milésima quinta reunião desse Colegiado.
67 Naquela época de 1934, a primeira reunião foi feita na sala da Congregação da
68 Faculdade de Medicina, uma sala ainda existente e a USP enfrentou vários

69 desafios. Tivemos Reitores que renunciaram, tivemos um Vice-reitor com
70 exercício cassado e o Conselho Universitário, de uma maneira brilhante,
71 garantiu a solidez de nossa Instituição. É, de fato, um Órgão de gestão de
72 nossa Universidade. Quero frisar o que também frisei ano passado: que os
73 Conselheiros, as senhoras e os senhores, são dirigentes da Instituição, têm
74 papel legalmente atribuído para isso, não são representantes das suas
75 Unidades ou Grupos, são membros do corpo dirigente da Universidade, que
76 trazem para as discussões as peculiaridades e as necessidades de seu grupo.
77 Isso é importante. Colaboram para decisões que alteram a vida da
78 Universidade. O Conselho Universitário não é um colegiado consultivo, é
79 deliberativo. Portanto, é um momento realmente importante quando temos uma
80 reunião do Conselho Universitário. Esse ano, mesmo em face de uma
81 pandemia, creio que este é um momento de comemoração, apesar das
82 dificuldades sanitárias, dos ataques duros à nossa autonomia, vou confessar a
83 vocês que foram ataques que eu não estava acostumado a ver, pelo menos
84 nas últimas duas décadas, e apesar, ainda, de nossa dificuldade econômica,
85 estamos aqui. Superamos todos os obstáculos e, na minha opinião, hoje
86 estamos mais fortalecidos e melhor preparados para enfrentar os novos e
87 futuros desafios, então nada melhor do que começarmos nossa última reunião
88 do ano do Conselho Universitário com um pouco de arte para começarmos
89 bem a reunião. Peço ao Professor Pedro que, por favor, dê início à
90 apresentação, eu também não sei o que ocorrerá, o Professor Pedro não me
91 contou e permanece como surpresa.” Ato seguinte, o Secretário Geral dá início
92 à apresentação, em vídeo, da performance 'Pai Grande: uma homenagem a
93 Milton Nascimento', realizada pela OSUSP e CORALUSP, com apoio da Pró-
94 Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. **M. Reitor:** “Quero parabenizar a
95 OSUSP, OCAM, CORALUS, enfim, parabenizar a nossa Universidade que
96 mantém esses equipamentos e esses grupos dentro da Pró-Reitoria de Cultura
97 e Extensão Universitária, que são um grande orgulho para nós. Vocês viram
98 agora a competência de nossos artistas em fazer essa apresentação festiva
99 para nós. Assim, começaremos com nosso expediente.” A seguir, o **M. Reitor**
100 passa ao **EXPEDIENTE**, colocando em discussão e votação da Ata da 1004ª
101 Sessão do Conselho Universitário, realizada em 24.11.2020. **M. Reitor:** “Peço
102 que se manifestem aqueles que não são favoráveis ou querem abster-se.

103 Ademais, qualquer mudança mais simples poderá ser feita posteriormente
104 comunicando-se ao Secretário Geral.” Não havendo manifestações contrárias,
105 a Ata é aprovada. Em seguida, o Secretário Geral faz a apresentação dos
106 novos membros do Conselho Universitário. **Secretário Geral: Representantes**
107 **de Congregações:** Prof. Dr. Umberto César Correa da Escola de Educação
108 Física e Esporte (recondução), Prof.^a Dr.^a Raquel Rolnik da Faculdade de
109 Arquitetura e Urbanismo (recondução) e Prof. Dr. Guilherme dos Reis Pereira
110 Janson da Faculdade de Odontologia de Bauru (recondução); **Institutos**
111 **Especializados:** Prof. Dr. Augusto Alberto Valero Flores (CEBIMar);
112 **Representação Discente de Pós-Graduação:** Sr.^a Amanda Caroline Harumy
113 Oliveira (ECA) – recondução, Sr.^a Ingrid Merllin Batista De Souza (FM), Sr.^a
114 Bartira Rodrigues Guerra (EESC), Sr. Raí Campos Silva (FFCLRP) e Sr.
115 Wilson Santana Martins (IFSC). **M. Reitor:** “Sejam bem-vindos os novos
116 Conselheiros, bem como aqueles que foram reconduzidos. Vamos ter pela
117 frente reuniões muito importantes e tenho certeza de que a contribuição de
118 vocês será fundamental”. Ato contínuo, o M. Reitor passa ao item 3. **Relatório**
119 **de Atividades da Controladoria Geral da USP – 2019,** passando a palavra ao
120 Prof. Dr. Renato de Figueiredo Jardim, Controlador Geral da Universidade de
121 São Paulo. **Controlador Geral: (apresentação)** “Seguindo a Resolução nº
122 7105, de 2 de setembro de 2015, a Controladoria é convidada a apresentar seu
123 relatório anual. Esse relatório corresponde ao intervalo de tempo do ano de
124 2019. Eu não fazia parte da Controladoria naquela ocasião, esse é, portanto,
125 um relatório da gestão anterior, cujo Controlador era o Professor Adalberto
126 Américo Fischmann. Tenho uma apresentação rápida, da ordem de 10 *slides* e
127 gostaria de, por favor, solicitar o compartilhamento dessa apresentação. Creio
128 que todos estejam visualizando, então antecipo dizendo aos interessados que
129 qualquer tipo de contato pode ser feito através do e-mail mostrado nesse *slide*,
130 que é o controladoria@usp.br e meu objetivo - e o objetivo da Controladoria
131 nesse sentido - é apresentar esse relatório anual cujo sumário é descrito nesse
132 primeiro *slide*. A primeira parte é dedicada à apresentação e contextualização,
133 parte a qual irei me ater mais; depois temos as atividades desenvolvidas no
134 ano de 2019; o sistema de controle interno - e esse parece ser o ponto mais
135 importante dessa apresentação - e, obviamente, a interface com os meios de
136 controle internos e externos que encerram essa apresentação. Na verdade, a

137 primeira coisa importante, em minha opinião, é que tenho conversado com
138 diversas pessoas e existe uma ausência de um conhecimento um pouco mais
139 profundo acerca da própria Controladoria. Dessa forma, fiz cerca de dois *slides*
140 para tentar instruir o Colegiado acerca do que entendo ser a Controladoria e,
141 principalmente, das discussões que tenho tido com controladores, não apenas
142 de Universidade, mas também de fora dela, de órgãos públicos. No fundo, a
143 motivação da criação da Controladoria, no ano de 2015, partiu de uma
144 solicitação do TCE, ou seja, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
145 Essa solicitação foi bastante focada e um ponto que chamou muita atenção foi
146 acerca dos fundamentos constitucionais do controle interno. Dessa forma,
147 gostaria de falar primeiramente sobre controle. Quando ouvimos esse
148 substantivo – controle - imaginamos que temos dois agentes da KGB de um
149 lado e, do outro, dois agentes da CIA e, na verdade, a Controladoria, se formos
150 buscar semanticamente, é sinônimo basicamente de gestão ou de gerência.
151 Então, no fundo, o que direi agora, baseando-me nas Constituições da
152 República e do Estado de São Paulo, vale-se basicamente desse conceito. O
153 conceito mais importante nessa ceara é o chamado controle interno. Para
154 explicar esse conceito de uma maneira bastante rasteira é, em síntese, um
155 sistema complexo que os órgãos públicos ou instituições são obrigados a ter,
156 não apenas com base no artigo 74 da Constituição da República, lembrando da
157 Lei Complementar 101, que é aquela de responsabilidade fiscal, mas também
158 na nossa Constituição Estadual, que são os artigos que vão do 31 ao 35. Assim
159 sendo, essa atividade que a Controladoria faz - e direi, como o Professor
160 Vahan comentou anteriormente - os dirigentes já fazem, mas no fundo a
161 Controladoria é responsável por desenvolver atividades preventivas e
162 orientativas para verificar um tripé nas instituições públicas. Esse é o tripé da
163 legalidade, transparência e eficiência, isso tudo voltado ao caso das
164 Instituições Públicas, assim, como o autor principal é o controle interno, isso
165 serve para algo que citarei em cinco itens, pois creio que resumem
166 basicamente toda essa função. '1º - avaliar o cumprimento de metas,
167 programas e orçamentos' que esse ente público tem; '2º - comprovar a
168 legalidade e avaliar os resultados de gestão orçamentária, financeira e,
169 principalmente, patrimonial'; outra atribuição no controle interno é '3º - exercer
170 um controle de operações de crédito, seus avais e garantias, bem como dos

171 direitos e haveres da União e do Estado; '4º - apoiar o controle externo', pois
172 da mesma forma que temos o controle interno, que falarei um pouco mais à
173 frente; também temos o controle externo, quando couber obviamente; '5º - o
174 Controlador tem a função de dar ciência de eventuais irregularidades ou
175 ilegalidades aos órgãos competentes desse ente público'. Gostaria de dizer
176 também que os responsáveis pelo controle interno, que tem diversas
177 instâncias, respondem solidariamente de maneira a colaborar, acompanhar ou
178 defender a instituição ou órgão que esteja em tela. Nesse ponto faço um
179 gancho com o próximo *slide* de dizer que os diversos diretores presentes nessa
180 Sessão, de certa maneira, já praticam essa modalidade de controladoria,
181 obviamente no que diz respeito ao controle interno. Sob o ponto de vista
182 teórico, essa é uma classificação, mas que se estende para a prática. Todos os
183 entes públicos, de uma maneira geral, dispõem de três tipos de controle
184 interno. O primeiro deles é o 'autocontrole', que é dito na literatura como
185 realizado pela própria autoridade. Para dar um exemplo aqui, o Chefe de
186 Departamento é uma autoridade, o Presidente de uma Comissão Estatutária é
187 o chefe da comissão e, obviamente, não deixa de ser uma autoridade. O
188 segundo se mostra através do que é chamado de 'controle hierárquico', que é
189 dado pelo superior e, nas Unidades, para dar um exemplo didático, são os
190 órgãos superiores como a Congregação, o CTA e etc.. Na verdade existe um
191 terceiro, que é esse 'controle especializado' no qual encontramos a Ouvidoria,
192 a Controladoria, a Comissão de Ética, a Superintendência de Relações
193 Institucionais e etc. Então, de certa maneira, isso atua como um conjunto de
194 controle interno no qual as instâncias vão sendo cumpridas, é como ocorre no
195 caso do Co, no qual, por vezes, temos de decidir por algo que aconteceu na
196 Unidade e que passou por diversos tipos de controle até que chegasse para
197 nós. Esse tipo de controle, de uma maneira geral e ampliada para todas as
198 instâncias que tem a Universidade, na verdade, deve atuar na prevenção ou
199 correção e pode ao mesmo tempo anular qualquer ato por alguma ilegalidade,
200 revogar qualquer ato ou ação por desrespeito ao interesse público e,
201 obviamente, solicitar e apurar a responsabilização por esse tipo de ocorrência.
202 No fundo, novamente, o controle interno tende a estimular o planejamento,
203 fortalecer a instituição, aumentar a eficiência e facilitar a coordenação entre os
204 diversos órgãos que esse ente tem. Dito isso, darei um pouco do histórico da

205 controladoria. Ela foi motivada por essas arguições feitas pelo TCE e criada
206 através da Resolução nº 7105 na gestão do Professor Zago, em 2015. Lembro,
207 pois eu era membro do Conselho Universitário e logo em março o Professor
208 Fernando Dias Menezes de Almeida já foi indicado pelo Co como Controlador
209 Geral e o Professor Guillermo Oscar Braunbeck como Controlador Adjunto.
210 Quando da saída do Professor Fernando Menezes, que deixou a Universidade
211 para ser Diretor Administrativo da FAPESP, o Co indicou o Professor Adalberto
212 Américo Fischmann e logo depois saiu o Guillermo e foi designado o Professor
213 Thiago Marrara, que continua como Controlador Adjunto e é colaborador
214 inclusive desse conjunto de *slides* que está sendo mostrado a vocês; e nesse
215 ano de 2020, o Co me indicou. Para aqueles que por ventura não conheçam,
216 são esses os indivíduos listados na apresentação. Dentro daquele esquema
217 montado, temos a questão das atividades desenvolvidas no ano. O número de
218 atividades é muito grande e quem tiver interesse pode olhar o nosso relatório,
219 embora ele seja bastante longo e extenso, com mais de 100 páginas, temos
220 algumas que eu selecionei, pois valeria a pena compartilhar com os colegas do
221 Co. O primeiro diz respeito ao apoio ao planejamento orçamentário. Existe uma
222 simbiose muito boa entre a Controladoria Geral, a APO (Assessoria de
223 Planejamento Orçamentário), a CODAGE (Coordenadoria de Administração
224 Geral) e a COP (Comissão de Orçamento e Patrimônio), principalmente com
225 relação a esse pacote grande que existe das diretrizes orçamentárias e o plano
226 plurianual. Na verdade, existe uma conversa na qual o objetivo primário da
227 Controladoria é preservar os preceitos da Resolução nº 7344, de 30 de maio de
228 2017, que é aquela que trata dos Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-
229 financeira da USP. Quem participou da reunião do dia 24 pode ver que houve
230 uma manifestação da Controladoria nesse sentido e agradeço desde já à APO
231 por ter enviado à Controladoria os comentários acerca das sugestões feitas. Há
232 também as chamadas 'atividades de expediente', vou citar algumas delas, mas
233 simplesmente a Controladoria Geral acompanhou as providências
234 administrativas, como por exemplo, a prestação de contas dos parâmetros de
235 sustentabilidade econômico-financeira, a apuração do saldo financeiro, que foi
236 discutido no dia 24, a constituição de uma reserva patrimonial de contingência,
237 que é um dos objetivos primários da Resolução nº 7344, e o caráter vinculado
238 dessa reserva patrimonial de contingência. Isso foi discutido amplamente com

239 esses outros órgãos - CODAGE, APO e COP - no sentido de haver uma certa
240 concordância no que será apresentado a esse douto Conselho Universitário.
241 Outra tarefa cumprida no ano de 2019 - e nesse também - são as atividades
242 relacionadas ao Tribunal de Contas do Estado. O Tribunal de Contas sempre
243 envia para as Unidades uma série de questões e etc... Há o acompanhamento
244 muito próximo pela Controladoria Geral acerca dessas verificações e
245 andamentos sobre esse tipo de solicitações oriundas do Tribunal de Contas do
246 Estado. A Controladoria Geral também acompanha a execução orçamentária e
247 tem de fazer junto com esses órgãos o monitoramento desses parâmetros
248 estabelecidos na Resolução. Além das recomendações, há nesse relatório
249 recomendações às Unidades – que serão obviamente enviadas às Unidades
250 oportunamente. Como havia dito, um ponto bastante importante é exatamente
251 o sistema de controle interno, esse sistema de controle interno vem sendo
252 construído através dos tempos, ou últimos dois anos basicamente, no sentido
253 de criar uma normativa nesse sentido, que foi uma solicitação do Tribunal de
254 Contas do Estado. Novamente, o que ocorreu e posso dizer claramente aos
255 colegas, é que como envolve o sistema de controle interno, ele não depende
256 apenas da Controladoria Geral, ele depende de diversos outros órgãos
257 presentes na Universidade. Dessa forma, existe um conjunto de órgãos que
258 têm de sentar, discutir e trabalhar na normativa que vai gerenciar todo esse
259 conjunto de ações a serem feitas. Penso que foi muito agradável, depois que
260 entrei, ter contato com esses órgãos, como a Procuradoria Geral, a CODAGE,
261 a APO, o EGIDA, a Ouvidoria Geral e a Superintendência de Relações
262 Institucionais. O que essa normativa deve trazer são mecanismos para tentar
263 uniformizar bastante essas ações, darei mais um exemplo à frente, além de,
264 também, delimitar bastante as ações de cada um desses órgãos. Acerca disso,
265 sabemos que a organização de presidentes é importante para criar um histórico
266 e a promoção de segurança jurídica no sistema de controle interno. Portanto é
267 um trabalho coletivo importante e, obviamente, temos de atender ao Tribunal
268 de Contas do Estado. Creio que um ponto bastante interessante a seguir é a
269 estratégia acerca daquilo que estamos fazendo. No caso é definir a normativa
270 e, para tanto, o que fazemos é dividir isso em basicamente três grandes blocos.
271 Como envolve diversos grupos e diversos órgãos, é importante que tenhamos
272 um cuidado especial com isso, então, se olharem na apresentação, temos que

273 essa normativa deve levar em consideração três aspectos: ‘a definição de
274 competências’, a ‘instituição dos integrantes’ e a ‘estruturação das formas de
275 governança’. A primeira delas que é a definição de competências. Temos aí
276 três itens, que são: definir ou atribuir aos participantes, que são todos esses
277 que havia dito – Ouvidoria, EGIDA, Procuradoria, CODAGE e APO – ‘as
278 atribuições gerais’ dentro desse contexto maior. O segundo ponto é definir as
279 responsabilidades compartilhadas pelos integrantes do sistema ou, falando
280 simplesmente de modo mais claro, definir o que cada um tem de fazer e definir
281 atos e ações sujeitas a competência desses órgãos que compõem essa
282 normativa. O segundo ponto é a ‘instituição de integrantes’, que é definir quem
283 de fato participará dos processos, esses que eu já citei fazem parte,
284 naturalmente. E a última parte é a ‘estruturação dessa forma de governança’,
285 ou seja, após ter relacionado todos os integrantes, definir deveres funcionais de
286 uma maneira geral: prever as prerrogativas indutoras de uniformização,
287 padronização e organização dos precedentes; previsão de prerrogativas
288 indutoras de consensualidade; e previsão de prerrogativas gerais de
289 *compliance*, ou forma de agir de acordo com a lei. Esses pontos são aplicáveis
290 a todos esses integrantes do sistema. Para esclarecer um pouco mais, reforço
291 que, como não havia o sistema de controle interno e ainda está em andamento,
292 o que acontece é que a atribuição de uma maneira geral do controle estava
293 pulverizada através de diversos órgãos, de tal modo que é necessário um
294 esforço adicional no sentido de juntar esses órgãos e organizar um pouco mais
295 esse tipo de normativa. Outra parcela é a interface com os meios de controle
296 interno, embora essa normativa não esteja pronta, existem interfaces: uma em
297 relação ao controle interno e outra em relação ao controle externo. Vamos,
298 agora, falar um pouco acerca do controle interno, isso é bastante importante
299 porque um ponto que gostaria de levantar, que está em pauta, é acerca da Lei
300 nº 13.460, de 26 de junho de 2017 que, no fundo, para resumir seu artigo
301 primeiro, que é suficientemente amplo - e para que tenhamos uma ideia geral -
302 estabelece normas básicas para ‘participação, proteção e defesa dos direitos
303 do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela
304 administração’, então isso vale desde as universidades até os hospitais e etc.
305 Na verdade, essa é uma interface bastante interessante que a Universidade
306 terá que ter, mas que está dentro do controle interno. No fundo, esse é um

307 ponto bastante importante que deve ser levado, obviamente, em consideração
308 nessa discussão a ser feita num futuro próximo. Nesse sentido, o que temos é
309 que os órgãos públicos precisam oferecer atividades ou serviços, sejam de
310 prestação direta ou não, à população. Logo, é importante que tenhamos em
311 mente quais são essas atividades ou serviços administrativos que temos para
312 oferecer para a população de uma maneira geral, mas não apenas oferecer um
313 cardápio acerca disso, mas também a forma de acesso a esses serviços e,
314 obviamente, os compromissos e padrões de qualidade. Há uma métrica para
315 avaliar esse tipo de coisa, essa avaliação é feita de modo periódico, como
316 prevê a Lei nº 13.460 da pesquisa de satisfação. Muitos dos órgãos da
317 Universidade já fazem isso. Outro ponto importante é o acompanhamento das
318 atividades da Ouvidoria - e trago um agradecimento explícito à Professora
319 Maria das Graças -; um acompanhamento também das ações de controle da
320 Procuradoria, representada pela Doutora Adriana e pelo Professor Poveda. É
321 importante dizer que esse é um acompanhamento das ações, não é
322 necessariamente a atuação imediata junto à Procuradoria, porque a
323 Controladoria não tem competência nenhuma para realizar sindicância,
324 ouvidoria ou qualquer tipo de correção, ou mesmo para instaurar processos
325 administrativos de ofícios. Essas medidas são feitas por outros órgãos e não na
326 Controladoria da Universidade. Um ponto importante acerca disso é a
327 implementação do marco de participação social na Universidade de São Paulo.
328 Isso deve ser olhado com mais cuidado no próximo *slide*. Alguns pontos
329 avançaram bastante e outros menos, mas o que podemos ver dessa tabela são
330 os instrumentos de participação social, de uma maneira geral, da Lei nº 13.460,
331 o fundamento no comunicado que foi solicitado pelo TCE, a fase de
332 implementação e a adequação do marco legal, então isso está sendo
333 conduzido e precisamos ter um intervalo de tempo para nos adequarmos a
334 esse tipo de coisa. Por exemplo, o quadro geral de serviços tem sido
335 trabalhado arduamente pela CODAGE e EGIDA - aqui vai um grande abraço
336 ao Professor Aluísio Cotrim Segurado - e isso fica, *a priori*, sob a supervisão da
337 CG. A seguir, a 'carta de serviços aos usuários', ou seja, o que chamei de
338 cardápio. Uma coisa que avançou bastante nesses últimos tempos foi a
339 constituição de ouvidorias e relatórios anuais de gestão, principalmente por
340 parte das Unidades, pois isso se ramifica até as Unidades. Podemos ver na

341 tabela que esse já está com uma coloração verde, pois está bastante
342 adequado, houve um aumento, como se pode ver dentro do relatório, houve um
343 aumento significativo da constituição de ouvidorias em cada Unidade
344 constituinte da Universidade. O conselho de usuários que estamos trabalhando
345 para saber como isso será feito, então é algo que ainda estamos discutindo e o
346 método de avaliação, que não deixa de ser uma consequência com relação a
347 isso. Creio que esses pontos resumem bastante a questão do controle interno,
348 então vamos avançar para o próximo *slide* para falar do controle externo. Além
349 dessa relação interna, a Controladoria também tem uma interface com o
350 controle externo, que é feito basicamente com o TCE e o MP - que no caso é o
351 Ministério Público. Tentei resumir isso da maneira mais palatável possível e,
352 nesse primeiro item, temos o controle exercido pelo TCE, tanto em seu aspecto
353 concentrado, que são aqueles acórdãos de julgamento de contas anuais que
354 recebemos, quanto em seu aspecto difuso, que são aqueles aspectos pontuais
355 que são feitos não só à Reitoria, mas também às Unidades administrativas e de
356 despesa da USP. É bem provável que os colegas Diretores tenham recebido
357 alguma coisa com relação ao TCE solicitando algo, em geral isso é passado e
358 distribuído através dos órgãos competentes. O segundo é o controle exercido
359 pelo MP, que vejo basicamente como o centro de gravidade do sistema
360 institucional de apuração de denúncias, que são apresentadas pela sociedade
361 civil contra os poderes públicos. O maior exemplo disso foi a CPI, que se
362 origina através de uma motivação primária partindo no MP. A seguir, temos
363 como abordar o tópico acerca do que a Controladoria tem feito, em particular, a
364 interface com o Tribunal de Contas, uma vez que, cabe à Controladoria apoiar
365 as análises de gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e
366 patrimonial da Universidade. Essa interface ocorre o ano todo e é sustentada
367 nos artigos 70 e 71 da Constituição Federal e da Constituição Paulista,
368 particularmente nos artigos 32 e 33. Algumas sugestões que foram dadas
369 sobre essa via foram em resposta às intervenções feitas pelo TCE, a esse
370 respeito temos a implementação e estruturação de controle interno, a qual
371 gastei um intervalo relativamente grande para comunicar. Esse aspecto está
372 em andamento, mas ainda não finalizado; temos ainda o sistema informatizado,
373 que também foi solicitado pelo TCE, focado no monitoramento da gestão e
374 execução de contratos e convênios - pelo que entendo, isso já foi executado,

375 foi um trabalho feito pelo Departamento de Finanças, sob a coordenação da
376 Mara Jane e de outro colega da Odonto. O terceiro ponto é basicamente tomar
377 decisões acerca de questões pontuais, particularmente candentes, isso é uma
378 das coisas que vem ocorrendo junto ao TCE e que se revela praticamente em
379 todos os *campi* e, diria, em uma parcela boa ou grande parcela das Unidades
380 que estão com obras paradas, imóveis sem destinação real ou útil, edificações
381 operando sem AVCB e etc. Saliento que AVCB é o chamado Auto de Vistoria
382 do Corpo de Bombeiros, portanto isso tudo faz parte dessa interface que temos
383 com o controle externo e, em particular com o Tribunal de Contas do Estado. A
384 parte do MP, em geral, fica mais relacionada à Superintendência de Relações
385 Institucionais e também à Procuradoria Geral, que são parceiros dentro desse
386 escopo de um sistema de controle externo. Portanto, são, sobretudo, esses
387 cinco itens e gostaria de finalizar agradecendo aos membros da CG, que é uma
388 equipe diminuta, ao Professor Adalberto Fischmann, que era Controlador na
389 gestão passada, o Professor Thiago Marrara, que segue sendo o Controlador
390 Adjunto, à senhorita Clair Cruz, que tomava conta da secretaria, e o apoio da
391 Secretaria Geral. Gostaria de deixar bastante claro que como a Controladoria
392 está diretamente ligada à Secretaria Geral, a senhora Cássia Lopes e o senhor
393 Luan Noboa tem colaborado bastante conosco, além disso são esses órgãos
394 que fazem parte desse sistema de controle interno que estão em ordem
395 alfabética: a Assessoria de Planejamento Orçamentário - APO, coordenada
396 pelo Professor Flávio Vieira Meirelles; a Controladoria Geral, já comentada, a
397 CODAGE - Coordenadoria de Administração Geral, dirigida pelo Professor Luiz
398 Gustavo Nussio; o EGIDA - Escritório de Gestão de Indicadores de
399 Desempenho Acadêmico, coordenado pelo Professor Aluísio Segurado;
400 Ouvidoria Geral, dirigida pela Professora Maria das Graças, a PG -
401 Procuradoria Geral, coordenada pelo Professor Ignacio Poveda; e a SRI -
402 Superintendência de Relações Institucionais também coordenada pelo
403 Professor Poveda. A equipe da CG, na Controladoria, é bastante tímida,
404 particularmente o Controlador Geral que sou eu e o Controlador Geral Adjunto
405 que é o Professor Thiago Marrara, temos o prazer de ter o apoio da equipe da
406 Secretaria Geral, particularmente da senhora Cássia Lopes e do senhor Luan
407 Noboa. Por fim, gostaria de convidar os colegas, nós já temos um sítio, isso faz
408 parte e está no relatório, mas não havia sido citado aqui, ele está bastante

409 atualizado e, obviamente, será um prazer poder colaborar com quem quer que
410 seja e o contato conosco é muito simples: controladoria@usp.br. Acho que
411 essa é uma visão geral dos trabalhos da Controladoria, Professor Vahan, muito
412 obrigado, agradeço a atenção de todos.” **M. Reitor:** “Obrigado Prof. Renato, foi
413 bem interessante, pois você foi o primeiro Controlador a explicar o papel da
414 Controladoria Geral com mais detalhes para o nosso Conselho Universitário.
415 Dessa forma, ficamos melhor informados acerca da responsabilidade que tem
416 a Controladoria dentro da estrutura de nossa Universidade. Queria também
417 informar aos conselheiros e conselheiras que faremos a nossa próxima reunião
418 no dia 9 de março de 2021, será em uma terça-feira, às 14 horas, ainda de
419 maneira virtual. Espero que seja a última reunião nossa de maneira virtual. Sei
420 que as reuniões virtuais são problemáticas, nós não interagimos, não nos
421 vemos, vemos apenas alguns dos conselheiros, as coisas ficam um pouco
422 mais impessoais e, às vezes, inclusive, falo algumas coisas que não são bem
423 compreendidas, não são bem entendidas e, como não vejo a face de vocês,
424 não sei a reação que vocês têm e talvez seja por isso que da última reunião, no
425 dia 24 de novembro, para hoje, tivemos muita notícia inverídica ou
426 interpretação errônea circulando em nossas redes. Eu, particularmente, diria
427 um número exagerado, muito excessivo. Assim, para antecipar e não
428 contaminar a reunião de hoje, posto que temos assuntos muito importantes.
429 Quero tocar em três pontos e peço encarecidamente que se não
430 compreenderem o que estou falando, por favor, mandem mensagem para mim,
431 ou procurem o Professor Hernandez, ou avisem o Professor Pedro, porque são
432 informações importantes para os conselheiros e as senhoras e senhores não
433 podem ter essas informações distorcidas, não podem ter informações que não
434 sejam corretas. Primeiro falarei acerca da judicialização da revisão salarial do
435 ano passado, 2019. Comentei isso na posse do Professor Paulo Martins e da
436 Professora Ana Paula Torres Megiani, na Faculdade de Filosofia e fiquei
437 surpreso que vários colegas tenham me mandado e-mail e *whatsapp*, pois eles
438 não tinham entendido a gravidade da situação. Explicarei rapidamente,
439 normalmente o Ministério Público de contas não gosta da nossa autonomia de
440 poder fazer correções salariais todos os anos e, normalmente, o Ministério
441 Público solicita a judicialização ao Tribunal de Contas do Estado. De vez em
442 quando algum conselheiro aceita e envia esse pedido para a justiça, mas até

443 agora o Tribunal de Justiça sempre mandava arquivar. Por alguma razão, pela
444 primeira vez, o pedido foi acolhido e está sendo analisado, depois de 31 anos;
445 é uma ADIN - Ação Direta de Inconstitucionalidade - e semana passada
446 acabamos de ser intimados para prestar informações. Dessa forma, essa ADIN
447 é contra as três Universidades Públicas Paulistas e seus respectivos três
448 Reitores por improbidade. Se hoje a Lei Complementar for revogada, mesmo
449 assim nós não podemos propor ajustes salariais, porque está tudo
450 judicializado, se fizermos quaisquer propostas estaremos incorrendo em
451 reajustes ilícitos e improbidade administrativa por parte dos dirigentes. Se nós
452 não conseguirmos reverter isso em 2022, o CRUESP e o Fórum das Seis tem
453 de fazer um acordo, chegar em um índice e enviar esse índice para a
454 Assembleia Legislativa, para que a Assembleia aprove ou não. Esse é o mais
455 duro golpe para a nossa autonomia nesses 31 anos. Espero que isso tenha
456 ficado claro para todos. O segundo ponto que gostaria de conversar com vocês
457 é a respeito da Lei Complementar e do Orçamento de 2021. Na reunião
458 passada, de agosto, o Professor Fabio Frezatti explicou cuidadosamente que
459 não cabia à COP prever recursos para reajuste de salários, posto que temas
460 desse teor não estão permitidos pela legislação nesse contexto, mas para
461 2022, a COP, em nosso plano plurianual, já incluiu recursos adicionais
462 superiores a R\$ 300 milhões. Inicialmente falou-se que a USP era mais
463 restritiva que as nossas co-irmãs e a mesma coisa falou-se em nossas co-
464 irmãs de modo similar. Portanto, o CRUESP soltou um comunicado deixando
465 claro que as três Universidades estão atuando de um modo articulado e cada
466 uma buscando, dentro de seus regulamentos, minimizar o efeito da Lei
467 Complementar. No caso da USP, conseguimos graças ao apoio da nossa
468 Procuradoria, concluir os concursos encerrados com candidatos aprovados,
469 mas ainda não nomeados; conseguimos manter a livre-docência, pois temos
470 isso dentro de nosso Estatuto; e quanto à progressão horizontal, já tinha sido
471 dado início antes da Lei Complementar. Mesmo depois disso continuou-se
472 insistindo na questão dos recursos, na semana passada saiu um comunicado
473 do CPA que mostra que os recursos que estamos falando são tranquilamente
474 assimiláveis em nosso orçamento. Na última reunião, falei para vocês que
475 nosso problema é legal, o problema financeiro nos conseguimos contornar,
476 pois não estamos falando de recursos absurdos dentro de um orçamento na

477 ordem de R\$ 5 bilhões. O terceiro ponto que gostaria de falar de com vocês e,
478 peço encarecidamente que me escutem, é sobre o Estatuto de Conformidade.
479 Terei de fazer o histórico e peço desculpas, pois temos alguns conselheiros
480 recentes, que talvez não conheçam o histórico e é muito importante que esse
481 histórico fique claro. O Estatuto de Conformidade foi uma reivindicação de
482 nossos alunos, porque o regime disciplinar vigente é de 1972. Na gestão
483 anterior, o Professor Zago aceitou esse pedido, constituiu um GT em julho de
484 2017, esse GT tinha representantes do Co, CLR, CAA, aluno de graduação, de
485 pós-graduação, Superintendência Jurídica, Comissão de Direitos Humanos,
486 Procuradoria Geral, de tal modo que era uma Comissão ampla para estudar o
487 tema. O GT, quando começou a trabalhar, decidiu fazer um trabalho mais
488 amplo, mais completo, abrangendo toda a comunidade. Preciso lembrar a
489 vocês que hoje nós, docentes e servidores, temos nossa atuação regida pela
490 Legislação Estadual, que é de 1968 - talvez o ano lembre algo a vocês. O
491 poder que hoje eu tenho e que meus antecessores tiveram é muito grande.
492 Felizmente, pelo menos nas últimas duas décadas, os reitores e a reitora que
493 estavam em exercício, não utilizaram esse poder que têm. Então, a Comissão
494 achou importante fazer um documento mais amplo, não só restrito aos alunos,
495 mas aproveitando que temos autonomia, para também fazer um estatuto que
496 incluísse professores, servidores, professores sênior, pos-doc, em síntese, todo
497 mundo. O ano passado, o Professor Floriano apresentou as grandes diretrizes
498 aqui nesse Conselho Universitário e, naquele período, foi dado um prazo para
499 que todos os conselheiros pudessem dar contribuições e foi feito isso. Como o
500 GT já estava desmobilizado - os alunos já formados, alguns docentes
501 aposentados -, o Professor Floriano, sozinho, assumiu a tarefa de fazer a
502 conclusão do texto, com a contribuição dos membros do Co. Dessa forma, no
503 começo desse ano, na reunião de 10 de março – lembro que está na ata e eu
504 informei ao Conselho que o trabalho já havia sido feito, relatei a proposta da
505 Reitoria de realizar uma consulta pública com toda a comunidade, mas eu não
506 faria nada disso sem novamente informar aos membros do Conselho acerca do
507 que está acontecendo, da versão na qual está o documento. Além das
508 contribuições que vocês deram no ano passado, a consulta pública seguiria os
509 procedimentos de uma experiência que considero de sucesso no município de
510 São Paulo, nosso colega que era Prefeito foi muito feliz na sua estruturação,

511 mas devido à pandemia o, processo parou. Na reunião do dia 24 de novembro,
512 cuja Ata nós acabamos de aprovar agora, desculpei-me por não ter iniciado o
513 processo por causa da crise sanitária, mas como vemos que a crise sanitária
514 está demorando muito, resolvi dar o pontapé inicial, resolvi iniciar o processo,
515 mas antes de fazer a consulta pública, novamente em respeito à importância
516 que as senhoras e senhores têm como membros do Conselho Universitário, eu
517 tinha de mandar o documento original para vocês, inclusive montamos um GT
518 técnico para a sistematização das sugestões recebidas e o documento circulou
519 entre vocês, portanto, o que está circulando é um documento básico que ainda
520 não foi submetido à comunidade, mas parece que isso não ficou claro.
521 Portanto, minhas amigas e meus amigos, circulou nas redes sociais que eu
522 estava, no apagar das luzes, colocando e impondo um estatuto que seria
523 votado hoje. Como semana passada saiu a ordem do dia e não estava lá, saiu
524 uma nova versão dizendo que eu incluiria hoje como pauta extra. Felizmente,
525 vocês me conhecem, mas isso deixou alguns colegas nossos preocupados, os
526 dirigentes ficam preocupados com toda a razão, tivemos até mesmo diretores
527 pensando em convocar congregações extraordinárias, mas meus caros
528 colegas, nós estamos dando apenas o pontapé inicial, nós vamos testar um
529 novo modelo na nossa Universidade e é obvio que a palavra final será dada por
530 esse Conselho, então não há necessidade dessa insegurança e nem mesmo
531 dessa suspeita. Vocês me conhecem há anos, fui Vice-Reitor, fui Pró-Reitor,
532 não sou alguém novo que está mostrando suas garras ou coisa desse tipo. E
533 mais uma coisa que quero falar com vocês, uma consulta pública não
534 enfraquece as instâncias de decisão, como esse Conselho, pelo contrário, a
535 consulta pública tornam as decisões desse Conselho Universitário mais fortes e
536 mais legítimas. Então, não estamos decidindo nada, vocês, como conselheiros,
537 estão tendo o privilégio de ver um texto original, que será encaminhado para
538 consulta pública para toda a comunidade. Por que o Hernandez e eu
539 escolhemos esse texto para começar esse procedimento? Porque esse texto é
540 do interesse de todos - alunos, servidores, docentes, aposentados, pós-docs -
541 e como todos têm interesse, é bom que todos possam dar seus palpites.
542 Desculpe pessoal, acho que falei demais, mas passaremos à ordem do dia
543 com o Professor Fábio Frezatti.” A seguir o **M. Reitor** passa à **ORDEM DO**
544 **DIA. 1 - DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA USP PARA 2021. 1.1 -**

545 **PROCESSO 2020.1.9102.1.0 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Proposta
546 de Distribuição Orçamentária da USP para 2021. **Parecer da COP:** aprova a
547 proposta de Distribuição Orçamentária da USP para 2021 (08.12.20). **Cons.**
548 **Fábio Frezatti: (apresentação)** “A minha função nesse momento é trazer a
549 proposta que a COP recomenda para o Conselho Universitário, referente à
550 distribuição das verbas para o ano de 2021. Temos três tópicos e gostaria de
551 mostrar o *link* desta reunião com a anterior, premissas e projeções – teremos
552 os números, que são as informações que todos receberam – e síntese.
553 Primeiro, é um gancho entender que parte do processo está sendo
554 desenvolvido nesse momento, de forma que tivemos a revisão do planejamento
555 plurianual, ou seja, dos dois anos que ainda temos – 2021 e 2022;
556 posteriormente, discutimos e tivemos a aprovação das Diretrizes
557 Orçamentárias de 2021 e, nesse momento, temos, por uma questão de
558 tecnicidade e de montagem, a distribuição desses valores pelas Unidades da
559 Universidade, num certo detalhamento que permita, posteriormente, seu
560 gerenciamento. A partir das aprovações da reunião de novembro, foi montado
561 esse conjunto de informações, que foram enviados a todos e estamos agora
562 aqui para apresentá-las. Nesse *slide*, temos esse quadro que é importante
563 porque não é simplesmente um monte de números colocados em uma planilha,
564 é um instrumento importante que contém essas estratégias de longo prazo. E
565 no que diz respeito a 2021, temos a permanência estudantil, que é um
566 elemento extremamente importante em qualquer sentido – estratégico,
567 qualitativo, humanístico, social, enfim fundamental para a Universidade –; e
568 temos investimentos em ativos, que representa o conjunto de recursos que
569 devem ser aplicados em equipamentos, edificações, obras de acessibilidade,
570 TI, manutenções de longo prazo e assim por diante. E o outro lado diz respeito
571 à questão da sustentabilidade. Esses dois eixos são fundamentais para
572 entendermos que não temos simplesmente um monte de números e sim algo
573 que reflete um conjunto de decisões fundamentais para a Universidade.
574 Primeiro é o direcionamento da sustentabilidade, ou seja, o comprometimento
575 de 80% não será atingido nesse ano, mas ele continua existindo nas
576 Resoluções que tratam desse tema. Segundo, é muito importante zerar o
577 déficit, tanto o déficit total como – e principalmente – o déficit do Tesouro, que
578 nos sustenta e é a amarração com o princípio da sustentabilidade. O terceiro é

579 a questão da reserva financeira. Tenho certeza que o número '529' representa
580 para nós aqui um sentimento muito importante, é aquilo que garante a
581 continuidade das nossas atividades, não representa valor sem uso ou livre para
582 aplicação, mas algo que é fundamental para a sequência das atividades da
583 Instituição. O segundo tópico são as premissas e projeções. É muito
584 interessante perceber que as premissas são os parâmetros que utilizamos – e
585 tenho que agradecer ao pessoal da CODAGE, que montou essas informações,
586 montou as projeções que nós temos -, mas a definição das premissas é a base
587 para que essas projeções sejam feitas. Nós temos a inflação de 4%, o
588 crescimento do PIB em 2,5% e o crescimento de receitas, na verdade massa
589 contra massa é o total de recurso de um ano contra o outro, apurando o seu
590 percentual, de 4,1%. É importante entender que, como regra geral, a ideia de
591 repor a inflação está presente. Por outro lado, alguns itens desse plano de
592 contas da Universidade têm percentual um pouco - ou pouco mais que um
593 pouco – maiores do que a inflação; e isso decorre de percepção de
594 necessidade que está sendo aqui reconhecida. Então, com relação à Pessoal,
595 isso já foi discutido; com relação a bolsas e auxílios, tem um aumento de 6,7%,
596 ou seja, acima da inflação; a dotação básica, temos, para as Unidades, 4,5%,
597 ou seja, acima da inflação prevista para o período; outros itens básicos
598 seguiram a reposição da inflação; treinamento de recursos humanos, 7,4%.
599 Sobre investimentos estratégicos, vou falar um pouco sobre isso porque, na
600 verdade, como não temos a comparabilidade, coloquei 'não aplicável'. Sobre
601 manutenção, na verdade, o que consta aqui é o ponderado aos vários tipos de
602 manutenção que temos, e é acima da inflação, ou seja, 4,8%; vigilância,
603 transporte e limpeza, 4,5%; Utilidades – água, luz, esgoto, telefones – a
604 projeção oscila entre 4% a 5%; e equipamentos de TI, um crescimento de 7%.
605 O importante é entender que a partir das premissas, os valores são projetados.
606 Esse quadro explica como identificamos o valor total do ICMS a ser
607 disponibilizado à Universidade no ano de 2021, então a partir daqueles R\$ 118
608 bilhões aplicados, os 5,3%, teremos R\$ 5,934 bilhões. Mas foi introduzido – e
609 expliquei na reunião passada – ao que não aconteceu em momentos
610 diferentes, que foi o contingenciamento antes do orçamento ser aprovado. Já
611 aconteceu o contingenciamento depois de ser aprovado no transcurso do ano,
612 esse ano temos uma figura um pouco diferente. De sorte que o total dos

613 recursos do ICMS que teremos é esse número que consta aqui embaixo: R\$
614 5,573 bilhões. Esse próximo quadro também foi apresentado na reunião
615 passada e ele mostra a comparação do ano de 2021 e do ano de 2020, sendo
616 que 2020 é a melhor projeção que podemos ter no momento. Esse número só
617 será conhecido no ano que vem, no fechamento, mas essa é a informação
618 mais próxima que temos nesse momento. Então, mostramos que o ano de
619 2020 termina com um déficit do Tesouro, um número negativo de R\$ 141
620 milhões e no total R\$ 54 milhões. E para 2021 nós temos um déficit de R\$ 84
621 milhões. Olhando as variações, temos um déficit do Tesouro maior do que
622 2020, de R\$ 219 milhões, as despesas crescendo R\$ 162 milhões e esse
623 crescimento está centrado nos 'outros custeios e investimentos', conforme vou
624 apresentar a partir de agora. E o índice de sustentabilidade, o
625 comprometimento, de 84,6%, referente ao ano de 2021. O próximo quadro
626 detalha o total que teremos em termos de entrada, o total de transferência do
627 ICMS de R\$ 5,573 bilhões e os outros itens - receitas próprias não vinculadas e
628 receitas vinculadas, que somam um total de R\$ 5,800 bilhões. O próximo
629 quadro diz respeito à Pessoal e não tenho nada a comentar e o próximo é
630 referente às dotações básicas, onde há as dotações das Unidades, que como
631 eu comentei, houve aumento acima da inflação. Com relação a treinamentos,
632 manutenção predial, serviço de limpeza e contingência, resultado daquilo que
633 comentei com relação às premissas, são valores relevantes em termos de
634 magnitude para o ano de 2021 e o número referente a programas de auxílios,
635 um total de R\$ 94 milhões, com um crescimento de 6,7% em relação ao ano
636 anterior. Vou detalhar essa informação a partir do próximo *slide*. Esse total de
637 R\$ 94 milhões é distribuído em auxílio moradia, auxílio transporte, livros, auxílio
638 alimentação. Quero destacar que auxílio moradia houve um aumento de verba
639 em relação ao ano passado de 11%, ou seja, mais 900 atendimentos - bolsas;
640 temos também intercâmbio internacional, programa de aperfeiçoamento PAE,
641 bolsas das Pró-Reitorias - e destaco essas bolsas das Pró-Reitorias com um
642 acréscimo de 300 bolsas, 5,7%. E o PAE houve uma variação menor, 20
643 bolsas, uma variação de 1,4%. Destaco que do conjunto de bolsas que estão
644 sendo consideradas para o ano de 2021, bolsas moradia realmente é o grande
645 destaque. O próximo quadro destaca, na parte de cima, o que já foi mostrado,
646 ou seja, o conjunto de bolsas propriamente ditas e, em termos de dinheiro, R\$

647 94 milhões. O que tem de diferente e que não foi mostrado ainda está na parte
648 de baixo, que é o que chamamos de auxílios indiretos, ou seja, além das
649 bolsas propriamente ditas, a Universidade proporciona uma série de outros
650 recursos para que a permanência seja uma efetividade, como custo adicional
651 da gratuidade dos restaurantes. Esses R\$ 17 milhões correspondem ao valor
652 que atribuímos em função das pessoas que não pagam; o segundo custo é de
653 subsídios - se a alimentação custa R\$ 13 ou R\$ 20 e alguém paga R\$ 2, a
654 diferença entre aquilo que é pago e aquilo que custa não deixa de ser um
655 subsídio para toda a camada estudantil. Educação Física e Esportes é uma
656 atribuição de recursos disponibilizados, estágios, saúde, vagas em moradia
657 estudantil, quando se soma o total de R\$ 154 milhões com os R\$ 94 milhões, o
658 número que estamos apresentando para vocês em relação aos recursos que a
659 Universidade de São Paulo coloca como permanência e formação estudantil
660 chega a R\$ 248 milhões, um número muito significativo *vis-à-vis* qualquer
661 referência que tenhamos em termos de orçamento. A COP se preocupou em
662 ter uma referência em relação às magnitudes e no próximo *slide* vou fazer uma
663 comparação. Pareceu-nos interessante fazer uma comparação com as
664 Unidades, significa que se pegarmos as cinco maiores Unidades da USP,
665 aquelas que têm milhares de alunos, qual é a massa de recursos que essas
666 Unidades terão para o ano de 2021. No lado direito consta, por exemplo, a
667 FFLCH com R\$ 268 milhões; Escola Politécnica com R\$ 252 milhões;
668 Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, R\$ 237 milhões, Faculdade de
669 Medicina com R\$ 219 milhões; ESALQ com R\$ 205 milhões; todos esses
670 números estão presentes no documento que todos receberam, estou usando
671 informações que foram compartilhadas anteriormente e nós pegamos aqueles
672 R\$ 94 milhões referentes às bolsas e dividimos pelo total da dotação da
673 Unidade. Isso significa, com relação à FFLCH, por exemplo, que do total de
674 bolsas que foram alocadas para 2021 representam 35% daquilo que uma
675 Unidade como ela, que é a maior que temos, consome por ano. A mesma coisa
676 foi feita com o total de gasto com a permanência estudantil. Dividindo os R\$
677 248 milhões por 266, temos que ele corresponde a quase 93% dos gastos de
678 uma Unidade enorme como a FFLCH durante um ano. Essa grandeza é para
679 percebermos como uma Universidade que tem um discurso pela permanência
680 realmente aloca recursos. A mesma conta foi feita em relação às outras

681 Unidades e quando observamos essa coluna do total, relacionando os gastos
682 atribuídos a essas Unidades, vamos perceber que estamos próximos ou até
683 mais do que 100% do que custa uma Unidade. Então, indubitavelmente, fica
684 evidenciado que a Universidade se preocupa e destina recursos para a
685 permanência estudantil, mesmo em um momento difícil como esse. Na
686 sequência dos itens destacaria a questão dos projetos especiais ligados às
687 Pró-Reitorias, com crescimento igual ao da inflação. Destaco também
688 programas de investimentos estratégicos - item 2.5.5 - que tem um conceito
689 que já apareceu na discussão do orçamento do ano passado e que diz respeito
690 a um recurso que as Unidades podem dispor a partir de projetos. No ano
691 passado a CODAGE recolheu uma série de projetos e ideias de projetos que
692 as Unidades poderiam implementar, mas com o que aconteceu no início do
693 ano, com a pandemia e a evolução da relação com o Governo do Estado, isso
694 acabou sendo postergado. Mas é uma nova oportunidade para que as
695 Unidades realmente utilizem projetos de modernização, de ampliação, que
696 sejam relevantes para os momentos futuros. No próximo *slide* temos um
697 conjunto de itens que chamamos de atividades integradas - assistência médica
698 e odontológica, material bibliográfico, obras da Universidade que não estão
699 localizadas em Unidades, gastos com informática, restaurante universitário,
700 utilidade pública, enfim, um conjunto de atividades que tiveram propostas de
701 distribuição orçamentária, dentro da expectativa da inflação. O último item,
702 embora pequeno, reserva de contingência, que é gerenciada pela COP quando
703 surge alguma questão extraordinária, mas é extremamente importante para
704 que possamos ter respostas rápidas de demandas que possam ocorrer. O
705 quadro do próximo *slide* já foi apresentado na reunião passada, quando da
706 aprovação das Diretrizes Orçamentárias, e mostra nossas reservas. Quanto se
707 fala em reserva é preciso lembrar do número '529', esse número difícil de lidar
708 e graças à manifestação da comunidade como um todo, de uma maneira muito
709 forte, focada e homogênea conseguimos manter. Esse é o recurso que permite
710 que não paremos, e aqui não tem recurso livre para ser utilizado, mas tem
711 recurso que permite as atividades normais, recurso que pague folha, e para
712 que as Unidades continuem suas atividades. Como mostramos números, em
713 um primeiro momento é muito importante entender o que estamos fazendo, ou
714 seja, por traz dessas informações numéricas, quantitativas, monetárias

715 predominantemente, há uma série de elementos que permitem que a
716 Universidade avance não só do ponto de vista vegetativo, mas de crescimento,
717 do ponto de vista das atividades que são demandadas. Então, do lado direito
718 contém estratégias, ou seja, os elementos que são considerados, de alguma
719 forma, atendem à missão da Instituição e as suas demandas prioritárias,
720 segundo resultados, apesar da crise, inclusive financeiros. Os resultados não
721 são bons, ninguém pode comemorar nada sob o ponto de vista de não termos
722 dificuldades, longe disso, mas chegar no mês de dezembro e olhar nossa
723 situação em março, abril e maio e perceber que, por exemplo, o déficit foi
724 menor do que o que esperávamos, que o ICMS foi maior do que o esperado, o
725 índice de sustentabilidade foi menos desfavorável do que esperávamos, isso é
726 motivo de orgulho. E realmente não dá para imaginar algo que não tenha sido
727 uma atividade coletiva. Então, nesse conjunto de pontos fortes, sair do déficit
728 em algum momento - e isso é feito aos poucos ao longo do tempo -, ter
729 reservas e, de alguma forma, controle de gastos, isso nos dá muita confiança
730 em termos de governabilidade. E as fragilidades são as tradicionais: os
731 cenários, porque nesse país é difícil pensarmos numa estabilidade, a palavra
732 ruptura é muito presente, então temos os cenários político e econômico como
733 riscos muito importantes; e a própria pandemia, que de alguma forma trouxe
734 um impacto grande e à medida que tivermos soluções - vacinas, distribuição -
735 certamente teremos uma condição melhor, mas o *time* não está em nossas
736 mãos. Então, uma conclusão importante é que este é um plano viável para o
737 momento, é o que nós temos de melhor em termos de recomendação da COP
738 para o Conselho Universitário. E é fundamental que ele seja monitorado e é
739 isso que vai acontecer no ano de 2021. Para finalizar, os agradecimentos ao
740 André, à Liedi, Luis Carlos, Rodney, Brasilina, Daniel, nossos colegas da COP
741 e muito obrigado ao pessoal da CODAGE, que são extremamente
742 competentes, solícitos, rápidos e ágeis na montagem desse material. Muito
743 obrigado pela atenção." **M. Reitor:** "Muito obrigado Professor Fábio. Faça
744 minhas suas palavras de agradecimento. Agradeço à COP pelo excelente
745 trabalho que está fazendo - Fábio, André, Liedi, Rodney, Luis Carlos, Brasilina,
746 Daniel - é muito bom quando temos um representante discente presente -, à
747 toda equipe da CODAGE comandada pelo Prof. Nussio - com Flávio, Alberto,
748 Mário, Mara e diversas equipes técnicas. Parabenizo pelo trabalho que está

749 sendo feito. Ressalto o que o Fábio destacou: as prioridades continuam sendo
750 a permanência, que teve um aumento substancial por uma prevista de 4% e
751 teve um aumento de recursos de 6,7% e as próprias Unidades, que tiveram um
752 aumento acima da inflação de 4%, foi um aumento de 4,5%. Penso que foi uma
753 postura muito lógica da COP, refletindo a nossa preocupação de que
754 recebendo cada vez mais alunos com necessidades maiores, temos que ter a
755 capacidade de acolhê-los adequadamente, não basta receber o aluno, ele
756 precisa ser acolhido para poder continuar. Passarei a palavra aos Conselheiros
757 inscritos para esse tema." **Cons. Paulo Martins:** "Quero agradecer, antes de
758 mais nada, ao Prof. Fábio, Profs. Hernandez e Pedro, por tudo que têm feito
759 pela nossa Universidade. Tenho duas inquietações pontuais e características
760 de quem tem o tamanho que temos, diante das necessidades que a situação
761 atual envolve e, mais do que isto, diante de uma característica específica que é
762 da FFLCH. Sei que aqui não estamos discutindo miúdo, estamos discutindo
763 graúdo, mas gostaria de deixar muito claro que é uma inquietação da nossa
764 Unidade, com uma das nossas questões, que é a nossa grande Biblioteca. A
765 pesquisa em Ciências Humanas, na maior parte das vezes, depende da
766 Biblioteca. A nossa Biblioteca é nosso bem maior, é nosso orgulho, é aquilo
767 que devemos as nossas teses de doutorado, aos nossos mestrados, aos
768 nossos pós-doc, que são referência dentro da Universidade. Então, estou
769 fazendo um pedido à Universidade de São Paulo, que estamos precisando
770 renovar a nossa Biblioteca, do ponto de vista do acervo. Faz quatro anos que
771 não conseguimos, sob o ponto de vista da licitação geral da Universidade,
772 comprar livros. Precisamos de livros, as nossas pesquisas dependem da
773 pesquisa bibliográfica. Nós temos pesquisa de campo, temos pesquisas
774 práticas, entretanto, a grande massa da pesquisa, inclusive o Prof. Sylvio sabe
775 disso, somos muito fortes em pesquisa, temos muita produção, precisamos ter
776 mais livros. Hoje contamos com 6.200 metros quadrados de Biblioteca, 22
777 funcionários, 200 mil livros e monografias catalogados, afora 200 mil fascículos
778 de periódicos. Diante desse quadro não é possível que no próximo período nós
779 não consigamos fazer uma licitação vitoriosa para livros. Livros são
780 fundamentais. Tenho certeza que junto com a FFLCH temos um grande
781 número de Faculdades conosco, porque precisamos desses livros. Não importa
782 o livro físico, ele é importante, mas precisamos também do livro que não é

783 físico, que é ter acesso às grandes bases de dados. Fico pensando em Breo,
784 Wiley, Cambridge, Oxford e outras tantas. Se desejar universidade de classe
785 mundial, não dá sem uma preocupação prática - não política, mas prática -
786 nesse tipo de coisa. O segundo desabafo, continuando no mesmo item 2.7.3 -
787 o nosso orçamento. Precisamos ter, sim, uma política de continuidade nas
788 nossas coleções - nós temos os itens 1, 2, 4 e não tem o 3 do volume. A
789 terceira coisa é a Base de Dados. Para nós da FFLCH - e tenho certeza que
790 para a grande parte das Unidades -, JSTOR é algo importante. Sabemos que
791 temos a nossa política importante com CAPES, mas precisamos ter JSTOR
792 completo. Não podemos brincar com a nossa pesquisa, com a pesquisa em
793 humanidades - e em outras áreas -, mas estamos hoje sem JSTOR na FFCLH
794 e isso implica, em momento de pandemia, dificuldades sensíveis, não é só uma
795 base de dados, temos outras que não estamos conseguindo acessar. Não é
796 uma crítica, é uma luz que peço dentro desse item de orçamento 2.7.3, que são
797 despesas relativas a material bibliográfico, que tenhamos um cuidado muito
798 importante, porque disso dependem os nossos indicadores, a nossa força, a
799 nossa vez e a nossa hora. A segunda parte é informática. Fizemos um
800 levantamento de rede de antenas e o levantamento feito foi de R\$ 600 mil. O
801 nosso orçamento esse ano está na ordem dos R\$ 4,300 milhões e, como
802 gestor, não posso dispendir R\$ 600 mil, é uma questão de sobrevivência.
803 Então, temos que nos preparar para o futuro breve, sabemos que vamos
804 precisar de antenas melhores, de forma que peço a compreensão de todos
805 nesse Conselho Universitário que entendam que a FFLCH, assim como outras
806 tantas, estão passando dificuldades nesses dois gargalos, que são
807 importantes, e precisamos da atenção de todos vocês. Essa é uma fala de
808 desabafo, mais do que de reivindicação. Muito obrigado." **Cons.^a Raquel**
809 **Rolnik**: "Antes de mais nada, quero cumprimentar o Prof. Fábio e toda a
810 equipe da COP, não só por essa apresentação, mas pelo trabalho super
811 importante que está sendo feito, de planejamento orçamentário e de
812 transparência, em como essas contas se estruturam, baseadas em que e vai
813 melhorando também nossa capacidade de compreensão das possibilidades e
814 limites de atuação na Universidade. Tenho apenas duas perguntas para
815 esclarecimento. Fiquei bastante impressionada com esse relatório, com os
816 quase R\$ 41 milhões de auxílio à moradia, verifiquei no orçamento que são

817 8.500 estudantes que estariam recebendo R\$ 400 mensalmente como uma
818 espécie de bolsa moradia e queria um esclarecimento, se é disso que se trata
819 ou se aí está incluído também os recursos que a Universidade gasta com a
820 manutenção e tudo o que se refere ao CRUSP. A minha segunda pergunta
821 talvez não seja para a instância orçamentária, mas para nós mesmos. Vi que
822 há uma rubrica de projetos estratégicos que não está alocada em nenhuma
823 unidade em particular, mas estaria em aberto para que as unidades pudessem
824 pleitear. Gostaria de saber em que momento e em que instância a definição de
825 quais são esses projetos estratégicos é feita, e como o Conselho Universitário
826 pode participar dessa definição. Obrigada." **Cons. André Lucirton Costa:**
827 "Tenho questões muito pontuais, algumas questões sobre a estrutura do
828 orçamento, que já venho falando em outras reuniões. Primeiro, quero
829 agradecer todo o posicionamento do Prof. Fábio Frezatti na presidência da
830 COP. Muitas das questões que discutimos lá são questões que nos preparam,
831 inclusive, para lidar com as peças orçamentárias, ele sempre tem essa
832 característica de transparência e didática na condução das atividades da COP.
833 Queria deixar esse registro, porque é impressão de todos os membros da COP,
834 pelo que tenho conversado. A segunda questão - já falei das outras vezes e
835 quero ressaltar que passamos um ano muito difícil, tivemos vários problemas,
836 não preciso mencionar e fez com que tivéssemos que nos adaptar a diversas
837 situações de maneira bastante rápida. E apesar disso mantivemos as
838 estruturas financeira da Universidade de pé. Não tivemos muitos problemas
839 com relação aos resultados, apesar de ser um resultado que se manifesta
840 negativo ou um pouco diferente daquilo que foi planejado no orçamento, ele
841 não foi tão catastrófico como se anunciava para o ano de 2020. E as
842 adaptações que a Universidade fez, tanto nas suas atividades como na sua
843 estrutura financeira foram extremamente importantes para termos esse
844 resultado e para nos legitimar com responsabilidade pela autonomia financeira
845 e administrativa que temos. Essa é uma primeira observação. E a segunda é
846 que percebo que as pessoas têm uma certa ansiedade com o que vai
847 acontecer em 2020, e a peça orçamentária é um parâmetro que precisamos
848 seguir, não significa que ela vai se executar exatamente dessa forma. E aí
849 temos a importância do monitoramento constante, são várias coisas que
850 podem acontecer e o monitoramento é tão importante quanto a produção da

851 peça orçamentária propriamente dita. E aí cabe também uma referência
852 específica ao papel da CODAGE e todos os técnicos que estão atuando
853 incansavelmente, dia-a-dia, no monitoramento do que está acontecendo. O
854 sistema que a USP fez, com base no orçamento e no acompanhamento da
855 execução orçamentária dá uma certa tranquilidade para todos nós para passar
856 por tempos turbulentos que virão." **Cons. Marcílio Alves:** "Novamente
857 parabeno o Prof. Fábio Frezatti pelo trabalho detalhado, com bastante estudo.
858 Eu li o trabalho antes, mas mesmo assim fiquei um pouco confuso nas verbas
859 que serão alocadas para os salários de professores, mas em especial para a
860 progressão horizontal. No ano passado também perguntei isso e na época
861 você falou que ela estava embutida dentro de um outro parâmetro, mas eu não
862 consegui me localizar muito bem e gostaria de um esclarecimento nesse
863 sentido. Obrigado." **M. Reitor:** "Parece-me que a Prof.^a Brasilina, que é Vice-
864 Diretora da AGUIA já deu alguma resposta ao Prof. Paulo sobre as
865 publicações, mas não consegui ter certeza. De qualquer forma, passe às suas
866 respostas, por favor." Ato seguinte, o Cons. Fábio Frezatti concede a vez à
867 Cons.^a Brasilina. **Cons.^a Brasilina Passarelli:** "Como Vice-Presidente da
868 AGUIA, venho trazer algum esclarecimento. A AGUIA é a Agência de Gestão
869 Acadêmica da USP, responsável pela centralização das compras, tanto de
870 livros quanto das assinaturas de bases de dados, e foi criada recentemente, há
871 pouco mais de um ano. Consegui apurar alguns dados, depois da
872 manifestação/reclamação muito sincera do Prof. Paulo, da FFLCH. Procurei
873 saber se estávamos com grandes dificuldades de aquisição e a resposta que
874 obtive - estou fazendo uma mediação aqui - é que foram comprados todos os
875 livros que foram solicitados pelas Unidades. No caso das assinaturas dos
876 periódicos, cada um vence em uma época e, realmente, tem um certo *delay*
877 das assinaturas completas, em função que há toda uma tramitação no jurídico
878 também. Então, tem um *time* que não é só o da Agência fazer a solicitação,
879 mas como todos das Unidades sabem, essas compras centralizadas, de
880 alguma forma, causam alguma demora. Por outro lado, nós conseguimos,
881 nesse período de pandemia, fazer negociação de uma série de acessos a
882 bases de dados nacionais e internacionais, principalmente internacionais, que
883 abriram, praticamente sem custo. De forma que estranho um pouco a
884 reclamação, principalmente com relação a essas bases. Acabou de sair uma

885 matéria no Jornal da USP, que a USP é uma das campeãs de leitura de
886 material *on line* da *Web of Science* e 410 mil *e-books* foram disponibilizados
887 para a comunidade. De qualquer forma, pode ser que isso não atenda
888 diretamente o Prof. Paulo, mas de qualquer forma, quis trazer esse informe e
889 dizer que vou levar essa demanda e ver como conseguimos articular isso."

890 **Cons. Fábio Frezatti:** "Marcílio, vou começar por você. No que diz respeito à
891 progressão horizontal, como do ponto de vista de efetivação, ela só ocorre em
892 2022 e hoje estamos falando sobre 2021, realmente tenho que dizer que não
893 tem nenhum valor contemplado. O pedido de esclarecimento faz sentido, não
894 tem problema nenhum, mas nós não temos o que falar com relação a 2022
895 hoje. Com relação aos questionamentos da Prof.^a Raquel, sobre o CRUSP,
896 nesse quadro que consta da página 7, Tabela 'E', lá tem um valor referente às
897 vagas de moradia estudantil - manutenção e conservação, isto é o CRUSP, são
898 os gastos com as pessoas que estão no CRUSP. Na parte de cima, referente à
899 bolsa, sua surpresa com relação aos números, é que as vezes nós não temos
900 as informações disponíveis, mas eles são grandes, são enormes, então são
901 bolsas concedidas a 8.500 pessoas. Com relação aos projetos estratégicos,
902 queria fazer uma junção aos comentários do Paulo. Existe uma verba, uma
903 dotação para o que foi chamado de projetos estratégicos e, certamente, sem
904 conhecer, se considerarmos o Instituto de Física ou a Escola Politécnica,
905 projeto estratégico pode ser um equipamento, um prédio novo, alguma coisa
906 assim; na área de Humanas, uma base de dados ou livros podem ser
907 caracterizados como projetos estratégicos a ser pensado, discutido e
908 trabalhado, independentemente da fala da Prof.^a Brasilina, ou seja, do
909 interesse de termos soluções que já estão sendo encaminhadas. A CODAGE
910 vai nos ajudar nesse sentido, ela vai coordenar essa submissão de projetos e o
911 seu tratamento e acompanhamento." **Cons. Daniel Freitas Porto:** "Quero
912 parabenizar novamente o Prof. Fábio pela apresentação. Assim como falei na
913 COP, sem dúvida alguma, a transparência nesse tipo de informação é
914 essencial, e para que consigamos fazer a discussão o mais qualitativa possível
915 é importante que tenhamos esses dados. Queria ressaltar, assim como fiz no
916 último Conselho acerca das Diretrizes, sobre a importância de ter,
917 estrategicamente, tanto para 2021 como para 2022, o investimento para
918 permanência estudantil. Acho que o Professor apresentou o aumento de 900

919 bolsas do auxílio moradia, que significa um gasto de R\$ 4,320 milhões a mais.
920 E com relação ao CRUSP, havia feito um comentário na última COP e estendo
921 também ao Co, que sem dúvida alguma tivemos um aumento de R\$ 563 mil
922 nos gastos de conservação e manutenção nas moradias, mas que não se
923 encerram nessas moradias, pois há as moradias do interior. E sem dúvida
924 alguma, acho essencial que levemos em consideração os gastos em
925 infraestrutura e manutenção predial também como gastos nas estruturas físicas
926 do CRUSP. Queria também identificar um ponto do aumento de R\$ 213 mil em
927 termos de saúde dentro de permanência estudantil, porque temos vivenciado
928 um momento dentro da Universidade que coloca uma importância muito grande
929 em de saúde mental. Quero colocar meu questionamento final e pontual acerca
930 da reserva de R\$ 3,500 milhões para gastos emergenciais, porque sem dúvida
931 vivemos um momento de excepcionalidade, toda nossa discussão em torno do
932 orçamento para o próximo ano coloca-nos essas incertezas e apesar de termos
933 um crescimento de fato no investimento em permanência estudantil - e de fato
934 isso é muito importante - com certeza surgirão novos elementos, seja no
935 retorno presencial, seja na manutenção das aulas em distância, que será
936 necessário pensarmos nesses gastos emergenciais dessa reserva
937 orçamentária, tanto acerca da permanência estudantil como um todo, também
938 levando em consideração os gastos com o CRUSP, como foi muito bem
939 colocado. No mais, solidarizo-me à fala do Prof. Paulo, diretor da minha
940 Faculdade, então, como estudante da FFLCH e também membro da COP, é
941 muito importante essa dimensão, tanto da Biblioteca quanto dos gastos com
942 bases de dados, isso é muito importante para a nossa Faculdade e para a
943 Universidade, é importante que futuramente se considere esses gastos. Muito
944 obrigado e parabéns novamente ao Prof. Fábio e membros da COP." **M.**
945 **Reitor:** "Como disse e insisto, você é um representante discente na COP
946 atuante, participa das reuniões e é muito importante uma visão diferente da dos
947 professores." **Vice-Reitor:** "Quero aproveitar a ótima pergunta que a Prof.^a
948 Raquel fez e complementar a fala do Prof. Fábio Frezatti. Especificamente
949 sobre os projetos estratégicos, quero lembrar que muitos dos diretores, talvez,
950 vendo a pergunta e a resposta do Prof. Fábio, pensem assim: 'mas o que
951 aconteceu com aquela lista que foi apresentada pelos diretores em 2019?' -
952 quando foi para construir o orçamento de 20/20. Esses recursos que estão

953 colocados foram para atender as demandas essenciais apresentadas entre
954 aqueles projetos. Essa é a primeira ação a ser realizada, então todas Unidades
955 enviaram solicitações que eram colocadas como importantes ou emergenciais
956 e o objetivo, nesse orçamento, é tendo recursos, atender pelo menos parte
957 daquilo, além do que o Prof. Fábio falou. De forma que, a todos dirigentes que
958 estão ansiosos aguardando resposta sobre aquela lista, os recursos estão
959 colocados no orçamento e esperamos poder atendê-los. Obrigado." A seguir, o
960 M. Reitor solicita que o Secretário Geral explique como se dará a votação.
961 **Secretário Geral:** "Todas as votações que teremos nesta tarde serão abertas e
962 vamos fazer com aquele *token* que todos os conselheiros receberam na tarde
963 de ontem. O *link* para acessarem está informado e não esqueçam de dar um
964 'F5' para sempre zerar a votação anterior. Qualquer problema que tiverem,
965 votem pelo chat, como são votações abertas podem ser votadas pelo chat, mas
966 preferencialmente votem pelo sistema, porque conseguimos monitorar os
967 votantes." **M. Reitor:** "Vamos colocar em votação através desse sistema aberto
968 de votação." A seguir, o M. Reitor coloca em votação o item 1 - Distribuição
969 Orçamentária da USP para 2021. **Votação.** Apurados os votos eletrônicos e os
970 enviados pelo chat, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 101 (cento e um)
971 votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 2 (duas); Total de votantes = 104
972 (cento e quatro). A seguir o **M. Reitor** passa ao item **2 - TÍTULO DE DOUTOR**
973 **HONORIS CAUSA. PROCESSO 2019.1.21446.1.6 - JORGE ALMEIDA**
974 **GUIMARÃES.** Proposta do Conselho de Pós-Graduação de concessão do
975 título de Doutor Honoris Causa ao Professor Doutor Jorge Almeida Guimarães.
976 Proposta encaminhada pelo Conselho de Pós-Graduação, de concessão do
977 título de Doutor Honoris Causa ao Professor Doutor Jorge Almeida Guimarães,
978 aprovada pelo CoPGr em sessão de 04.12.2019 (04.12.19). Parecer da CLR:
979 aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Paolo Di Mascio, favorável à concessão
980 do título de Doutor Honoris Causa ao Professor Doutor Jorge Almeida
981 Guimarães (04.12.20). **M. Reitor:** "A proposta veio do Conselho de Pós-
982 Graduação e peço ao Prof. Carlos Carlotti que faça a apresentação." **Cons.**
983 **Carlos Gilberto Carlotti Junior: (apresentação):** "É um prazer fazer essa
984 indicação, que foi aprovada por unanimidade no Conselho de Pós-Graduação.
985 Vou fazer uma apresentação de quem é o Professor Jorge Guimarães e do que
986 ele representou e representa para a USP. O Professor Jorge Almeida

987 Guimarões nasceu em Campos dos Goytacazes, em 1938. Iniciou suas
988 atividades na Medicina Veterinária, na então Universidade Rural do Brasil, hoje
989 a Rural do Rio de Janeiro, localizada em Seropédica, Itaguaí. Logo depois de
990 sua formação, que foi em 1963, em 1964, já por razões políticas, ele precisou
991 deixar o Rio de Janeiro e ficou em Resende, uma cidade do interior do Rio de
992 Janeiro, em uma empresa química, durante um bom período, em função do
993 golpe de 1964. Em 1970 ele vem para São Paulo, vai para a UNIFESP,
994 começa sua pós-graduação e conclui seu Doutorado em dezembro de 1972, já
995 como professor assistente da Escola Paulista de Medicina. Então é
996 interessante notar o curto período em que o Professor Jorge conseguiu concluir
997 seu Doutorado com bastante qualidade. Ele sempre pesquisou fenômenos
998 relacionados à Hemostasia e Trombose. Se lembrarmos que agora, com a
999 COVID, esse foi o grande mecanismo de óbito das pessoas, associado à
1000 reação inflamatória, vemos que desde 1972, o Jorge se preocupa com esses
1001 fenômenos e vem trabalhando nessa área por todo esse período. Ele atuou em
1002 diversas universidades brasileiras. Na sua alma mater, que é a Rural do Rio de
1003 Janeiro, depois a UNIFESP, onde ele fez seu Doutorado; depois passou pela
1004 Medicina de São José do Rio Preto; UNICAMP, Federal Fluminense, Federal
1005 Rio Grande do Norte; UFRJ; e por fim na UFRGS. Ele é professor titular, tanto
1006 na UFRJ quanto na UFRGS. O grande motivo para propormos essa
1007 homenagem ao Professor Jorge Guimarões foi a sua atuação como presidente
1008 da CAPES. Ele foi presidente da CAPES durante 11 anos, de 2004 a 2015,
1009 teve uma colaboração decisiva para a Pós-Graduação. Vou destacar pelo
1010 menos três fatores. Ele elaborou o Plano Nacional de Pós-Graduação, que
1011 agora se encerra, e que teve vigência de 2011 a 2020. Nesse plano, fez uma
1012 ampliação muito grande no Sistema Nacional de Pós-Graduação, com
1013 diminuição de assimetrias regionais, mantendo a qualidade e mantendo o
1014 sistema de avaliação na pós-graduação. É muito comum, no Brasil, se fazer
1015 ampliação sem manter a qualidade; o Professor Jorge conseguiu fazer essa
1016 ampliação, mantendo a qualidade do sistema. Outra característica que acaba
1017 não aparecendo nas biografias é o aumento do orçamento da CAPES. Quem
1018 conhece o Professor Jorge Guimarões sabe o quanto ele lutou pelo orçamento,
1019 o quanto ele gostava que a CAPES pudesse manter e aumentar suas bolsas.
1020 Lembro que o último aumento do valor nominal de bolsa foi em 2013, portanto,

1021 um pouco antes da saída do Professor Jorge Guimarães da CAPES. Desde
1022 então não tivemos mais reajuste. Então, essas são algumas características do
1023 Professor Jorge, poderia citar outras, como o aumento do portal de periódicos -
1024 não foi criação dele, mas ele fez uma ampliação muito grande. Em relação à
1025 USP, podemos dizer que ele sempre foi um amigo da nossa Universidade. Ele
1026 tem a USP no mais alto conceito. Uma frase que me marcou em todos esses
1027 anos de contato com ele é que a USP é a Universidade brasileira que pode
1028 inovar na Pós-Graduação. Então, ele não apenas considerava a USP como a
1029 maior Universidade, mas também como aquela que teria condições de inovar,
1030 que poderia apresentar novas propostas para a Pós-Graduação. Ele falou isso
1031 várias vezes no nosso Conselho; quando eu era Diretor na Faculdade de
1032 Medicina, ele também falou isso em nosso auditório. É uma característica do
1033 Jorge esse respeito pela Universidade de São Paulo. Outro fato objetivo,
1034 quando ele era presidente da CAPES, em uma iniciativa com o Professor Zago,
1035 que depois foi efetivada na gestão do Professor Vahan, ele, por exemplo,
1036 assinou um acordo com a Universidade, dando 60 bolsas por três anos para os
1037 pesquisadores que estivessem no exterior, estrangeiros ou brasileiros, que
1038 pudessem vir para o Brasil, e a USP fez uma contrapartida de uma vaga para
1039 esse professor depois desse período de 'experimentação'. Esse é só um
1040 exemplo do que o Jorge fez com a USP, visto que ele não fez esse acordo com
1041 nenhuma outra universidade brasileira. É o reconhecimento da qualidade da
1042 nossa Universidade. Para finalizar, a função do Jorge atualmente é de Diretor
1043 Presidente da EMBRAP II. Ele poderia ter saído com honras, com todas as
1044 glórias que ele teve na gestão da CAPES, mas ele manteve a sua atividade
1045 pública, assumiu outra atividade, a EMBRAP II estava sendo criada - não sei se
1046 ele foi o primeiro ou o segundo diretor -, e, principalmente, no fomento da
1047 transmissão do conhecimento acadêmico para o setor produtivo. A
1048 Universidade de São Paulo tem várias EMBRAP IIs, que podemos citar
1049 posteriormente, mas essa é uma outra atividade que o Professor Jorge está
1050 fazendo, e está levando com muita qualidade essa função atual. Então, depois
1051 da formação de recursos humanos, ele passa a se preocupar com a
1052 transferência desse conhecimento para o setor produtivo. Algumas informações
1053 relevantes da carreira acadêmica do Professor Jorge. Ele é pesquisador 1A do
1054 CNPq desde 1994, atualmente pesquisador sênior; membro titular da

1055 Academia Brasileira de Ciências, que é outra característica do Jorge, não é só
1056 gestor e pesquisador, mas acredita na ciência para resolver os problemas da
1057 sociedade. Tanto na Academia Brasileira de Ciências quanto na SBPC ele foi
1058 sempre bastante ativo, deu sempre muita força para essas entidades
1059 associativas, durante a gestão na CAPES e na EMBRAPA. Ele foi presidente
1060 da Sociedade Brasileira de Bioquímica e Biologia Molecular; fundador da
1061 FESBE, entre outras posições que ele ocupou. Só para finalizar, algumas
1062 distinções e honrarias que o Professor Jorge recebeu: Grã-Cruz da Ordem do
1063 Mérito Científico e todas essas que ele recebeu em sua carreira, tanto
1064 acadêmica quanto de gestor. É uma honra para mim apresentar o Professor
1065 Jorge Guimarães, em nome do Conselho de Pós-Graduação. E acho que será
1066 uma honra para a USP ter o Professor Jorge como um dos Doutores *Honoris*
1067 *Causa* na lista de nossa Universidade. Assim, peço o apoio de todos para
1068 aprovação do nome do Professor Jorge Guimarães.” **Cons.^a Maisa de Souza**
1069 **Ribeiro**: “Em nome dos dirigentes das Unidades de Ensino e Pesquisa do
1070 *campus* de Ribeirão Preto - FMRP, FORP, FCFRP, FFCLRP, EERP, EEFERP,
1071 FEARP, FDRP - apoiamos essa proposta da Pró-Reitoria de Pós-Graduação,
1072 no sentido de conceder o título de Doutor *Honoris Causa* ao Professor Jorge
1073 Almeida Guimarães, tendo em consideração as relevantes colaborações que
1074 deu para a Academia Científica. Os dirigentes do *campus* de Ribeirão fizeram
1075 este manifesto conjunto, o qual rapidamente farei a leitura: 'De acordo com o
1076 Estatuto da Universidade, artigo 92, o título de Doutor *Honoris Causa* é
1077 concedido a personalidades nacionais ou estrangeiras que tenham contribuído
1078 de modo notável para o progresso da Ciência, Letras ou Artes e aos que têm
1079 beneficiado de forma excepcional a humanidade, o país ou prestado relevantes
1080 serviços para a Universidade. A outorga desse título ao Professor Doutor Jorge
1081 Almeida Guimarães representa o reconhecimento de sua intensa participação
1082 na política científica, principalmente no que concerne aos efeitos de valorização
1083 da Pós-Graduação e da Ciência. Como acadêmico, desde sua primeira
1084 publicação, em 1966, até hoje, publicou cerca de 187 artigos em periódicos da
1085 área de Bioquímica; enquanto gestor exerceu por dois períodos a presidência
1086 da Sociedade Brasileira de Bioquímica em Biologia Molecular, ocupou cargos
1087 na Sociedade Brasileira para o Progresso na Ciência, foi diretor científico do
1088 CNPq, secretário do Ministério da Ciência e Tecnologia, e presidente da

1089 CAPES, a convite do então Ministro da Educação Tarso Genro, posição em
1090 que liderou avanços significativos na Pós-Graduação, nos sistemas de
1091 avaliação dos programas de pós-graduação e no aumento do orçamento da
1092 CAPES para o custeio de bolsas, como o Professor Carlotti acabou de
1093 ressaltar. Atualmente, ele é presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa e
1094 Inovação Industrial (EMBRAPII), que é uma organização social que atua por
1095 meio da cooperação com instituições de pesquisa científica e tecnológica,
1096 públicas ou privadas, para atender as demandas empresariais e
1097 compartilhamento de riscos na fase pré-competitiva da inovação. O Professor
1098 Jorge é graduado em Medicina, conforme o Professor Carlotti já mencionou,
1099 possui o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Nottingham, é
1100 Professor Emérito da UFRJ, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro,
1101 da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio Grande
1102 do Sul. Além disso, é comendador da Ordem Nacional do Mérito Científico, é
1103 bolsista em produtividade em pesquisa do CNPq, na categoria sênior, é
1104 professor do curso de Mestrado Profissional em Pesquisa Clínica do Hospital
1105 de Clínica de Porto Alegre, pesquisador do Centro de Pesquisa Experimental
1106 do Hospital de Clínica de Porto Alegre, onde coordena o laboratório temático
1107 de Bioquímica Farmacológica. Ele trouxe contribuições de extrema relevância
1108 para a Ciência, principalmente nos anos em que esteve à frente da CAPES; em
1109 sua gestão, o sistema de avaliação de pós-graduação ganhou destaque, com
1110 melhorias substanciais para os cursos de Pós-Graduação e para a Ciência
1111 brasileira, inclusive com a criação do espírito colaborativo e solidário entre
1112 instituições e regiões. Nesse período, houve também a universalização do
1113 portal CAPES, o qual é de suma importância para disseminar resultados de
1114 pesquisa, agilizar o desenvolvimento científico para promover
1115 acessibilidade à produção científica de todo o país, bem como a internacional,
1116 e assim sendo de grande importância nos diversos centros de ensino e
1117 pesquisa distribuídos pelo país. Para citar apenas dois exemplos dos vários
1118 benefícios que a USP teve sob a gestão do Professor Jorge Guimarães, em
1119 2015, durante sua gestão na CAPES, houve sua assinatura no contrato do
1120 acordo de cooperação técnica e científica entre a USP e a CAPES, o qual,
1121 visando à internacionalização da USP, incentivava o fortalecimento e a
1122 ampliação das ações de pesquisa, e previa a concessão de recursos para

1123 financiamento da vinda de pesquisadores e professores estrangeiros em todas
1124 as áreas do conhecimento. Já em 2017, sob a presidência da EMBRAPA, foi
1125 assinado um contrato para o desenvolvimento de projetos de inovação com
1126 empresas, era um processo de concorrência e, dos 85 projetos submetidos, 7
1127 foram aprovados, sendo 3 da USP - da ESALQ, do IFSC e da POLI -, os quais
1128 receberam recursos financeiros para prospectar e executar projetos de
1129 pesquisa, desenvolvimento e inovação em parceria com empresas industriais.
1130 Os méritos de qualificação do Professor Jorge Almeida Guimarães são
1131 amplamente reconhecidos e citamos três exemplos desse reconhecimento. Em
1132 2015, o Professor Marco Antonio Zago, ex-Reitor da USP, declarou ao Jornal
1133 USP que o Professor Jorge Guimarães lutou para a melhoria do ensino no país
1134 e é uma liderança que representa a todos que militam na área da política e da
1135 educação. Na mesma época, o Professor Vahan fez a seguinte afirmação:
1136 'além de uma vida acadêmica admirada, implantou na CAPES, como
1137 presidente há onze anos, uma mudança de postura, incentivando novas áreas
1138 de setores estratégicos para o país, como fortalecimento dos mestrados
1139 profissionais.' E para finalizar, em 2009, o presidente da Academia Brasileira
1140 de Ciências, o Professor Jacob Palis assim se manifestou: o Professor Jorge é
1141 uma figura especialmente realizadora em todas as atividades em que se
1142 envolve, inclusive na Academia Brasileira de Ciências, sua frase tudo que é
1143 bom pode, usada muitas vezes em sua gestão criativa e original da CAPES,
1144 mostra que colocou nos eixos a verdadeira importância das coisas, fazendo
1145 com que os procedimentos não sejam mais importantes do que os resultados,
1146 porque o Jorge é um homem de resultados.' Esse é o manifesto de apoio dos
1147 dirigentes das Unidades de Ribeirão Preto à concessão desse título ao
1148 Professor Jorge de Almeida Guimarães." **Cons. Rodrigo do Tocantins Calado**
1149 **de Saloma Rodrigues**: "É uma honra e um privilégio poder me manifestar em
1150 apoio à concessão do título de Doutor *Honoris Causa* para o Professor Jorge
1151 Guimarães, em meu nome e em nome da Diretoria da FMRP, representada
1152 hoje pelo seu vice-diretor, Professor Jorge Elias Junior. Como professor de
1153 Hematologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, gostaria de enfatizar
1154 a sua contribuição pioneira nessa área da Medicina. Em seu trabalho inicial,
1155 ainda no Doutorado, na década de 1970, ele descreveu a enzima conversora
1156 do cininogênio, peça fundamental da coagulação do sangue. Mais tarde, em

1157 seu Pós-Doutorado nos Estados Unidos, trabalhou com o Doutor John Pisano,
1158 que morreu prematuramente, e com uma mulher pioneira e ativista nas
1159 Ciências, a Doutora Merriam Webster, demonstrando o papel do cininogênio
1160 para a cascada da coagulação e as hemofilias causadas por sua deficiência.
1161 Sua contribuição para hemostasia humana continua até hoje, com análise de
1162 enzimas de venenos, seus efeitos na coagulação do sangue e seu potencial
1163 uso em tratamentos para seres humanos. Mas também é fundamental
1164 reconhecer e louvar a contribuição do Professor Jorge para a CAPES e para o
1165 Sistema Nacional de Pós-Graduação. Como coordenador da área de Medicina
1166 II, posso atestar aos senhores que o seu pensamento continua a influenciar o
1167 conjunto de coordenadores de área, na condução dos programas de pós-
1168 graduação do país. Assim, pela inestimável contribuição do Professor Jorge
1169 Guimarães à Bioquímica da coagulação humana e para estruturação do
1170 Sistema Nacional de Pós-Graduação, a propositura do título de Doutor *Honoris*
1171 *Causa* honra a Universidade de São Paulo e coroa uma carreira brilhante
1172 dedicada à Ciência e à Pós-Graduação.” **Cons.ª Ana Lucia Duarte Lanna**: “Na
1173 condição de diretora da FAU, além dos benefícios diretos relacionados às
1174 políticas implementadas pelo Professor Jorge na CAPES, tanto no que diz
1175 respeito ao ‘Ciências sem Fronteiras’, quanto ao Programa de Atração de
1176 Pesquisadores Internacionais, o qual o Professor Carlotti se referiu. Mas quero
1177 me manifestar não no sentido de falar do currículo do Professor Jorge - que já
1178 foi muito bem destacado -, mas dizer como me parece importante que em um
1179 momento como esse que estamos vivendo, de tamanho desrespeito à
1180 Universidade e à Ciência, expresso e manifesto por políticas e ações nas
1181 instâncias federal e estadual, sem nenhum constrangimento em relação às
1182 nossas ações, práticas e significações, mesmo no âmbito da sociedade, a
1183 importância de concedermos esse título para um professor e pesquisador que
1184 foi responsável pela implementação de parte da política científica desse país
1185 relacionada à pós-graduação, mas também à educação básica, em um
1186 momento de recursos, de programas e de projetos que entendiam que a
1187 Ciência devia constituir uma das metas e um dos objetivos da construção do
1188 Brasil e um dos canais mais eficientes para que o Brasil pudesse mudar o seu
1189 lugar e disputar no cenário das nações e da internacionalização, novos lugares
1190 e novos papéis. Essa perspectiva de uma política de longo prazo, de uma

1191 política que qualifica a ciência, que qualifica a educação universitária e a
1192 educação básica, parece-me que nesse momento ultrapassam os próprios
1193 méritos e a trajetória individual do Professor Jorge, mas em nome dele
1194 reafirmam o compromisso dessa Universidade com a Ciência e com o país. Por
1195 isso, gostaria de reiterar os apoios já manifestos pela outorga do título.” **Cons.**
1196 **Emanuel Carrilho:** “Quando vi na pauta, que votaríamos a concessão de título
1197 de Doutor *Honoris Causa* ao Professor Jorge Guimarães, fiquei bastante
1198 interessado em compartilhar um pouco de um paralelo entre minha carreira e a
1199 dele. Minha primeira banca como avaliador externo, em uma Universidade
1200 Federal fora do Instituto de Química, foi no Rio Grande do Sul, em que o
1201 Professor Jorge estava na banca, e o tema era da minha área, em que fiz o
1202 meu Doutorado no exterior, sobre sequenciamento de DNA, e foi um
1203 aprendizado estar em uma banca da minha especialidade com o Professor
1204 Jorge. Antes disso, quando ele era Presidente da Sociedade Brasileira de
1205 Bioquímica e Biologia Molecular, ele que me aceitou como membro na
1206 Sociedade. O Professor Jorge estava lá novamente, me apoiando no começo
1207 da minha carreira. Depois, antes de chegar à diretoria do IQ, passei pela pós-
1208 graduação, fui presidente de CPG, coordenador de programa e durante todo
1209 esse tempo o Professor Jorge estava à frente da CAPES, fazendo a
1210 transformação da Pós-Graduação no país. Como o Professor Carlotti muito
1211 bem apontou, o plano diretor que balizamos quando o Professor Vahan era o
1212 Pró-Reitor de Pós-Graduação, tínhamos como cartilha um grande interesse de
1213 que tudo funcionasse, e ele implementou o maior trunfo da pós-graduação, que
1214 é a avaliação, e estamos vendo que as métricas de avaliação só evoluíram, só
1215 cresceram, o processo todo está evoluindo e melhorando a cada dia.
1216 Gostaríamos de ter mais ‘Professores Jorges Guimarães’ à frente dessas
1217 agências, podendo fazer essa transformação no país. E agora, como próximo
1218 passo, o Professor Jorge saiu da pós-graduação e está na EMBRAPII, que é
1219 uma das minhas áreas de atuação de grande interesse, trabalho muito com
1220 meus alunos os incentivando a inovar, a serem empreendedores e sempre
1221 falamos em EMBRAPII. Principalmente para aqueles que iniciaram alguma
1222 *startup* ou *spin-off*, sempre falamos do quanto deve ser valorizada a
1223 possibilidade de trabalhar com a EMBRAPII, ressaltando o que o Professor
1224 Jorge criou e está criando. Fiquei muito feliz em ver essa indicação feita pelo

1225 Conselho de Pós-Graduação. Parabenizo o Professor Carlotti pelo
1226 levantamento das informações e dou todo meu apoio a essa concessão para o
1227 Professor Jorge Guimarães.” **Cons. Marcos Silveira Buckeridge**: “Poderia me
1228 manifestar por escrito, mas como é o Jorge, tenho uma admiração e um apreço
1229 enormes por ele, achei que era importante falar. Quero parabenizar o Professor
1230 Carlotti, que fez a apresentação, então, dispensa mais apresentações sobre o
1231 currículo. O Jorge tem um lado humano também, é uma pessoa que não
1232 descansa nunca, é um homem que tem uma coragem enorme, acho que
1233 devemos valorizar esse tipo de pessoa, que simboliza muito bem a USP. Acho
1234 que seria muito bem-vindo esse título. Gostaria de conclamar os colegas para
1235 que todos votem sim. É merecido. Ele é uma pessoa que tem um lugar especial
1236 na Ciência brasileira. Tive contato com o Jorge quando ele era diretor científico
1237 do CNPq, eu era presidente da Associação dos Pós-Graduandos na Inglaterra,
1238 nós o convidamos para participar de um evento, ele foi até lá, foi algo incrível,
1239 um marco na nossa carreira, porque ele foi uma pessoa incrível. Nos ajudou a
1240 publicar um documento que precisávamos, uma pessoa realmente especial.
1241 Sempre tive contato com ele e, depois, quando me tornei presidente da
1242 Academia de Ciências do Estado de São Paulo, em um levantamento que
1243 fizemos para ver o número de pós-graduandos no Estado, pudemos ver a
1244 potência que é o nosso Estado, que é a nossa Universidade em termos não só
1245 de professores, mas também em termos desse verdadeiro exército de pós-
1246 graduandos. Aí ver o legado do Jorge é algo realmente histórico. Seria
1247 fantástico para a USP se pudéssemos ter o Jorge, também, como uspiano.”
1248 **Cons. Vanderlei Salvador Bagnato**: “Só quero parabenizar o Professor
1249 Carlotti por essa iniciativa e dizer que é uma honra para a Universidade de São
1250 Paulo ter como Doutor *Honoris Causa* o Professor Jorge Guimarães. Quero
1251 apenas falar algo sobre sua atuação na EMBRAPII. A EMBRAPII foi concebida
1252 por muitas pessoas, inclusive alguns professores da própria USP. Porém, o
1253 Jorge tornou, de alguma maneira, a inovação da Universidade, instituindo as
1254 unidades da EMBRAPII na Universidade, algo prático. Porque não é trivial
1255 realizar inovação na Universidade e encontrar as janelas de oportunidade para
1256 que elas extravasem para a sociedade. Então, o que o Jorge fez, forçando que
1257 as unidades EMBRAPII estivessem nas Universidades - muitos não sabem,
1258 mas esse é um acordo com o MEC -, tornou possível o extravasamento da

1259 inovação tecnológica e da relevância das nossas pesquisas. Em menos de 10
1260 anos de atividades, são mais de mil projetos realizados, com mais de 600
1261 produtos valorizados no mercado brasileiro. Isso a gente não conseguiria fazer
1262 sem um punho forte, que tivesse a visão de olhar, porque uma das dificuldades
1263 do conhecimento científico é encontrar a aplicabilidade e, mais importante,
1264 quem está disposto a investir para aplicar. Somente por isso o Jorge já
1265 mereceria e por tudo que falaram, ele merece uma dezena de vezes essa
1266 honraria. Quero manifestar, como gestor no *campus*, em nome dos diretores de
1267 São Carlos, que todos aprovariam com grande prazer essa proposta feita para
1268 o Professor Jorge Guimarães.” **Cons. Raí Campos Silva**: “Depois de todas as
1269 falas e homenagens para o Professor Jorge, principalmente com relação à pós-
1270 graduação, quero dizer que ele foi importantíssimo para a valorização do
1271 trabalho científico no ambiente da pós-graduação, sobretudo com a valorização
1272 das bolsas dos pós-graduandos e das pós-graduandas do Brasil. É com
1273 extrema felicidade que nós também manifestamos apoio a essa honrosa
1274 homenagem ao Professor Jorge. Acompanhamos e apoiamos essa bonita
1275 homenagem.” **Cons.^a Liedi Léqi Bariani Bernucci**: “Acho muito feliz essa
1276 proposta do Professor Carlotti, que apresentou muito bem o Professor Jorge
1277 Guimarães e todos os meus colegas que me antecederam, também realçando
1278 as qualificações enormes que reúne o Professor Jorge Guimarães. Como já foi
1279 dito aqui sobre a EMBRAPII, gostaria de falar mais algumas palavras sobre
1280 isso. Ele assumiu a presidência do Conselho da EMBRAPII, que é uma
1281 empresa do governo, mas que concede recursos importantes, seja para a
1282 academia ou outras instituições de pesquisa, para que se faça inovação e que
1283 se implemente essa inovação na indústria. A Universidade de São Paulo tem
1284 quatro unidades EMBRAPII, todas já na gestão do Professor Jorge Guimarães,
1285 que veio à USP algumas vezes, estivemos juntos em algumas reuniões,
1286 inclusive. É uma pessoa voltada à inovação, uma pessoa que apoia a
1287 inovação. Na Escola Politécnica temos duas unidades EMBRAPII, a primeira
1288 da USP, que é de materiais eco eficientes na construção civil, e a outra que foi
1289 aquela rodada que ganhamos mais três unidades, e uma delas também está na
1290 POLI, que é a química verde. Foram unidades revolucionárias dentro da POLI,
1291 podendo viabilizar a inovação e o nosso impacto na indústria. Durante esse
1292 ano, em que fomos tão atacados pela PL 529, por exemplo, pudemos mostrar

1293 vários exemplos de impacto positivo na Ciência e Tecnologia para a sociedade,
1294 principalmente, mostrando esse aspecto que temos relevante, por exemplo,
1295 dessas duas unidades que impactam na indústria. Tivemos a grata surpresa
1296 nesse ano de que vamos receber um aditivo da EMBRAPA para uma das
1297 nossas unidades. O Professor Jorge Guimarães nos apoiou muito nessas
1298 nossas iniciativas e acho que, por tudo que foi mostrado e pela gratidão que a
1299 Universidade tem em relação a ele, olhando suas qualificações, a concessão
1300 desse título é importantíssima e peço a todos que apoiem de maneira positiva.”

1301 **Cons. Tarcísio Eloy Pessoa de Barros Filho**: “Gostaria de, em nome da
1302 Faculdade de Medicina, deixar registrado que a Pós-Graduação brasileira deve
1303 ser separada em antes e depois da atuação do Professor Jorge Guimarães, e o
1304 mesmo ocorre hoje com a inovação. A inovação se consolidou como quarto
1305 eixo de nossas atividades - ensino, pesquisa, extensão, e hoje a inovação é
1306 uma realidade, principalmente pela atividade do Professor Jorge Guimarães.
1307 Queremos reiterar nosso apoio e parabenizar o Professor Carlotti pela
1308 iniciativa.” Não havendo mais manifestações, o **M. Reitor** passa à votação do
1309 item 2.1. **Votação**. Apurados os votos eletrônicos e os enviados pelo chat,
1310 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 104 (cento e quatro) votos; Não = 0
1311 (zero) voto; Abstenções = 3 (três) votos; Total de votantes = 107 (cento e sete).
1312 É aprovado o parecer da CLR, favorável à concessão do título de Doutor
1313 Honoris Causa ao Professor Doutor Jorge Almeida Guimarães, obedecido o
1314 quórum estatutário. **M. Reitor**: “Quero reforçar o que o Professor Marcos
1315 Buckeridge falou e externar minha satisfação. O Jorge, apesar de excelente
1316 pesquisador, grande líder de pesquisa, um grande administrador de órgãos de
1317 pesquisa, é uma pessoa humana fantástica. Uma pessoa que, pela sua
1318 inteligência e competência, venceu desafios incríveis, que não vale a pena
1319 comentar aqui. É uma satisfação muito grande. Fico muito emocionado com
1320 isso que estamos fazendo ao Jorge, como Universidade de São Paulo. Quero
1321 fazer apenas uma colocação. Nós, como Universidade de São Paulo, somos
1322 muito econômicos em dar honrarias. Doutor *Honoris Causa*, Professor Emérito,
1323 Medalha Armando de Salles Oliveira. Somos extremamente econômicos.
1324 Doutor *Honoris Causa* demos, em toda a história da USP, só para 118
1325 pessoas. Nos últimos 25 anos este é o quinto título que estamos outorgando. O
1326 Nelson Mandela recebeu em 2000; José Mindlin, em 2005; Oliver Smith, em

1327 2008; Antonio Novoa, na reunião anterior; e agora, o Jorge Guimarães.
1328 Professor Emérito demos somente 17 títulos. Nos últimos 25 anos, apenas 3.
1329 Ruy Laurenti, em 2002, talvez vocês não saibam, mas foi o vice-Reitor que
1330 assumiu a Reitoria em um momento de crise, renunciou sua candidatura para
1331 Reitor, para manter a Universidade em uma transição sossegada; o Celso
1332 Lafer, em 2012; e o José Goldemberg, em 2016. A Medalha Armando de Salles
1333 Oliveira foi instituída em 2008, mas nos últimos 10 anos demos só quatro
1334 Medalhas, para a ex-Reitora Suely Vilela; também para o Celso Lafer; para o
1335 Professor Brito Cruz; e para o Danilo Miranda, no ano passado. Por esse
1336 motivo, estou motivando, estimulando os dirigentes - não para dar títulos em
1337 toda reunião, porque assim o título perde o valor, mas durante 25 anos, dar
1338 somente 4 títulos de Doutor *Honoris Causa* ou 3 títulos de Professor Emérito,
1339 estamos sendo econômicos demais e, sem querer, sendo até injustos com
1340 personalidades que mereceriam. Muito obrigado por essa votação. Estou
1341 emocionado com esse título ao Jorge.” A seguir, o **M. Reitor** passa ao item **3 –**
1342 **ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE 3.1 – PROCESSO**
1343 **2012.1.656.43.0 - INSTITUTO DE FÍSICA** Proposta de alteração dos artigos
1344 52, 54 e 57 do Regimento do Instituto de Física da Universidade de São Paulo.
1345 Ofício do Diretor do IF, Prof. Dr. Marcos Nogueira Martins, ao Secretário Geral,
1346 Prof. Dr. Pedro Vitoriano de Oliveira, encaminhando a proposta de alteração
1347 dos artigos 52, 53 e 56 do Regimento do Instituto de Física, aprovada pela
1348 Congregação em 27/06/2019. Aproveita a oportunidade para informar que a
1349 proposta consiste na possibilidade de realização dos concursos de Livre-
1350 Docência e de Professor Titular em língua inglesa, além da apresentação pelo
1351 candidato no ato da inscrição para concursos de ingresso e da carreira docente
1352 do memorial e respectiva documentação comprobatória, projeto de pesquisa e
1353 tese original ou texto que sistematize criticamente a obra do candidato ou parte
1354 dela, em língua inglesa (24.07.19). **Parecer PG. nº 01201/2019:** esclarece que
1355 a realização de concurso para docente (doutor) em outro idioma, além do
1356 português, para as áreas de língua e literatura estrangeira teve início com a
1357 Resolução 5929/11, que modificou o § 8º do art. 135 do Regimento Geral, o
1358 qual passou a prever a possibilidade de realização de prova em outro idioma
1359 para concurso de professor doutor. Anos depois, passou-se a admitir a
1360 apresentação de memorial e tese ou texto que sistematize criticamente a obra

1361 do candidato em outro idioma para o concurso de livre-docência, com a edição
1362 da Resolução 7566/18. Finalmente, a extensão para todos os concursos -
1363 doutor, titular e livre-docência-, tanto em relação ao memorial e tese ou texto
1364 que sistematize criticamente a obra do candidato, quanto em relação à prova,
1365 da possibilidade de apresentação e aplicação, respectivamente, em idioma
1366 estrangeiro, ocorreu com a recente Resolução 7758/19. Sendo assim, verifica,
1367 portanto, que a modificação pretendida pela Unidade tem respaldo normativo,
1368 não havendo óbice à iniciativa. Contudo, considerando que não consta dos
1369 autos o quórum pelo qual a reforma do Regimento do IF foi aprovada pela sua
1370 Congregação e que o Regimento Geral prevê o quórum de maioria absoluta
1371 para a matéria, desta forma, sugere o seu retorno ao Instituto para a
1372 complementação da informação, podendo, após, seguir à SG. Em
1373 complementação, a Procuradora Chefe da Procuradoria Acadêmica, Dra.
1374 Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, observa que a proposta pretende
1375 também incluir a previsão de uso de idioma estrangeiro nos concursos para
1376 Professor Doutor (e não apenas na Livre-Docência e para Professor Titular).
1377 Contudo, a redação conferida ao art. 52-A proposto remete ao edital a definição
1378 a respeito da utilização do inglês, sendo que o art. 135, § 8º, do Regimento
1379 Geral, determina que a Unidade deve prever o uso do idioma estrangeiro em
1380 seu Regimento e não isoladamente no edital do certame. Portanto, os artigos
1381 52-A e 52-B da proposta deverão ser reescritos, de forma a permitir o uso do
1382 idioma inglês na realização das provas do concurso para Professor Doutor,
1383 bem como na documentação a ser entregue por ocasião das inscrições, sem
1384 remissão ao edital específico de cada concurso. Acrescenta ainda que tais
1385 dispositivos deverão ser transformados em parágrafos do art. 52, uma vez que
1386 as provas do concurso para Professor Doutor são o tema deste artigo.
1387 Esclarece, ainda, que da mesma forma, quanto à proposta de inserção de um §
1388 2º no art. 53, o dispositivo adequado a ser alterado é o art. 54, pois ele trata
1389 das provas do concurso da Livre-Docência. Assim sendo, o § 2º proposto para
1390 o art. 53 deverá ser transformado em § 1º-A do art. 54 e os artigos 53-A e 53-B
1391 propostos deverão ser convertidos em §§ 1º-B e 1º-C do artigo 54, excluindo-se
1392 a expressão final “caso esteja prevista a possibilidade de realização do
1393 concurso em inglês no respectivo edital”. No que tange ao concurso para
1394 Professor Titular, esclarece que o parágrafo único proposto para o art. 56

1395 deverá ser inserido como § 3º do art. 57 (dispositivo que trata das provas desse
1396 certame) e o art. 56-A proposto deverá ser transformado em § 4º do art. 57,
1397 excluindo-se a expressão final “caso esteja prevista a possibilidade de
1398 realização do concurso em inglês no respectivo edital”. Reitera, por fim, que
1399 deverá a Unidade esclarecer qual foi o quórum de aprovação da proposta, uma
1400 vez que o Regimento Geral exige o respeito ao quórum de maioria absoluta
1401 (12.05.20). Ofício do Diretor do IF, Prof. Dr. Manfredo Harri Tabacniks, à
1402 Procuradora Geral Adjunta, Dra. Adriana Fragalle Moreira, informando que o
1403 quórum para a realização da 555ª Sessão da Congregação foi de 39 membros,
1404 sendo que o resultado da votação referente à proposta em tela de alteração do
1405 Regimento do Instituto de Física foi de 48 votos favoráveis, 01 voto contrário e
1406 03 abstenções. Encaminha ainda, anexa, a proposta com as alterações de
1407 redação do Regimento do Instituto de Física apresentadas pela Procuradora
1408 Chefe da Procuradoria Acadêmica, Dra. Stephanie Yukie Hayakawa da Costa
1409 (16.06.20). **Texto proposto:** Artigo 52 – (...) (...) § 2º-A – As provas referidas
1410 nos §§ 1º e 2º poderão ser realizadas em idioma nacional ou inglês, devendo o
1411 edital mencionar explicitamente a possibilidade de o candidato realiza-las neste
1412 idioma; § 2º-B – O memorial circunstanciado e respectiva documentação
1413 comprobatória dos trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes
1414 ao concurso e das demais informações que permitam a avaliação de mérito do
1415 candidato poderão ser apresentados em português ou inglês. § 2º-C – O
1416 projeto de pesquisa, obrigatório no caso de concursos realizados em uma única
1417 fase, poderá ser apresentado em português ou inglês. (...) **Texto proposto:**
1418 Artigo 54 – (...) (...) § 1º-A - As provas do concurso de livre-docência poderão
1419 ser realizadas ainda em inglês, devendo o edital mencionar explicitamente a
1420 possibilidade de candidatos realiza-las na língua mencionada. § 1º-B – O
1421 memorial circunstanciado e respectiva documentação a comprobatória dos
1422 trabalhos publicados, das atividades realizadas pertinentes ao concurso e das
1423 demais informações que permitam avaliação de mérito do candidato, poderão
1424 ser apresentados em português ou inglês. § 1º-C – A tese original ou texto que
1425 sistematize criticamente a obra do candidato ou parte dela, poderá ser
1426 apresentada em português ou inglês. (...) **Texto proposto:** Artigo 57 – (...) (...)
1427 § 3º - As provas do concurso para Professor Titular poderão ser realizadas
1428 ainda em inglês, devendo o edital mencionar explicitamente a possibilidade de

1429 candidato realiza-las na língua mencionada. § 4º - O memorial circunstanciado
1430 e respectiva documentação comprobatória dos trabalhos publicados, das
1431 atividades realizadas pertinentes ao concurso e das demais informações que
1432 permitam avaliação de mérito do candidato, poderão ser apresentados em
1433 português ou inglês. **Cota PG. C. 22352/2020:** verifica que a Unidade acolheu
1434 as recomendações da d. Chefia da Procuradoria Acadêmica, adequando o
1435 texto da proposta. Contudo, observa a necessidade de confirmação do quórum
1436 de deliberação da proposta (555º Sessão), nos termos do art. 39. inc. I, do
1437 Regimento Geral, uma vez que constou que foi de 39 membros, mas com 48
1438 votos favoráveis, 1 contrário e 3 abstenções (1º.10.20). Ofício do Diretor do IF,
1439 Prof. Dr. Manfredo Harri Tabacniks, à Procuradora Chefe da Procuradoria
1440 Acadêmica, Dra. Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, esclarecendo que 39
1441 eram os votos necessários para a aprovação da alteração de Regimento do
1442 Instituto de Física em tela, que foi aprovada por 48 votos favoráveis, 01 voto
1443 contrário e 03 abstenções, sendo que 57 membros estiveram presentes na
1444 555ª Sessão da Congregação (22.09.20). **Parecer da CAA:** manifesta-se
1445 favoravelmente à utilização do inglês como idioma alternativo ao português nos
1446 concursos docentes de Doutor, Titular e Livre-docente, a serem realizados no
1447 Instituto de Física da Universidade de São Paulo (26.10.20). **Parecer da CLR:**
1448 aprova o parecer da relatora, Prof.ª Dr.ª Monica Sanches Yassuda, favorável à
1449 proposta de alteração do Regimento do Instituto de Física (06.11.20). Minuta
1450 de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Na reunião do Conselho
1451 Universitário de 24 de novembro de 2020, os autos foram retirados de pauta,
1452 devido ao adiantado da hora. **3.2 – PROTOCOLADO 2020.5.202.11.7 –**
1453 **ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA “LUIZ DE QUEIROZ”** Proposta de
1454 alteração do artigo 14, inciso VII, do Regimento da ESALQ, objetivando a
1455 inclusão de um representante dos servidores técnicos e administrativos nos
1456 Conselhos dos Departamentos da Unidade. Ofício do Diretor da ESALQ, Prof.
1457 Dr. Durval Dourado Neto, ao M. Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan,
1458 encaminhando a proposta de alteração do inciso VII do artigo 14 do Regimento
1459 da ESALQ, referente à inclusão de um representante dos servidores técnicos e
1460 administrativos nos Conselhos dos Departamentos, aprovada pela
1461 Congregação da Unidade em 25.06.2020 (10.07.20). **Texto atual:** Artigo 14 –
1462 (...) VII – um representante dos servidores técnicos e administrativos do

1463 Departamento, como membro convidado, eleito por seus pares. **Texto**
1464 **proposto:** Artigo 14 - (...) VII – um representante e um suplente dos servidores
1465 técnicos e administrativos lotados no Departamento, eleitos por seus pares,
1466 desde que o número de servidores lotados no Departamento seja maior que
1467 quatro e seu número total corresponda a mais do que 10% do número total dos
1468 servidores docentes do respectivo Departamento. **Cota PG. X nº 20262/2020:**
1469 solicita que seja esclarecido se a proposta foi efetivamente aprovada pela
1470 maioria absoluta dos membros da Congregação da ESALQ (30.07.20).
1471 Informação da Assistência Acadêmica da ESALQ de que a proposta de
1472 alteração do Regimento da Unidade foi aprovada por maioria absoluta dos
1473 membros da Congregação (61 votos favoráveis de um total de 74 membros).
1474 Informa ainda que a reunião se deu na primeira convocação (31.08.20).
1475 **Parecer PG. nº 37246/2020:** relata que se trata de proposta de alteração do
1476 Regimento da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" – ESALQ, com
1477 a finalidade apenas de incluir um representante dos servidores técnicos e
1478 administrativos nos Conselhos dos Departamentos da Unidade. Acrescenta
1479 que, após diligência da Procuradoria, a unidade esclareceu que a proposta foi
1480 aprovada por maioria absoluta dos membros da Congregação, com voto
1481 favorável dos 61 membros presentes à reunião em que se analisou o assunto,
1482 realizada em primeira convocação. Passando a opinar, observa que a inclusão
1483 de um representante dos servidores técnicos e administrativos no Conselho do
1484 Departamento é medida que atualmente encontra guarida no art. 54 do
1485 Estatuto (com redação conferida pela Resolução n. 7903/2019), a critério da
1486 Congregação. Verifica, ainda, que a redação da proposta apresentada se
1487 afigura apta à finalidade pretendida ao reproduzir na totalidade o atual inciso VII
1488 do art. 54 do Estatuto, acrescida tão somente da expressão “eleitos por seus
1489 pares”. Em seguida aponta que, caso a proposta em tela seja acatada pelo
1490 Conselho Universitário, não mais haverá previsão normativa para a realização
1491 de eleição de servidor técnico e administrativo como “membro convidado” nos
1492 Conselhos dos Departamentos da ESALQ (atual art. 14, inc. VII, do Regimento
1493 da Unidade), inclusive nos que eventualmente não atendam às exigências
1494 especificadas no inciso VII do art. 54 do Estatuto. Nada obsta, contudo, que o
1495 presidente do colegiado convide servidor técnico e administrativo para prestar
1496 esclarecimentos sobre assuntos especiais em reunião do Conselho, nos termos

1497 do parágrafo único do art. 243 do Regimento Geral. Por fim, conclui que, tendo
1498 a proposta sido aprovada com obediência ao quórum regimental (maioria
1499 absoluta art. 39, inc. 1, do Regimento Geral), inexistem óbices jurídicos ao seu
1500 acolhimento (02.10.20). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr.
1501 Pedro Leite da Silva Dias, favorável à proposta de alteração do inciso VII do
1502 artigo 14 do Regimento da ESALQ, objetivando a inclusão de um representante
1503 dos servidores técnicos e administrativos nos Conselhos dos Departamentos
1504 da Unidade (06.11.20) Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral.
1505 Na reunião do Conselho Universitário de 24 de novembro de 2020, os autos
1506 foram retirados de pauta, devido ao adiantado da hora. **Cons. Floriano**
1507 **Peixoto de Azevedo Marques Neto:** “Posso fazer a apresentação em
1508 conjunto, mas talvez seja o fato de fazermos separado, pois são duas razões
1509 distintas, mas de duas alterações que já estão sendo costumeiras no nosso
1510 Conselho, os temas já são conhecidos aqui. Vou fazer os dois relatos.
1511 Primeiramente, o item 3.1 é uma alteração do Regimento de Física, que vem
1512 na esteira da alteração que fizemos no ano passado, no Regimento Geral da
1513 USP, para possibilitar que os concursos de livre-docência e de professor titular
1514 no Instituto de Física, admitam também a língua inglesa, tanto na apresentação
1515 dos memoriais, na documentação do histórico de produção, como também na
1516 manifestação durante o concurso. Então, são alterações em dois dispositivos
1517 no Regimento do Instituto de Física, admitindo que os concursos tenham, no
1518 edital, a possibilidade de apresentação de documentação e de defesa na língua
1519 portuguesa - por óbvio - e, também, na língua inglesa. Essa é a alteração
1520 regimental do Instituto de Física, do item 3.1. A alteração contida no item 3.2 da
1521 pauta é do Regimento da ESALQ. É também algo que já debatemos, que é a
1522 alteração para permitir que nos Conselhos Departamentais da ESALQ, haja
1523 também representação dos servidores técnicos e administrativos. Inclui dentro
1524 da composição dos Conselhos Departamentais, representante titular e
1525 suplente, dos servidores técnicos e administrativos, além, claro, dos
1526 representantes docentes, professores doutores, associados, discentes da
1527 graduação e pós-graduação. Essas são as duas alterações. A primeira do
1528 Instituto de Física e a segunda da ESALQ.” Ninguém desejando fazer uso da
1529 palavra, o **M. Reitor** coloca em votação o item 3.1. **Votação.** Apurados os
1530 votos eletrônicos e os manifestados pelo chat, obtém-se o seguinte resultado:

1531 Sim = 96 (noventa e seis) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 4 (quatro)
1532 votos; Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da CLR, favorável
1533 à alteração dos artigos 52, 54 e 57 do Regimento do Instituto de Física. Em
1534 seguida, é colocado em votação o item 3.2. **Votação**. Apurados os votos
1535 eletrônicos e os manifestados pelo chat, obtém-se o seguinte resultado: Sim =
1536 94 (noventa e quatro) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 2 (dois) votos;
1537 Total de votantes = 96 (noventa e seis). É aprovado o parecer da CLR,
1538 favorável à alteração do inciso VII do artigo 14 do Regimento da Escola
1539 Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Ato seguinte, passa-se ao item **4 –**
1540 **RECURSOS 4.1 – PROTOCOLADO 2020.5.72.58.2 – MIRIANE LUCINDO**
1541 **ZUCOLOTO** Recurso interposto por Miriane Lucindo Zucoloto, contra a decisão
1542 da Congregação da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, que
1543 deliberou pelo não provimento de seu recurso contra o resultado proclamado
1544 pela Comissão Julgadora no concurso para provimento de um cargo de
1545 Professor Doutor, junto ao Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e
1546 Odontologia Legal. Edital ATAc-FORP 027-2019 de abertura de inscrição para
1547 o concurso de títulos e provas visando o provimento de um cargo de Professor
1548 Doutor do Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia
1549 Legal da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto da Universidade de São
1550 Paulo, publicado no D.O de 31.08.2019. **Relatório final da Comissão**
1551 **Julgadora e tabela de notas**: considera habilitados os candidatos: Drs.
1552 Regiane Cristina do Amaral, Luana Pinho de Mesquita, Miriane Lucindo
1553 Zucoloto e Mariana Gabriel, indicando a Dra. Luana Pinho de Mesquita para
1554 provimento do cargo de Professor Doutor (07.02.20). Recurso interposto por
1555 Miriane Lucindo Zucoloto, contra o resultado proclamado pela Comissão
1556 Julgadora no concurso para provimento de um cargo de professor doutor junto
1557 ao Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal, com
1558 a argumentação de que “muitas dúvidas vieram à tona mediante as notas
1559 atribuídas pela comissão julgadora e principalmente quanto à sua
1560 imparcialidade”, em razão disso, pleiteia a revisão e reanálise das notas
1561 atribuídas pela Comissão Julgadora (15.02.20). **Parecer da Comissão**
1562 **Julgadora**: manifesta-se com relação às argumentações do recurso, quais
1563 sejam: nulidade do edital, evidência do não cumprimento das normas previstas
1564 no edital para avaliação independente por parte da Comissão Julgadora na

1565 primeira fase do concurso, critério de avaliação da prova prática pela Comissão
1566 Julgadora, das notas atribuídas à prova pública de arguição e julgamento do
1567 memorial (28.02.20). **Parecer da Congregação da FORP:** deliberou por não
1568 dar provimento ao recurso interposto por Miriane Lucindo Zucoloto, contra o
1569 resultado proclamado pela Comissão Julgadora no concurso para provimento
1570 de um cargo de professor doutor, junto ao Departamento de Estomatologia,
1571 Saúde Coletiva e Odontologia Legal de Professor Doutor, realizado no período
1572 de 03 a 07 de fevereiro de 2020, bem como deliberou por não conceder efeito
1573 suspensivo ao supracitado concurso (16.03.20). Despacho do Diretor da
1574 FORP, Prof. Dr. Paulo Nelson Filho, à Secretaria Geral, encaminhando o
1575 recurso interposto por Miriane Lucindo Zucoloto, contra a decisão da
1576 Congregação da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, que deliberou
1577 pelo não provimento de seu recurso contra o resultado proclamado pela
1578 Comissão Julgadora no concurso para provimento de um cargo de professor
1579 doutor, junto ao Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia
1580 Legal (20.03.20). **Parecer PG nº 16476/2020:** narra que, em razões a
1581 recorrente alega que: i) o Edital ATAc-FORP 027-2019 seria nulo por não
1582 prever expressamente o prazo para a interposição de recursos; ii)
1583 descumprimento dos critérios estabelecidos no item 4- VII do Edital em razão
1584 de não haver ocorrido avaliação “independente” na primeira fase do concurso,
1585 por serem conferidas notas iguais aos candidatos por todos os examinadores;
1586 iii) as notas conferidas pelos examinadores na prova prática, embora
1587 individuais, seriam muito destoantes e desproporcionais em relação ao nível de
1588 experiência técnica dos candidatos. Por esta razão solicitou esclarecimentos da
1589 Banca quanto aos critérios de correção da prova prática; iv) os candidatos com
1590 maior número de publicações em revistas indexadas e com maior fator de
1591 impacto não obtiveram as maiores notas atribuídas à prova pública de arguição
1592 e julgamento do memorial. Haveria, assim, discrepância entre as notas
1593 atribuídas e o currículo da recorrente. Em razão disso, a recorrente pleiteou a
1594 revisão e reanálise das notas atribuídas pela Comissão Julgadora. Passando a
1595 opinar, observa que o recurso analisado é tempestivo. Quanto à ausência de
1596 nulidade e prazo recursal com previsão regimental, argumenta que o Edital faz
1597 remissão expressa às normas do Estatuto e Regimento Geral da USP para sua
1598 regência, e que o prazo recursal é disciplinado no Artigo 254; acrescenta ainda

1599 que o mencionado prazo recursal de 10 (dez) dias foi, inclusive, pontuado pela
1600 recorrente para defender a tempestividade de seu recurso, não sendo possível
1601 alegar desconhecimento, ou indícios de prejuízo, que pudesse ensejar alguma
1602 aparente nulidade. A seguir, em relação à avaliação da prova da primeira fase
1603 e à coincidência de notas conferidas, lembra que a recorrente alegava o
1604 descumprimento dos critérios estabelecidos no item 4-VII do Edital que prevê
1605 que cada prova será avaliada, individualmente, pelos membros da Comissão
1606 Julgadora, em razão de serem conferidas notas iguais aos candidatos por
1607 todos os examinadores, pontua não merecer guarida, elucidando que, ao
1608 estabelecer que cada prova será individualmente avaliada por cada
1609 examinador, a norma determina que cada examinador confira nota para cada
1610 candidato examinado, o que ocorreu no concurso em análise. Esclarece que
1611 não há óbice jurídico, seja ele editalício ou normativo, que impeça aos
1612 membros da Comissão Julgadora conferirem notas coincidentes aos
1613 candidatos. Assim sendo, no presente caso concreto, conforme esclarecido
1614 pelos membros da Comissão Julgadora, foram estabelecidos parâmetros
1615 objetivos para correção das provas, o que teria colaborado para que fossem
1616 atribuídas notas coincidentes aos candidatos na primeira fase. Pondere-se
1617 ainda, que a primeira fase é usualmente a mais objetiva, sendo natural a
1618 proximidade de notas conferidas pelos examinadores aos candidatos. No que
1619 tange à avaliação da prova prática e julgamento e arguição do memorial e
1620 questão de mérito, esclarece que sobre os argumentos referentes à avaliação
1621 da prova prática e ao julgamento e arguição dos memoriais, tratam-se ambos
1622 os casos de clara avaliação de mérito, não cabendo a este órgão jurídico
1623 imiscuir-se. Comparar o nível de experiência técnica dos candidatos na prova
1624 prática, ou os currículos lattes dos candidatos, quantificando e qualificando
1625 atividades, nada mais é que pretender substituir a Comissão Julgadora na
1626 respectiva avaliação. Acrescenta, ainda, que referente ao julgamento e
1627 arguição do memorial, o artigo 136 do Regimento Geral estabelece que tal
1628 julgamento é expresso mediante "nota global" e deverá refletir o "mérito" do
1629 candidato. Por fim, destaca que as avaliações nos concursos públicos para
1630 ingresso na carreira docente da Universidade de São Paulo competem com
1631 exclusividade às Comissões Julgadoras, não se revelando viável sua
1632 reapreciação por quaisquer outros órgãos da Universidade. Desta forma, a

1633 Congregação, o Conselho Universitário ou qualquer outro órgão da
1634 Universidade não podem substituir a Comissão Julgadora em seu papel de
1635 avaliar os candidatos, nem podem determinar que esta reveja sua avaliação.
1636 Pela análise das razões recursais, é possível verificar que o que pretende a
1637 recorrente é que sua própria avaliação, se sobreponha à avaliação da prova
1638 prática e ao julgamento de memoriais realizado pela Comissão Julgadora.
1639 Portanto, a apreciação dos argumentos recursais, referentes às notas
1640 atribuídas à prova prática e ao julgamento de memoriais, implicaria inevitável
1641 revisão da avaliação da Comissão Julgadora, o que se revela impossível.
1642 Assim sendo, argumenta que, pelas razões levantadas, é impossível o
1643 acolhimento do pedido formulado pela recorrente de que seja determinada a
1644 revisão e reanálise das notas atribuídas no concurso realizado, especialmente
1645 no tocante à prova prática e aos memoriais, pois resultaria em interferência
1646 indevida no julgamento de mérito realizado pela Comissão Julgadora. Em
1647 síntese conclusiva, opina, portanto, pelo recebimento do recurso como
1648 tempestivo para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se a decisão
1649 proferida na 426ª sessão da Congregação da Unidade, de indeferimento do
1650 recurso interposto e do pleito de efeito suspensivo, bem como mantendo-se a
1651 homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora do Concurso Público
1652 de Títulos e Provas para provimento do cargo de Professor Doutor, junto ao
1653 Departamento de Estomatologia, Saúde Coletiva e Odontologia Legal da
1654 Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, Edital ATAc/FORP nº 027/2019
1655 (19.08.20). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca
1656 Serrão, contrário ao recurso interposto pela interessada (02.10.20). Na reunião
1657 do Conselho Universitário de 24 de novembro de 2020, os autos foram
1658 retirados de pauta, devido ao adiantado da hora. **4.2 – PROTOCOLADO**
1659 **2020.5.191.59.0 – MAYTÊ BOLEAN** Recurso interposto por Maytê Bolean
1660 Correia, contra a decisão da Congregação da Faculdade de Filosofia, Ciências
1661 e Letras de Ribeirão Preto, que julgou improcedente seu recurso e manteve a
1662 homologação do relatório final da Comissão Julgadora do concurso para
1663 provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de
1664 Química da Unidade. Edital ATAc nº 037/2019 de abertura de inscrições ao
1665 concurso de títulos e provas visando o provimento de um cargo de Professor
1666 Doutor no Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e

1667 Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, publicado no D.O de
1668 24.08.2019. **Relatório Final da Comissão Julgadora e tabelas de notas:**
1669 considerou habilitados os candidatos: Thaila Fernanda dos Reis, Gabriele
1670 Verônica de Mello Gabriel, Maytê Bolean, Debora Danielle Virginio da Silva,
1671 Roberta Verciano Pereira Yokogawa, Aisel Valle Garay, Karel Olavarria
1672 Gamez, Juliana Mimardi Nascimento, Carlos Arterio Sorgi, Adriana Ferreira
1673 Lopes Vilela, João Paulo Lourenço Franco Cairo e Alessandra Pinto de
1674 Oliveira. Os Profs. Drs. Carlos Frederico Leite Fontes, Iolanda Midea Cuccovia
1675 e Paulo Lee Ho indicaram o candidato Carlos Arterio Sorgi para o provimento
1676 do cargo/claro em concurso. Os Profs. Drs. Daniel Junqueira Dorta e Francisco
1677 De Assis Leone indicaram a candidata Maytê Bolean para o provimento do
1678 claro/cargo em concurso (07.03.20). Edital ATAc 023/2020, publicado no DOE
1679 de 07/05/2020, de homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora
1680 referente ao Edital 037/2019 que indicou o candidato Carlos Arterio Sorgi,
1681 proferida na 83ª sessão extraordinária da Congregação da FFCLRP. Recurso
1682 interposto por Maytê Bolean Correia, contra a homologação do relatório final da
1683 Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo de Professor
1684 Doutor junto ao Departamento de Química da Faculdade de Filosofia, Ciências
1685 e Letras de Ribeirão Preto (14.05.20). **Parecer da Congregação da FFCLRP:**
1686 apreciou o recurso interposto por Maytê Bolean Correia, referente à decisão do
1687 colegiado de homologação do relatório final da Comissão Julgadora do
1688 concurso de Professor Doutor junto ao Departamento de Química e aprovou o
1689 parecer do Prof. Dr. Marcelo Marini Pereira de Souza, pelo não provimento do
1690 recurso interposto pela interessada, mantendo-se a decisão anterior do
1691 colegiado, de homologação do relatório final do referido concurso (21.05.20).
1692 Informação do Diretor da FFCLRP, Prof. Dr. Pietro Ciancaglini, à Secretaria
1693 Geral, encaminhando o recurso interposto por Maytê Bolean Correia, contra a
1694 decisão da Congregação da Unidade, que julgou improcedente seu recurso e
1695 manteve a homologação do relatório final da Comissão Julgadora do concurso
1696 para provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de
1697 Química da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto.
1698 Informa, ainda, que foi dada ciência da decisão da Congregação à interessada
1699 por e-mail, devido ao período de prevenção de contágio pela COVID-19 e a
1700 suspensão das atividades presenciais na FFCLRP (02.06.20). **Parecer PG nº**

1701 **16460/2020**: esclarece que diversamente do que fora reiteradamente alegado
1702 pela recorrente, a Procuradoria não declarou viciado o Relatório Final proferido
1703 pela Comissão Julgadora, por erros insanáveis ou que atentem contra a higidez
1704 do concurso docente. Ao contrário, apenas aponta um erro de cálculo da média
1705 ponderada das notas, externado na média final dos candidatos, em razão do
1706 arredondamento indevido, que poderia facilmente ser sanado por simples
1707 retificação da tabela de médias finais e Relatório Final. Acrescenta que
1708 corrigido o cálculo, o resultado do concurso permaneceria o mesmo, mas com
1709 maior vantagem ao candidato vencedor. Em seguida, lembra que não há
1710 nulidade sem prejuízo, observando que no caso em tela, os objetivos do
1711 concurso público foram alcançados, atendendo-se aos critérios normativos
1712 objetivos que determinam a indicação do candidato vencedor com base na
1713 maior média alcançada. Assim, ainda que haja alguma irregularidade formal ou
1714 desconformidade com o Regimento Geral em relação ao cálculo da média final,
1715 esta é incapaz de gerar lesão ou prejuízo e sua correção não traria efeito
1716 diverso daquele observado no resultado (indicação do candidato vencedor). No
1717 que se refere à alegação de que o concurso docente estaria viciado por
1718 imprecisões, dúvidas, confusões, arrependimentos e erros que maculariam a
1719 higidez do resultado, lembra que o concurso público deve ter sua avaliação
1720 pautada nos critérios objetivos traçados pela norma. Destaca que o que
1721 pretende a recorrente é a revisão dos critérios objetivos de mérito acadêmico
1722 utilizados pela Comissão Julgadora na avaliação dos candidatos após o cálculo
1723 da média final ponderada, em razão da 'intenção' de um dos examinadores.
1724 Esclarece que tal possibilidade inexistente, pois geraria inequívoca insegurança,
1725 inviabilizando a realização dos certames com lisura, imparcialidade dos
1726 julgadores e moralidade. Lembra, que em concursos públicos somente é
1727 possível rever ilegalidades eventualmente existentes e corrigir erros formais,
1728 como o erro de cálculo observado em razão do arredondamento indevido. Em
1729 conclusão, opina pelo recebimento do presente recurso e pelo não provimento
1730 de suas razões, sugerindo o encaminhamento à CLR e Co. Em
1731 complementação, a Procuradora Chefe da Procuradoria Acadêmica, Dr.^a
1732 Stephanie Yukie Hayakawa da Costa, frisa "que o único motivo que impediu o
1733 examinador Prof. Dr. Carlos Frederico Leite Fontes de indicar a candidata
1734 Maytê Bolean foi o fato de que as notas que ele mesmo conferiu-lhe nas fichas

1735 de avaliação - notas preenchidas à mão, por ele mesmo - foram inferiores às
1736 notas conferidas por ele - novamente, com sua própria caligrafia - ao candidato
1737 Carlos Arterio Sorgi. Não houve erro algum na planilha de notas, pois apenas
1738 foram transcritas as notas conferidas individualmente em cada ficha de
1739 avaliação, com anotação à mão pelo próprio examinador Prof. Dr. Carlos
1740 Frederico Leite Fontes, tanto em numeral quanto por extenso.” Acrescenta que
1741 não houve erro de somatório, nem de divulgação das notas Nesse sentido,
1742 atender o pedido da recorrente seria evidente violação aos princípios da
1743 impessoalidade, da moralidade e da legalidade (17.08.20). **Parecer da CLR:**
1744 aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, contrário ao recurso
1745 interposto pela interessada (02.10.20). Na reunião do Conselho Universitário de
1746 24 de novembro de 2020, os autos foram retirados de pauta, devido ao
1747 adiantado da hora. **4.3 – PROCESSO 2019.1.64.31.9 – INSTITUTO DE**
1748 **ESTUDOS BRASILEIROS** Recurso interposto por Viviane Panelli Sarraf,
1749 contra a decisão proferida pelo Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos
1750 Brasileiros IEB, que indeferiu seu recurso contra a homologação do Relatório
1751 Final da Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo de
1752 Professor Doutor junto à Diretoria, na área temática de Museologia. Edital IEB
1753 nº 005/2019, de abertura de inscrição ao concurso público de títulos e provas
1754 visando o provimento de um (01) cargo de Professor Doutor junto à Diretoria,
1755 na área temática de Museologia do Instituto de Estudos Brasileiros, publicado
1756 no D.O em 12.07.2019 e retificado em 21.08.2019. Relatório final da Comissão
1757 Julgadora: “... com base no quadro de notas, a candidata Inês Cordeiro
1758 Gouveia foi indicada por quatro membros da Comissão Julgadora para
1759 provimento do cargo de Professor Doutor em Regime de Dedicção Integral à
1760 Docência e Pesquisa (RDIDP), MS-3.1, junto à Diretoria do Instituto de Estudos
1761 Brasileiros. A candidata Viviane Panelli Sarraf recebeu indicação de um
1762 membro da Comissão Julgadora. ...”(12.12.19). **Decisão do Conselho**
1763 **Deliberativo do IEB:** analisou e aprovou por unanimidade o Relatório da
1764 Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo de Professor
1765 Doutor em RDIDP MS-3.1, na área de Museologia, tendo sido indicada a
1766 candidata Inês Cordeiro Gouveia para o preenchimento da vaga existente
1767 (19.12.19). Recurso interposto por Viviane Panelli Sarraf, por meio de seus
1768 advogados, em face das notas divulgadas pela Comissão Julgadora no âmbito

1769 do concurso público de títulos e provas visando o provimento de um cargo de
1770 professor doutor junto à diretoria, área temática de Museologia do IEB-USP,
1771 requerendo que não homologue o julgamento da Comissão Julgadora no
1772 âmbito do Edital IEB 005/2019 e determine a revisão das notas atribuídas pela
1773 Comissão Julgadora no âmbito do Edital IEB 005/2019, especialmente no
1774 tocante aos memoriais apresentados pelas candidatas, observando
1775 criteriosamente os parâmetros do referido edital para julgamento (06.01.20).
1776 Despacho da Diretora do IEB, Prof.^a Dr.^a Diana Gonçalves Vidal, informando
1777 que o Conselho Deliberativo do IEB já havia homologado o Relatório Final do
1778 concurso em tela em sessão ordinária, realizada dia 19 de dezembro de 2019,
1779 e que a referida decisão já havia sido publicada no Diário Oficial e concedendo
1780 o prazo de 10 (dez) dias à interessada para informar o interesse no
1781 recebimento do requerimento em relação à referida decisão do Conselho
1782 Deliberativo (07.01.20). Recurso interposto por Viviane Panelli Sarraf, por meio
1783 de seus advogados, contra a decisão proferida pelo Conselho Deliberativo que
1784 homologou o Relatório da Comissão Julgadora do concurso para provimento
1785 de um cargo de Professor Doutor, na área de Museologia, tendo sido indicada
1786 a candidata Inês Cordeiro Gouveia para o preenchimento da vaga existente,
1787 requerendo: i) a anulação da homologação do relatório final da Comissão
1788 Julgadora, conforme deliberação do CD do IEB em sessão de 19.12.2019 e
1789 publicada no D.O de 20.12.2019 (e retificada em 21.12.2019); ii) anulada a
1790 homologação nos termos acima, requer a apreciação do recurso interposto
1791 pela candidata Viviane Panelli Sarraf, para o qual reitera todos os seus
1792 fundamentos e pedidos, sem qualquer alteração ou acréscimo; iii)
1793 subsidiariamente, caso não ocorra a anulação da decisão do CD, homologando
1794 o relatório final da Comissão Julgadora, requer a reabertura de prazo para
1795 apresentação de recurso em face da decisão assim mantida, com a
1796 consequente concessão de vistas ao processo e cópias, a juízo da requerente;
1797 iv) ainda de forma subsidiária, se não deferidos quaisquer dos pedidos acima e
1798 em atenção ao despacho da Diretora do IEB do dia 07.01.2020, a requerente
1799 solicita que o recurso já apresentado seja considerado em todos os seus
1800 fundamentos e pedidos, os quais são reiterados pela presente; v) por fim,
1801 requer que todas as intimações e publicações pertinentes ao presente
1802 processo, de interesse da ora requerente, sejam realizadas exclusivamente em

1803 nome dos seus advogados (10.01.20). A Diretora do IEB, “ad referendum” do
1804 CD, manifesta-se com relação ao recurso encaminhado: indefere o
1805 requerimento de anulação da homologação do relatório final da Comissão
1806 Julgadora, tendo em vista que o IEB apenas cumpriu o artigo 147 do
1807 Regimento Geral da USP, uma vez que não havia outra sessão ordinária do
1808 CD agendada no período ali previsto; concede o prazo de dez dias para novo
1809 recurso a partir da intimação da presente decisão. Esclarece que as vistas do
1810 processo e a obtenção de cópias ficam franqueadas, desde que manifestado o
1811 interesse e recolhidas as taxas referentes ao fornecimento de cópias.
1812 Publicada no D.O de 14.01.2020 (13.01.20). Recurso interposto por Viviane
1813 Panelli Sarraf, por meio de seus advogados, contra a decisão proferida pelo
1814 Conselho Deliberativo que homologou o Relatório da Comissão Julgadora do
1815 concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor em RDIDP, MS-3,
1816 na área de Museologia, tendo sido indicada a candidata Inês Cordeiro Gouveia
1817 para o preenchimento da vaga existente, requerendo: i) a atribuição de efeito
1818 suspensivo ao presente recurso, sustentando quaisquer atos tendentes à
1819 nomeação da candidata Inês Cordeiro Gouveia e conseqüente provimento do
1820 cargo de Professor de Museologia em disputa, até a final decisão do Conselho
1821 Deliberativo do IEB sobre este recurso; ii) a anulação da homologação do
1822 relatório final da Comissão Julgadora; e iii) que, anulada a homologação, seja
1823 determinada a revisão das notas atribuídas pela Comissão Julgadora no âmbito
1824 do Edital IEB 005/2019, especialmente no tocante aos memoriais apresentados
1825 pelas candidatas, observando criteriosamente os parâmetros do referido edital
1826 para julgamento e conseqüente emissão de novo relatório pela Comissão
1827 Julgadora para apreciação deste Conselho Deliberativo (24.01.19). **Decisão do**
1828 **Conselho Deliberativo do IEB:** analisou e aprovou por unanimidade o parecer
1829 sobre a regularidade jurídico formal do concurso para provimento de um cargo
1830 de Professor Doutor, emitido pelo Professor Doutor Luís Antônio Jorge,
1831 desprovendo o recurso interposto pela candidata (30.01.20). Recurso
1832 interposto por Viviane Panelli Sarraf (endereço ao Conselho Universitário),
1833 contra a decisão proferida pelo Conselho Deliberativo do IEB, que indeferiu seu
1834 recurso contra a homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora do
1835 concurso para provimento de um cargo de professor doutor junto à Diretoria, na
1836 área temática de Museologia, requerendo, além dos pedidos listados nos

1837 recursos anteriores, o provimento do presente recurso para desconsideração
1838 da decisão proferida pelo Conselho Deliberativo do IEB em sessão
1839 extraordinária realizada em 30/01/2020, que desproveu o recurso interposto
1840 pela candidata Viviane Panelli Sarraf; (12.02.20). Recurso interposto por
1841 Viviane Panelli Sarraf (endereço à Procuradoria Geral), contra a decisão
1842 proferida pelo Conselho Deliberativo do IEB, que indeferiu seu recurso contra a
1843 homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora do concurso para
1844 provimento de um cargo de professor doutor junto à Diretoria, na área temática
1845 de Museologia (17.03.20). **Parecer PG P. PG. n.16219/2020:** narra que
1846 constam dos autos 3 (três) recursos administrativos interpostos pela candidata,
1847 sendo que o segundo recurso foi protocolado em 24/01/2020, englobando em
1848 seu teor as razões do recurso inicial e posterior manifestação; neste, em suma
1849 se alega: i) não poderia o Conselho Deliberativo homologar o resultado do
1850 concurso (19/12/2019) quando ainda estava em curso o prazo para eventual
1851 recurso, sendo a homologação realizada nula de pleno direito, pois teria
1852 'ignorado' o recurso tempestivo e posteriormente protocolado pela candidata
1853 (06/02/20202), violando o preceito constitucional do devido processo legal e
1854 direito à ampla defesa; ii) a decisão do Conselho Deliberativo do IEB, em sua
1855 275ª sessão, aprovou o Relatório Final da Comissão Julgadora, sem as razões
1856 indicativas do ato, sem apontar o exame formal devido em razão do art. 147 do
1857 Regimento Geral da USP; iii) haveria prejuízo à defesa por não ser
1858 disponibilizada a Ata da sessão do Conselho Deliberativo no processo
1859 administrativo, a fim de examinar a fundamentação da decisão; iv) não haveria
1860 indicação da motivação e fundamentos para justificar as notas atribuídas aos
1861 candidatos pela Comissão Julgadora; v) as notas atribuídas às candidatas
1862 seriam inconsistentes com os critérios determinados pelo item 6 do Edital, pois
1863 pela mera comparação dos currículos lattes da recorrente e da candidata
1864 indicada, seria possível verificar diferenças quantitativas significativas e
1865 relevantes. Segundo avalia, teria a recorrente: maior número em produção
1866 científica, atividade didática universitária, se sobressaindo na participação de
1867 bancas de trabalhos de conclusão, coordenação de grupo de pesquisa, dois
1868 pós-doutorados em Museologia, e, ainda, premiações, menções-honrosas,
1869 conquista de bolsas de intercâmbio e dignidades universitárias na área de
1870 Museologia e Cultura, pontos que a tornariam mais meritória que a outra

1871 candidata; vi) diante da diferença apontada, não poderia a recorrente, assim,
1872 obter a mesma nota que a candidata indicada como vencedora do concurso no
1873 julgamento de memoriais; vii) defende não se tratar de adentrar no mérito da
1874 avaliação, mas simplesmente exercer o controle dos parâmetros determinados
1875 pelo edital para julgamento dos memoriais. Assim, a manutenção das notas
1876 atribuídas violaria, conforme alega, o princípio da vinculação ao edital. Com tais
1877 argumentos, a recorrente pleiteou, naquele momento: a) a concessão do efeito
1878 suspensivo ao recurso, suspendendo tanto os atos tendentes à nomeação da
1879 candidata Inês Cordeiro Gouveia como o consequente provimento do cargo de
1880 Professor de Museologia; b) a anulação da Homologação do Relatório Final da
1881 Comissão Julgadora, conforme deliberado na sessão de 19 de dezembro de
1882 2019; c) seja determinada a revisão das notas atribuídas pela Comissão
1883 Julgadora no âmbito do edital IEB 005/2019, especialmente no tocante aos
1884 memoriais; d) e que as intimações e publicações sejam realizadas em nome
1885 dos advogados. Narra ainda que, encaminhados os autos à Secretaria Geral e,
1886 ato subsequente, à Procuradoria Geral, foi protocolado, em 12/02/2020, outro
1887 recurso, endereçado ao Conselho Deliberativo do IEB, atacando,
1888 especificamente, a decisão de indeferimento do recurso anterior. Nesta
1889 oportunidade, além de reprisar as razões recursais já expostas, acrescentou as
1890 seguintes alegações: i) a decisão do Conselho Deliberativo proferida na 276^a
1891 sessão extraordinária padeceria de vícios e nulidades, pois não haveria
1892 fundamentação, nem análise isenta. Não teria sido apreciado o pedido de efeito
1893 suspensivo, requerido pela recorrente, o que comprovaria a “ligeireza” com que
1894 o tema teria sido tratado; ii) a nulidade presente na homologação do Relatório
1895 Final de 19/12/2020, não teria sido superada pela manutenção da decisão,
1896 realizada na 276^a sessão ordinária, ao contrário, teria sido reiterada, pois a
1897 mera concessão da oportunidade de apresentação de um recurso não
1898 significaria respeito à ampla defesa; iii) a nova decisão não apresentou
1899 fundamentação suficiente, por ausência de avaliação efetiva dos argumentos
1900 apresentados, a justificar o indeferimento do recurso e a manutenção da
1901 homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora; iv) a composição das
1902 notas do julgamento de memorial não foi indicada em nenhum momento do
1903 processo, a indicar que: a) ou a composição das notas existe e não foi
1904 divulgada, prejudicando a defesa; b) ou a afirmação do parecerista de que o

1905 julgamento de memoriais é feita com base também na arguição seria
1906 meramente hipotética. Reitera, assim, os pedidos acima listados. Acrescenta
1907 que, em 17/02/2020, a recorrente protocolou na Procuradoria Geral petição
1908 narrando os fatos referentes às anteriores impugnações, noticiando a ausência
1909 de apreciação dos pedidos de efeito suspensivo realizados nos recursos e
1910 informando sobre a investidura no cargo da candidata indicada como
1911 vencedora do concurso. Relata que a recorrente acrescenta às alegações
1912 anteriores, os seguintes argumentos: “i) que a alegação da Diretora, de que a
1913 homologação não deve ser anulada pois a análise formal do concurso foi
1914 realizada em tal data em razão do cumprimento do prazo art. 147 do
1915 Regimento Geral da USP não merece ser acolhida uma vez que, segundo
1916 entende, tal dispositivo exigiria que a Conselho Deliberativo faça o exame
1917 formal antes da emissão de seu parecer, o que incluiria eventuais
1918 questionamentos recursais; ii) que o IEB tem atropelado o procedimento
1919 administrativo em completo desrespeito a ampla defesa e contraditório.
1920 Especialmente em duas situações: (i) apreciação do relatório final da Comissão
1921 Julgadora pelo Conselho Deliberativo do IEB, enquanto ainda estava pendente
1922 o prazo recursal; (ii) a apreciação do efeito suspensivo ao recurso, ao final
1923 oportunizado à candidata em face da decisão do Conselho Deliberativo.
1924 Requerendo, ainda, a urgente apreciação do caso pela Procuradoria Geral,
1925 com recomendação de acolhimento dos pedidos formulados pelas instâncias
1926 superiores. Passando a opinar, observa, inicialmente, que os recursos
1927 analisados são tempestivos. Em relação à nulidade da inicial decisão
1928 homologatória do Relatório Final do concurso pelo Conselho Deliberativo do
1929 IEB, em razão de tal fato ter ocorrido antes do transcurso integral do prazo
1930 recursal de 10 (dez) dias, previsto no artigo 254 do Regimento Geral da USP,
1931 afirma haver uma ausência de previsão normativa de prazo mínimo entre a
1932 realização do concurso e a homologação do Relatório Final, uma vez que não
1933 há no Regimento Geral da USP qualquer comando normativo que estabeleça
1934 um prazo mínimo a ser observado entre a publicação do resultado do concurso
1935 e sua homologação pelo Conselho Deliberativo (ou Congregação conforme o
1936 caso). Assim sendo, conclui que “não há nenhum impedimento, ou nulidade, no
1937 fato de ter o Conselho Deliberativo homologado o resultado do concurso
1938 enquanto corrente o prazo para eventual recurso. Sendo importante ressaltar

1939 que a homologação do Relatório Final foi mantida pelo colegiado, mesmo após
1940 análise das razões recursais apresentadas em 06/01/2020 e 24/02/2020, ou
1941 seja, ainda que fosse possível aceitar o argumento da recorrente, eventual
1942 nulidade seria superada pela decisão homologatória proferida na 276ª sessão
1943 extraordinária do Conselho Deliberativo do IEB.” No que tange à garantia à
1944 ampla defesa e contraditório preservados, observa que, ao contrário do que
1945 afirma a recorrente, em nenhum momento seu recurso foi “ignorado”
1946 (06/02/2020), ao revés, foi lhe outorgado prazo adicional, tanto que esta
1947 protocolou novo recurso em 24/01/2020. Acrescenta que não houve, qualquer
1948 violação ao preceito constitucional do devido processo legal ou ao direito à
1949 ampla defesa e contraditório da candidata, prova disso são os inúmeros
1950 recursos e peticionamentos realizados por seus advogados seguindo,
1951 rigorosamente, o trâmite processual estabelecido no Regimento Geral da USP.
1952 Referente à alegação de ausência das Atas das 275ª e 276ª sessões do
1953 Conselho Deliberativo do IEB nos autos do presente processo administrativo,
1954 esclarece que as atas dos colegiados da Universidade de São Paulo somente
1955 se tornam públicas após sua aprovação, realizada em sessão ordinária
1956 seguinte. Considerando que as mesmas já foram aprovadas, ou seja, diante da
1957 publicização de tais documentos, recomenda, em atenção aos princípios do
1958 contraditório e ampla defesa, que seja dada ciência de seu teor aos advogados
1959 da recorrente, oportunizando a eventual complementação das razões do
1960 recurso apresentado no prazo de 10 (dez) dias. No que diz respeito ao
1961 julgamento dos memoriais, assevera que, ao contrário do que afirma a
1962 recorrente, trata-se claramente de avaliação de mérito. Acrescenta que
1963 comparar os currículos lattes das candidatas, quantificando atividades, nada
1964 mais é que pretender substituir a Comissão Julgadora na respectiva avaliação,
1965 que não se resume a “quantificação”, mas especialmente se pauta na
1966 qualidade dos itens a serem apreciados no julgamento dos memoriais. Esse é
1967 o entendimento que se retira do artigo 136 do Regimento Geral que estabelece
1968 que o julgamento do memorial é expresso mediante “nota global” e deverá
1969 refletir o “mérito” do candidato. Lembra, ainda, que as avaliações nos
1970 concursos públicos para ingresso na carreira docente da Universidade de São
1971 Paulo competem com exclusividade às Comissões Julgadoras, não se
1972 revelando viável sua reapreciação por quaisquer outros órgãos da

1973 Universidade. Assim, o Conselho Deliberativo não pode imiscuir-se na questão
1974 relativa à avaliação empreendida pela Comissão. Por consequência lógica,
1975 também o Conselho Universitário, que aprecia os recursos interpostos em face
1976 das decisões do Conselho Deliberativo não pode rever a avaliação realizada
1977 pela Comissão Julgadora. Reitera que não se trata de entendimento novo, mas
1978 de há muito sedimentado no âmbito da Procuradoria Geral por meio de seus
1979 Pareceres e na CLR por meio de suas decisões. Passando a análise das
1980 razões recursais, afirma que é possível verificar que o que pretende a
1981 recorrente é que sua própria avaliação curricular das candidatas, embasada
1982 unicamente em critério quantitativo, se sobreponha ao julgamento de
1983 memoriais realizado pela Comissão Julgadora. Porém, a apreciação dos
1984 argumentos recursais, referentes às notas atribuídas ao julgamento de
1985 memoriais implicaria inevitável revisão da avaliação da Comissão Julgadora, o
1986 que se revela impossível. Isso porque, a revisão dos critérios de mérito
1987 acadêmico utilizados pela Comissão Julgadora na avaliação dos candidatos
1988 geraria insegurança, inviabilizando a realização dos certames com lisura,
1989 imparcialidade dos julgadores e moralidade. Em relação à suposta ausência de
1990 motivação das decisões do Conselho Deliberativo, seja para homologar o
1991 Relatório Final da Comissão Julgadora, ou para indeferir os recursos iniciais da
1992 recorrente, aponta que é inerente à natureza do exame formal e homologatório
1993 do certame, a motivação concisa, diante de sua regularidade e ausência de
1994 óbices normativos. Deste modo, não se vislumbra qualquer vício na
1995 homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora realizada na 275ª
1996 sessão ordinária do Conselho Deliberativo. Acrescenta ainda que pela leitura
1997 das Atas é possível facilmente deduzir que os recursos interpostos foram
1998 recebidos e analisados pelo Conselho Deliberativo, sendo desprovido tanto o
1999 recurso quanto o pedido de efeito suspensivo. Em conclusão, opina pelo
2000 recebimento dos recursos como tempestivos, para no mérito, negar-lhes
2001 provimento, mantendo-se a decisão proferida na 276ª sessão ordinária do
2002 Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, de
2003 indeferimento do recurso interposto e do pleito de efeito suspensivo, mantendo-
2004 se a homologação do Relatório Final da Comissão Julgadora do Concurso
2005 Público de Títulos e Provas para provimento do cargo de Professor Doutor, em
2006 RDIDP, na área de Museologia de Estudos Brasileiros - IEB (Edital IEB -

2007 005/2019). Opina, ainda, pelo encaminhamento dos autos Secretaria Geral
2008 para: i) que seja dada ciência aos advogados da recorrente das Atas das 275ª
2009 e 276ª sessões do Conselho Deliberativo do IEB, outorgando-lhes prazo para
2010 complementação das razões do presente recurso no prazo de 10 (dez) dias; ii)
2011 posteriormente ao prazo fixado, com ou sem a complementação das razões
2012 recursais, seja providenciada a apreciação do caso pela douta Comissão de
2013 Legislação e Recursos, nos termos do artigo 11, incisa II do Regimento Geral e
2014 artigo 21, inciso II do Estatuto, para posterior julgamento pelo Conselho
2015 Universitário, na forma do artigo 254 e artigo 255 do Regimento Geral
2016 (04.06.20). Considerando a solicitação feita pela recorrente Viviane Panelli
2017 Sarraf nos autos do Proc. USP 2019.1.64.31.9, bem como recomendação da
2018 Procuradoria Geral no Parecer PG P. PG. n.16219/2020, a pedido do Senhor
2019 Secretário Geral da Universidade de São Paulo, Prof. Dr. Pedro Vitoriano
2020 Oliveira, são encaminhadas, aos advogados da recorrente, as Atas das 275ª e
2021 276ª sessões do Conselho Deliberativo do Instituto de Estudos Brasileiros –
2022 IEB e concedido o prazo de 10 (dez) dias corridos para, caso haja interesse,
2023 fazer complementação das razões recursais em relação ao recurso interposto
2024 por Viviane Panelli Sarraf, contra a decisão proferida pelo Conselho
2025 Deliberativo do IEB (30.09.20). Apresentação da complementação das razões
2026 recursais de Viviane Panelli Sarraf, por meio de seus advogados (09.10.20).
2027 **Parecer PG. Nº 16735/2020:** inicialmente, verifica que a complementação
2028 recursal ocorreu no prazo conferido de 10 (dez) dias). A seguir, esclarece que a
2029 Universidade de São Paulo, integrante da Administração Indireta, tem o dever
2030 constitucional de zelar pela legalidade de seus atos (art. 37 da CF). Decorrente
2031 de mencionada obrigação surge a autotutela, pela qual a Administração tem o
2032 dever de anular os atos que apresentem vício de legalidade e a prerrogativa de
2033 revogar aqueles que se mostrarem inconvenientes e oportunos. Assim sendo,
2034 em razão do poder-dever de autotutela a autoridade administrativa pode anular
2035 ou revogar seus próprios atos a qualquer tempo, inclusive, sendo o caso,
2036 destituindo o docente investido no cargo quando verificada a presença de
2037 nulidade no certame. E, mas uma vez, lembra que a avaliação em concursos
2038 públicos para ingresso na carreira docente da Universidade de São Paulo é
2039 atribuição específica da Comissão Julgadora, não sendo possível a
2040 reapreciação de seu mérito pelos colegiados superiores. Destarte, o recurso

2041 somente merece provimento pelos colegiados competentes se configurada
2042 irregularidade formal a dar ensejo à invalidação de atos do certame, o que
2043 reforço, pode se dar a qualquer tempo no exercício da autotutela. Assim conclui
2044 que o questionamento formulado pela recorrente “a que se prestaria a
2045 interposição de um recurso se a decisão final homologatória foi proferida antes
2046 de analisar as suas razões”, desconsidera o fato: tanto de não ser possível aos
2047 colegiados superiores avaliarem o mérito da avaliação realizada pela Comissão
2048 Julgadora, como ser possível à autoridade administrativa (identificável com os
2049 colegiados universitários), no exercício da autotutela, poder anular ou revogar
2050 seus atos a qualquer tempo. Sendo assim, pouco importa serem as razões
2051 recursais analisadas antes ou após à homologação de seu Relatório Final, pois
2052 caso a irregularidade formal ou nulidade se fizesse presente, ainda que o
2053 recurso fosse interposto posteriormente à homologação do Relatório Final do
2054 concurso em comento, os atos subsequentes à irregularidade detectada
2055 poderiam ser invalidados, inclusive atingindo, eventualmente, a nomeação
2056 do(a) docente indicado(a) como vencedor(a) do certame. Reitera, ainda, que o
2057 recurso administrativo não é uma fase “anterior” a homologação do Relatório
2058 Final, podendo este, inclusive, ser interposto contra e após a publicação da
2059 decisão homologatória do Relatório Final do concurso público, sendo a
2060 publicação do Relatório Final o termo inicial do prazo recursal de 10 (dez) dias
2061 estabelecido pelo artigo 254 do Regimento Geral. Observa, ainda, que o
2062 processo administrativo, iniciado com o recurso interposto, correu e corre com
2063 rigorosa atenção ao devido processo legal, sendo outorgado amplo exercício à
2064 recorrente ao contraditório e a ampla defesa, que teve suas inúmeras
2065 manifestações analisadas pelos órgãos competentes, como a complementação
2066 em exame. Quanto à motivação, frisa que, no que tange ao pedido de efeito
2067 suspensivo pleiteado, que este fora expressamente indeferido, nos termos da
2068 motivação externada constante da Ata da 276ª Sessão Extraordinária. Assim,
2069 ciente da Ata em comento, a recorrente pôde ter acesso tanto aos motivos
2070 determinantes da decisão quanto ao expresse indeferimento do efeito
2071 suspensivo pleiteado, não havendo que se falar em nulidade. Resta, assim,
2072 cristalino o cumprimento aos princípios da motivação e transparência. Ademais,
2073 afirma que o fato do extrato da decisão publicada, não ser motivada ou conter a
2074 deliberação específica sobre o pedido de efeito suspensivo realizado, não se

2075 confunde com a decisão proferida na sessão do Conselho Deliberativo à qual
2076 se refere, que fora devidamente motivada e na qual constou, expressamente, o
2077 indeferimento do pedido suspensivo formulado. Com tais considerações em
2078 relação a complementação das razões recursais apresentada, reitera as razões
2079 externadas no Parecer PG nº 16219/2020, bem como a recomendação pelo
2080 recebimento dos recursos interpostos e a presente complementação de suas
2081 razões como tempestivos, para no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se
2082 a decisão proferida na 276ª sessão ordinária do Conselho Deliberativo do
2083 Instituto de Estudos Brasileiros - IEB, de indeferimento do recurso interposto e
2084 do pleito de efeito suspensivo, mantendo-se a homologação do Relatório Final
2085 da Comissão Julgadora do Concurso Público de Títulos e Provas para
2086 provimento do cargo de Professor Doutor, em RDIDP, na área de Museologia
2087 de Estudos Brasileiros - IEB (18.11.20). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do
2088 relator, Prof. Dr. Júlio Cerca Serrão, contrário ao recurso interposto por Viviane
2089 Panelli Sarraf (04.12.20). **Cons. Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto:**
2090 “O item 4.1 é um recurso da candidata Miriane Lucindo Zucoloto, contra o
2091 resultado de um concurso da Odontologia de Ribeirão Preto, um concurso para
2092 o cargo de professor doutor do Departamento de Estomatologia, Saúde
2093 Coletiva e Odontologia Legal. Basicamente, a candidata alega em seu recurso -
2094 que não foi acolhido pela Congregação da Unidade - que teria havido falhas na
2095 atribuição das notas pela banca julgadora, alegando que as notas seriam iguais
2096 entre os examinadores, para cada candidato, embora individualizadas; que as
2097 notas seriam, para cada prova, discrepantes entre os candidatos; e discorda
2098 dos critérios que foram adotados para as notas dadas aos memoriais. Já há
2099 uma recorrência em nosso Conselho Universitário quanto à discordância de
2100 candidatos em relação à atribuição das notas, por ter uma avaliação pessoal de
2101 que os memoriais do candidato deveriam ser melhor avaliados do que o do
2102 candidato concorrente; e que a banca teria adotado um critério pouco objetivo.
2103 Discordando, então, das notas que recebeu, ela recorre contra o resultado do
2104 concurso. O parecer do Professor Júlio Serrão, na CLR, é pelo indeferimento
2105 do recurso, ao que reforço dizendo que, como em outros casos, não cabe ao
2106 Conselho Universitário, nem às Congregações das Unidades, reavaliar os
2107 critérios adotados pela banca examinadora e, no caso concreto, não há
2108 nenhum vício formal ou irregularidade praticada pela banca. Portanto, o

2109 parecer da CLR é pelo improvimento do recurso. O segundo é um recurso da
2110 candidata Maytê Bolean, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
2111 Ribeirão Preto, que recorre do resultado do concurso para provimento de cargo
2112 de professor doutor. Neste caso, a candidata teve duas indicações da banca,
2113 enquanto o candidato vencedor teve duas indicações da banca. Ela alega um
2114 fato que ocorreu, mas não alterou o resultado, que foi um erro de cálculo na
2115 média dada às notas entre os candidatos. Esse erro foi decorrente do
2116 arredondamento que era indevido, mas, corrigindo-se a média, não só o
2117 resultado não é alterado, como a média do candidato vencedor fica até mais
2118 alta. Então, é um problema de cálculo que não muda o resultado do certame,
2119 isso foi afastado. De outro lado, também alega que as notas não foram dadas
2120 de maneira impessoal, que os examinadores teriam privilegiado a nota dada ao
2121 candidato vencedor e que, em que pese ela entender ter mais títulos e critérios,
2122 isso não teria sido considerado pela banca, em particular pelos três
2123 examinadores. Por fim, ela alega que um dos examinadores teria pretendido
2124 indicá-la, teria manifestado sua preferência. O problema que foi verificado aqui
2125 é que as notas dadas por esse examinador ao candidato vencedor foram
2126 maiores do que as notas resultantes da candidata que foi derrotada. E pelo
2127 critério que conhecemos, a indicação de cada membro da banca não é uma
2128 vontade subjetiva do membro, mas do resultado das notas atribuídas a cada
2129 candidato. O candidato que tem a maior nota com cada examinador é indicado
2130 por esse examinador, portanto, a manifestação de vontade e preferência do
2131 examinador sucumbe à nota por ele mesmo dada, com sua própria letra, para o
2132 candidato. A indicação dele prevaleceu. Nesse sentido, o parecer da CLR é
2133 pelo indeferimento do recurso, entendendo que o erro de cálculo não afetou o
2134 resultado, as notas não podemos reavaliar e indicação dada pelo Professor
2135 Carlos Frederico Leite Fontes foi correspondente às notas dadas por ele ao
2136 candidato vencedor. Também aqui a CLR opta pelo improvimento do recurso.
2137 Terceiro e último recurso é apresentado também em um concurso para o
2138 provimento de cargo de professor doutor, no Instituto de Estudos Brasileiros, da
2139 candidata Viviane Panelli Sarraf, para a cadeira de Museologia. Há uma série
2140 de discussões técnicas, porque a candidata recorreu do recurso antes do
2141 colegiado do IEB ter homologado o concurso. Ela se apressou, recorreu contra
2142 a banca, depois houve a homologação, ela alegou que o recurso dela não tinha

2143 sido considerado, mas na sequência, como é normal, recorreu contra a
2144 homologação contra o ato do Conselho Deliberativo do IEB. Passou-se, então,
2145 a uma discussão superada nesse sentido, ela acabou entrando com dois
2146 recursos, um muito açodado e outro no tempo correto. Se os senhores tiverem
2147 tido o cuidado de ler o brilhante parecer do Professor Júlio Serrão, verão que é
2148 um fato muito truncado, porque a candidata interveio várias vezes por meio de
2149 advogado, atravessando manifestações, o que acabou turvando um pouco o
2150 processo. O parecer do Professor Júlio aclara muito essa questão.
2151 Basicamente, o que resta é de novo a discussão com relação às notas. A
2152 candidata entende que as notas são inconsistentes por não estarem
2153 compatíveis com o currículo lattes dos candidatos - que o candidato vencedor
2154 teria um currículo lattes menos pujante e qualitativamente avaliado do que o
2155 dela -, e aqui, novamente, o parecer do Professor Júlio, após afastar as
2156 questões formais - por entender que o direito de defesa e contraditório foi
2157 exercido, até com excesso, com várias manifestações intempestivas - entende
2158 que não cabe prover esse recurso, porque ele simplesmente pede que o
2159 Conselho reavalie o currículo lattes dos candidatos. Portanto, são três
2160 recursos, basicamente todos discutindo a mesma questão, cada qual com suas
2161 razões de avaliação de notas, principalmente de memoriais; e os pareceres,
2162 dois do Professor Júlio Serrão e um da Professora Monica Yassuda, são pelo
2163 indeferimento dos recursos. Não havendo manifestações, o **M. Reitor** passa,
2164 inicialmente, à votação do item 4.1. **Votação**. Apurados os votos eletrônicos e
2165 os manifestados pelo chat, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e
2166 cinco) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 4 (quatro) votos; Total de
2167 votantes = 99 (noventa e nove). É aprovado o parecer da CLR, contrário ao
2168 recurso interposto pela interessada. Em seguida, é colocado em votação o item
2169 4.2. **Votação**. Apurados os votos eletrônicos e os manifestados pelo chat,
2170 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 86 (oitenta e seis) votos; Não = 0 (zero)
2171 voto; Abstenções = 8 (oito) votos; Total de votantes = 94 (noventa e quatro). É
2172 aprovado o parecer da CLR, contrário ao recurso interposto pela interessada.
2173 Por fim, passa-se à votação do item 4.3. **Votação**. Apurados os votos
2174 eletrônicos e os manifestados pelo chat, obtém-se o seguinte resultado: Sim =
2175 93 (noventa e três) votos; Não = 0 (zero) voto; Abstenções = 7 (sete) votos;
2176 Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da CLR, contrário ao

2177 recurso interposto por Viviane Panelli Sarraf. A seguir, o **M. Reitor** retoma o
2178 item 4 do Expediente – Comunicações do M. Reitor. **Reitor**: “Minhas
2179 comunicações são rápidas, mas, infelizmente, o ano de 2020 não acabou e
2180 agora temos uma ameaça de autonomia indireta através da FAPESP. Todos
2181 vocês sabem que o debate sobre o Projeto de Lei Orçamentaria está em
2182 andamento e, no Projeto de Lei que foi para o Plenário na semana passada, a
2183 DREM está mantida. Essa DREM significa um corte de 30% do orçamento da
2184 FAPESP, algo em torno de R\$ 450 milhões, lembrando que nós, da
2185 Universidade de São Paulo, somos clientes de 50% desse orçamento. Essa é
2186 uma sangria muito forte e grande para a ciência e pesquisa de nosso Estado. O
2187 Governador afirmou em público, ao lado do Prof. Zago, Presidente da FAPESP,
2188 dizendo que não haverá cortes; ontem, o Governador afirmou duas vezes em
2189 público que não haveria cortes; hoje, no começo da tarde houve uma reunião
2190 da diretoria da FAPESP e do Conselho da FAPESP com o Vice-Governador.
2191 As informações que recebi, de uma maneira indireta dos conselheiros, foi que é
2192 difícil uma proposta aglutinadora, mas que o Governador se responsabiliza de
2193 fazer um decreto retornando os recursos para a FAPESP. De qualquer forma, o
2194 CRUESP já tinha se manifestado no começo do mês passado sobre essa
2195 preocupação sobre o DREM da FAPESP e agora, hoje, há algumas horas
2196 atrás, um pouquinho antes de começar nossa reunião do Conselho
2197 Universitário, o CRUESP soltou um novo comunicado que é o nº 13/2020, que
2198 vou pedir permissão para ler para vocês de uma maneira mais rápida:
2199 ‘Comunicado CRUESP nº 13/2020. São Paulo, 15 de dezembro de 2020. A
2200 Constituição Estadual de São Paulo, em seu Artigo 271, destina o mínimo de
2201 1% da receita tributária estadual à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado
2202 de São Paulo (Fapesp), para aplicação em desenvolvimento científico e
2203 tecnológico. Em vigor desde 1989, esta disposição constitucional é
2204 determinante para o protagonismo do Estado de São Paulo em ciência e
2205 tecnologia produzida no país. Com base nesse dispositivo legal, a Fapesp
2206 repassa à comunidade científica de São Paulo um expressivo montante de
2207 auxílios e bolsas para pesquisa, contribuindo de forma decisiva para a
2208 estruturação das nossas universidades, em particular das instituições públicas
2209 estaduais e federais reconhecidas no cenário nacional e internacional pela
2210 excelência no ensino e na pesquisa. Adicionalmente, a Fapesp tem sido

2211 protagonista na implantação de bem-sucedidas parcerias entre universidades e
2212 empresas nas áreas de aeronáutica, energia, petróleo e gás, indústria
2213 agropecuária, medicamentos e fármacos, água e efluentes, dentre outras, com
2214 resultados significativos na transferência tecnológica e na formação de
2215 recursos humanos qualificados no ambiente das empresas. Nesse contexto, o
2216 Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) foi
2217 surpreendido com a notícia de que, apesar de anunciado compromisso do
2218 Governo do Estado, no mês passado, de assegurar os recursos da Fapesp em
2219 sua integralidade, a Fapesp poderá perder em 2021 R\$ 454,6 milhões do total
2220 de repasses de recursos do Tesouro estadual à fundação, caso o PL 627/2020,
2221 que define as receitas e despesas do estado para o exercício de 2021,
2222 aprovado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, seja
2223 aprovado em plenário nesta semana. Retirar receitas da Fapesp é, além de
2224 alterar preceitos constitucionais consolidados, capaz de produzir um retrocesso
2225 sem precedentes no mais avançado e bem-sucedido sistema de financiamento
2226 à pesquisa do país. O prejuízo para a produção de conhecimento no estado e
2227 no país será incalculável. Conselho de Reitores das Universidades Estaduais
2228 Paulistas.’ Se o Conselho sentir-se confortável, gostaria do apoio do Conselho
2229 Universitário da USP a esse comunicado do CRUESP que saiu hoje de manhã.
2230 Alguém é contra? Algum comentário?” Não havendo manifestações, o M.
2231 Reitor prossegue. **M. Reitor:** “Muito obrigado. A segunda comunicação é para
2232 tentarmos vencer esse negacionismo, notícias e inverdades. Na sexta-feira, dia
2233 18, o Professor Esper Georges Kallas, que aliás é o coordenador de nosso GT
2234 COVID19, fará uma apresentação rápida, curta e exibida das 12h até as 13h,
2235 falando sobre Coronavírus e as vacinas, e se a comunidade tiver alguma
2236 dúvida ou algum esclarecimento adicional, ele está a disposição inclusive de
2237 responder perguntas. Vai ser uma linguagem não científica, mas uma
2238 linguagem de que todos nós possamos entender, será transmitido pela TV
2239 USP; ele e apenas o Jornalista Hector Escobar estarão juntos. É algo para
2240 tirarmos nossas dúvidas e compreendermos bem o que está acontecendo, o
2241 que é essa realidade e o que podemos esperar para 2021. Então, todos estão
2242 convidados, não há necessidade de inscrições e acho que vai ser algo bastante
2243 interessante. Por último, queria falar sobre as festividades de 20 e 22. Temos o
2244 bicentenário da independência e o centenário da Semana de Arte Moderna.

2245 Várias iniciativas estão sendo tomadas por diversas unidades, com a intenção
2246 de sistematizar atividades para não competir uma atividade da USP com a
2247 outra. Está se criando um grupo de trabalho coordenado pela Professora Diana
2248 Vidal, do IEB, para sistematizar e implantar uma plataforma única, em suma,
2249 fazer com que todas as iniciativas da USP tenham uma sinergia. Já estão
2250 participando dessas iniciativas, além de termos o bicentenário da
2251 independência e o centenário da Semana de Arte Moderna, além do próprio
2252 IEB, o Museu Paulista, o MAC o Instituto de Estudos Avançados, a FAU, a
2253 Faculdade de Direito, a FFLCH, a ECA, logicamente com o apoio da EDUSP e
2254 da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Outras Unidades que
2255 estão com a ideia de fazer algumas atividades são bem-vindas e é só
2256 conversar com a Professora Vidal. Só peço um pouquinho de tempo, porque
2257 montamos isso ontem e a Professora Vidal está agora se organizando. A
2258 Professora Cidinha, que é nossa Pró-reitora está se organizando também e se
2259 vocês puderem contatar no próximo mês seria ótimo.” **Cons. Rodney Garcia**
2260 **Rocha**: “Aproveito esse espaço no Conselho Universitário, como Diretor da
2261 Faculdade de Odontologia, para comunicar e para o devido registro que a
2262 Faculdade de Odontologia, no dia 1º de dezembro de 2020, completou e
2263 comemorou seus 120 anos do curso de graduação e os 50 anos dos cursos de
2264 pós-graduação. Foi uma comemoração virtual, onde a história foi contada por
2265 diversas pessoas que vivenciaram a passagem desses anos. Tivemos
2266 depoimentos do nosso Reitor, do Vice-Reitor, dos Pró-Reitores, dos Diretores,
2267 dos Diretores das Unidades que compartilham atividades na estrutura curricular
2268 e de nossas coirmãs de Ribeirão Preto e Bauru, dos Presidentes das
2269 Comissões Estatutárias, dos Chefes de Departamentos, dos antigos e atuais
2270 alunos, dos servidores docentes e não docentes aposentados e os da ativa,
2271 dos ex-presidentes dos centros acadêmicos e dos nossos pacientes. Tivemos
2272 também um painel com a linha do tempo onde diversas turmas formadas pela
2273 Faculdade se apresentaram por meio de fotografias, vídeos, documentos,
2274 lembranças, curiosidades relembando e recordando os melhores momentos
2275 que essa instituição proporcionou em suas vidas. Esse aniversário de 120 anos
2276 teve também uma cobertura jornalística, estando presentes em mídias de
2277 alcance no Estado de São Paulo e no País. Nenhuma instituição se consolida
2278 por 121 anos e mantém viva a paixão de educar, de formar consciências e de

2279 formar cidadãos se não estiver apta a perceber os desafios e as inquietações,
2280 formular soluções e alternativas e transforma-se com o tempo. No final do
2281 século 19, em dezembro de 1900, a Escola Livre de Farmácia, na Cidade de
2282 São Paulo, aprovou a cadeira de prótese dentária; em 1901 passou também a
2283 oferecer o curso de Obstetrícia, e em 1902 recebia a designação de Escola de
2284 Farmácia, Odontologia e Obstetrícia; em 1934 a Escola passou a fazer parte da
2285 Universidade de São Paulo, tornou-se uma Escola nova, dogmática, plena de
2286 certeza de um saber perene, orientando de maneira constante a vida
2287 profissional e a prática de seus estudantes; na década de 1970 e início do anos
2288 80 do século passado, as incertezas do mundo se implode e com elas a
2289 perenidade da Odontologia. Aquilo que parecia permanente tornou-se passado.
2290 Era preciso capacitar a Faculdade para acompanhar os novos tempos e, para
2291 tanto, a pesquisa e a pós-graduação precisavam de espaço. Na Cidade
2292 Universitária, onde hoje é sua sede, consolidaram-se as áreas de pesquisas e
2293 estabeleceram-se os convênios internacionais e os frutos desse trabalho foram
2294 livros, manuais e publicações em revistas especializadas. O ensino da
2295 graduação modificou-se pelo impacto das novas ideias, os programas de pós-
2296 graduação foram classificados entre os melhores do país, níveis de excelências
2297 são alcançados. Desde 1903 foram formados 10.611 cirurgiões dentistas, por
2298 meio de uma estrutura técnico-científica sólida, com valorização no mercado de
2299 trabalho. Até 2019 foram titulados 1.190 doutores e 2.018 mestres. Nos
2300 programas de pós-graduação acadêmicos, 165 pelo mestrado profissional de
2301 Laser em Odontologia e 55 pelo Mestrado Profissional Interunidades em
2302 Formação Interdisciplinar em Saúde e, em parceria com a Fundação da
2303 Faculdade de Odontologia, 5.700 especialistas. Na pesquisa, são 30
2304 laboratórios abrangendo conhecimento odontológico; 57 patentes depositadas
2305 e, no período de 2010 a 2019, foram publicados, só pelos docentes, 2.680
2306 artigos em periódicos nacionais e internacionais; 2.171 trabalhos em eventos;
2307 302 capítulos de livros e 103 livros publicados ou organizados, sendo 2.372
2308 citações na base *scopus* nos últimos 5 anos. O serviço à comunidade beneficia
2309 diretamente a sociedade onde é pesquisado e ensinado. São realizados,
2310 aproximadamente, 148 mil atendimentos anuais em pacientes adultos, crianças
2311 e com necessidades especiais. Os projetos sociais mostram experiência na
2312 diversidade da realidade do país, estimulando a cidadania. Quando essas

2313 atividades são analisadas em seu conjunto, coloca-se a Faculdade de
2314 Odontologia da USP, juntamente com suas coirmãs de Ribeirão Preto e Bauru,
2315 entre os melhores cursos de Odontologia do Mundo. Portanto, ao completar
2316 120 anos, a Faculdade de Odontologia da Universidade de São Paulo segue
2317 comprometida com a excelência acadêmica, oferecendo à sociedade melhoria
2318 na qualidade de vida. E realiza isso integrando ensino, pesquisa e extensão
2319 universitária, com responsabilidade social, econômica, ambiental e pioneirismo
2320 para preparar o futuro. Esse é o nosso registro.” **M. Reitor**: “Parabéns à
2321 Faculdade de Odontologia e sua comunidade, por melhorar e manter essa
2322 excelência. Parabéns a todos.” **Cons. Luis Carlos Ferreira**: “Claro que, nesse
2323 momento, não poderia perder a oportunidade de não só reconhecer esse
2324 momento tão importante na história de uma das nossas mais destacadas
2325 Unidades, mas também a liderança do Prof. Rodney que, por mais uma vez,
2326 vem exercendo essa direção. Tive o privilégio de não só conviver com o Prof.
2327 Rodney - e convivo na COP -, mas também visitar, como vizinho anexo à
2328 Faculdade de Odontologia, aqui no *campus* da Capital, e ver a grandeza desse
2329 trabalho que foi muito bem colocado pelo Prof. Rodney, não só na formação
2330 dos alunos regulares da USP, mas também neste trabalho de capacitação, de
2331 treinamento que, em parceria com a Fundação da Faculdade de Odontologia,
2332 tem colocado o nome da USP, não só em todo o país, mas fora dele. Então é
2333 uma Instituição que devemos todos se orgulhar, ela repetidas vezes é
2334 classificada entre as melhores do mundo, dentro das carreiras daqui da USP e
2335 é um exemplo que todos nós devemos praticar e atingir. Então em nome do
2336 ICB e em meu nome pessoal, parabenizo o Prof. Rodney e todas as pessoas
2337 que compõem essa bela Instituição, essa bela Unidade dentro da Universidade
2338 de São Paulo.” **Cons.^a Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado**: “Vou
2339 apenas complementar o que o Prof. Vahan falou dos GTs do Bicentenário da
2340 Independência e do Centenário da Semana de Artes Moderna, lembrando que
2341 a Biblioteca José Mindlin tem um projeto liderado pelo Prof. Alexandre
2342 Macchione Saes, Prof. Jacques Marcovitch, Prof. Carlos Alberto de Moura
2343 Ribeiro Zeron, que é intitulado ‘3x22, Independência, Modernismos e Projetos
2344 de Futuro’. É muito bem-vinda essa iniciativa do Prof. Vahan de poder unir
2345 todas as forças importantíssimas da Universidade para que a USP seja mais
2346 uma vez a protagonista principal de ações importantíssimas, que vão ao

2347 encontro do que a sociedade busca de todos nós. Lembro, também, que nós, a
2348 nível Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, concluímos, na semana
2349 passada, o processo licitatório das unidades móveis: uma carreta saúde e
2350 ciências e a outra cultura e educação, e que estamos trabalhando
2351 intensamente para que possamos, já no início de janeiro, disponibilizar para as
2352 Unidades. Vamos conversar com os diretores, com os presidentes das
2353 Comissões de Cultura e Extensão das Unidades para montarmos as
2354 estratégias com as quais estaremos, ao longo do ano de 2021, com essas
2355 unidades móveis com atividades de extensão nos diferentes *campi* da
2356 Universidade de São Paulo, tanto na Capital como no interior. Trabalhamos no
2357 ano de 2019 com a expectativa que em 2020 pudéssemos alcançar isso, mas
2358 felizmente a pandemia não nos impediu, porque a licitação foi feita. Quero
2359 agradecer aqui a toda a equipe da CODAGE, o pessoal do Prof. Nussio e todo
2360 o apoio que nos deu, a equipe da PRCEU, que se empenhou para que nesse
2361 ano, até por uma provocação que nos foi feita pelo M. Reitor, que
2362 concluíssemos 2020 com ações e isso, tenho certeza, será emblemático para
2363 todos nós e todas as Unidades, mostrando para a sociedade a importância de
2364 nossa Universidade” **Cons. Alex Cavaliéri Carciofi**: “Sou o representante da
2365 Congregação do IAG e gostaria de ler uma moção que foi aprovada na nossa
2366 última reunião da Congregação para ser lida no Co: ‘A Congregação do
2367 Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas vem manifestar sua
2368 preocupação com o processo lançado em 20 de maio de 2020 pelo Edital de
2369 Avaliação para Progressão Horizontal na Carreira Docente, particularmente
2370 quanto à necessidade de estabelecer uma classificação dos docentes e
2371 também quanto ao momento desta avaliação. Quanto ao momento do processo
2372 de progressão, em função de fatores externos à Universidade, o calendário
2373 desta avaliação teve que ser estendido até dezembro de 2021, com as
2374 promoções sendo efetivadas em 2022. Sua conclusão estará, portanto, muito
2375 próxima da avaliação prevista na Resolução nº 7272, que deverá ser efetuada
2376 ao longo do ano de 2022 e cujos princípios foram acordados por todos ao
2377 firmarem seus planos acadêmicos. Se já está programada uma avaliação
2378 docente para 2022, por que fazer uma outra em 2021-2022? O ano de 2020 foi
2379 atípico, bastante difícil para docentes, alunos e funcionários da Universidade.
2380 Toda a comunidade USP teve que fazer um enorme esforço para adaptar-se à

2381 nova realidade imposta pela pandemia. Foi necessário reprogramar projetos e
2382 experimentos, reestruturar cursos de graduação e pós-graduação e repensar a
2383 forma de fazer a extensão. Também foi necessário encontrar outras formas
2384 para defender a universidade pública, gratuita e de qualidade da qual tanto nos
2385 orgulhamos. Todos sofreram com o longo isolamento, os riscos e o elevado
2386 número de mortes causadas pela COVID-19. O Estado de São Paulo foi o mais
2387 afetado pela pandemia no país. Mesmo aqueles que não contraíram a doença,
2388 sofreram com o aumento do estresse e da ansiedade. Além disso, a carga de
2389 trabalho aumentou de forma significativa para todos. Os efeitos do isolamento e
2390 do trabalho a partir de casa para as mães com filhos em idade escolar e pré-
2391 escolar foram particularmente severos, como demonstram diversas pesquisas.
2392 Portanto, é surpreendente que ao final de um ano como este, a administração
2393 central da USP insista em submeter mais da metade do corpo docente da
2394 Universidade a um processo desgastante de avaliação, que servirá para
2395 aumentar ainda mais suas angústias e incertezas. Quanto à classificação dos
2396 docentes, é consenso desta Congregação que o único elemento relevante para
2397 a progressão deve ser o mérito do docente. Portanto, todos os docentes que
2398 tiverem sua progressão recomendada na unidade e ratificada pela CAD
2399 deveriam ser promovidos e esta progressão tem que fazer parte do
2400 planejamento orçamentário da Universidade. Ao anunciar o novo sistema de
2401 avaliação docente, a Administração Central da USP ressaltou como um
2402 significativo avanço metodológico o fato que a avaliação teria como base o
2403 projeto acadêmico do docente, que poderia ter diferentes ênfases e deveria
2404 estar articulado com os projetos institucionais. O projeto acadêmico deveria ser
2405 concebido em acordo com a unidade e deveria orientar as atividades docentes
2406 durante o ciclo avaliativo. Os docentes aceitaram o desafio de mudar as
2407 perspectivas de planejamento de suas carreiras, elaborando planos
2408 acadêmicos integrados às metas institucionais. Esta metodologia tem como
2409 princípio básico a cooperação entre os colegas e o enfrentamento coletivo dos
2410 problemas das unidades e da Universidade. Ela é, portanto, incompatível com
2411 a ideia de estabelecer um ordenamento entre os docentes, pois o mérito das
2412 conquistas é institucional, coletivo e não individual. A principal justificativa para
2413 o estabelecimento de uma classificação é orçamentária. Em análise
2414 apresentada pelo próprio presidente da CAD (Jornal da USP, 24/11/2020), se

2415 todos os docentes da USP aptos a pleitearem progressão horizontal forem
2416 promovidos, o impacto máximo sobre a folha de pagamento seria de 0,84% do
2417 orçamento anual da Universidade. Isso pouco afetará o orçamento. Atualmente
2418 há uma enorme defasagem salarial dos docentes da Universidade,
2419 principalmente para aqueles que estão no início da carreira e que são
2420 justamente os potenciais beneficiados com a progressão horizontal. A carreira
2421 da USP é hoje muito menos atraente do que era há dez ou vinte anos. A
2422 Universidade oferece cada vez menos e pede aos docentes cada vez mais em
2423 produção científica, aulas, atividades de extensão, atividades burocráticas e
2424 engajamento institucional. À medida que as exigências aumentaram, o salário e
2425 os benefícios degradaram. A progressão horizontal é hoje um dos poucos
2426 caminhos para corrigir parcialmente essas distorções. Esperamos que a
2427 Administração Central tenha a compreensão do momento histórico pelo qual
2428 passamos e tenha a sensibilidade de rever sua posição quanto à forma e o
2429 calendário desta avaliação, preservando o corpo docente de mais desgastes
2430 em um período particularmente difícil para todos.’ Essa é a moção que fui
2431 encarregado de ler perante aos senhores e agradeço a todos pela atenção.

2432 **Cons. Marcílio Alves:** Sou o representante dos Professores Associados, mas
2433 sou da Politécnica. Já que o Professor Pedro deu a deixa da Escola
2434 Politécnica, gostaria de registrar a minha satisfação e até minha surpresa
2435 como a Poli, mas também todas as outras Unidades, que em março já
2436 conseguiram lidar com essa pandemia. Fazendo uma reflexão sobre o ano que
2437 passou, no meu caso, as aulas nem foram interrompidas. O semestre terminou
2438 com os alunos com boas avaliações, boas impressões dos cursos. Acho que
2439 isso também pode ser dito sobre o segundo semestre. Acho que os colegas da
2440 Poli, diretora e etc. trabalharam muito para conseguir isso e em toda USP
2441 também, então estamos chegando na última reunião do Conselho com a
2442 Universidade tendo conseguido atender a todos os alunos. Outra coisa é que
2443 também em aderência a um pedido do Professor Vahan de discutirmos o
2444 documento sobre as conformidades de condutas, a lista dos associados, que
2445 está pegando fogo e está crescendo, resolveu redigir uma carta para que fosse
2446 lida a todos aqui, o que vou fazer agora. Essa carta foi redigida por um grupo
2447 menor de professores, Adrián Fanjul, Bruno Caramelli, Marcelo Costa, eu,
2448 Maria da Penha Costa Vasconcelos, Valdir Bevidas e ela foi aceita e subscrita

2449 por 250 professores associados e não associados que também entraram nos
2450 últimos dias, quando abrimos a carta para várias pessoas. Então ela representa
2451 uma quantidade de professores grande da Universidade e vou ler da seguinte
2452 maneira: 'Recentemente a Reitoria da USP informou ao Conselho Universitário
2453 que uma primeira versão de um novo Estatuto de Conformidade de Condutas
2454 tinha sido concluída e que seria colocada em discussão junto à comunidade
2455 Uspiana. Consideramos auspiciosa a proposta de um novo Estatuto para
2456 substituir o documento vigente de 1972, completamente inadequado para os
2457 dias de hoje. A leitura cuidadosa do texto proposto, entretanto, fez surgir
2458 preocupações e dúvidas por parte dos docentes, em especial no que diz
2459 respeito a seus objetivos e adequação à nova realidade acadêmica.
2460 Claramente, a comunidade uspiana tem seu perfil continuamente modificado,
2461 seja pelo aumento da idade média dos seus membros, relacionada ao longo
2462 período com limitação de concursos, seja pelas ocorrências sanitárias e
2463 perspectivas de crescimento do ensino a distância. No início de sua leitura
2464 comparamos, por exemplo, com o artigo 2, inclusive na categoria de servidores
2465 docentes e servidores técnicos administrativos, os aposentados dessas
2466 categorias para fins de sanção que, quando cabível cassação de
2467 aposentadorias por atos praticados quando na ativa, nas hipóteses previstas
2468 neste estatuto. Logo surge a pergunta se uma normativa interna da USP teria
2469 poder de cassar uma aposentadoria. O termo 'cassar', anacrônico, dá o tom da
2470 concepção geral ideológica, percebida no documento como um todo. A
2471 proposta do Estatuto afirma em seu artigo 2, para fins de aplicação desse
2472 Estatuto considera-se existente o vínculo de sujeição especial quando os
2473 membros da comunidade universitária desenvolvem qualquer atividade que
2474 pode prejudicar a segurança ou os interesses da reputação da Universidade.
2475 Em nota de esclarecimento, o documento afirma querer alcançar situações em
2476 que o membro da comunidade universitária não esteja geograficamente situado
2477 dentro dos *campi* da Universidade. A determinação do que sejam interesses ou
2478 reputação da Universidade resulta ambígua e pode dar lugar, tanto a um
2479 cerceamento de críticas públicas como também à extensão dessa potencial
2480 censura para fora dos *campi*. Um Estatuto é criado para perdurar e, portanto,
2481 não deve deixar margens para interpretações que possam resultar em sanções
2482 decorrentes de expressões de opiniões. A leitura do documento proposto deixa

2483 transparecer uma intenção de elaborar um Estatuto que se sobreponha a leis e
2484 códigos já estabelecidos no aparato legal brasileiro. As greves, por exemplo, já
2485 são regidas por leis trabalhistas específicas no Brasil, mas no artigo 11
2486 encontramos: 'Constituem infrações gerais de potencial ofensivo elevado,
2487 praticadas por docentes ou servidores, insistir em greves após serem elas
2488 consideradas abusivas'. É claro o potencial conflito de competências. Encontra-
2489 se a seguir, no artigo 16, que o docente comete infração moderada se deixar
2490 de cumprir as metas de produção. Há aqui um conflito de competências, já que
2491 as metas e a avaliação dos docentes já são definidas e executadas por órgãos
2492 da própria USP. Resumimos acima alguns aspectos pelos quais a atual
2493 proposta de modificação do Estatuto apresenta ambiguidades preocupantes.
2494 Encontramos, ainda, que o documento não contém problemáticas derivadas do
2495 ensino e trabalho remoto, que envolvem também aspectos éticos e
2496 comportamentais que devem ser analisados, já que estas modalidades de
2497 trabalho podem ter continuidade mesmo quando superada a pandemia. São
2498 tempos de profundas mudanças nas funções sanitárias, nas modalidades de
2499 ensino, na formação, no perfil da comunidade Usiana que precisam de maior
2500 reflexão. Por essas razões, a proposta apresentada requer uma exaustiva
2501 reformulação que deverá incluir participação ampla e coordenada de setores da
2502 Universidade e para garantir pluralidade de perspectivas. O momento pelo qual
2503 passa a USP e a sociedade não recomenda decisões apressadas sobre esse
2504 documento. Essa é uma leitura que gostaria de fazer e vou para meu terceiro
2505 ponto, em apoio - em parte - ao que foi dito pelo Prof. Alex anteriormente sobre
2506 o ordenamento das listas de promoção, pela qual já me posicionei contra,
2507 mesmo sendo da CAED. E a outra coisa é um pedido especial ao Prof. Antônio
2508 Hernandez, nosso Vice-Reitor, que é presidente da CPA, para que ele
2509 considere o seguinte: quando fizemos o calendário de avaliação, do qual eu
2510 participei, tínhamos colocado o mês de agosto para a entrega dos relatórios,
2511 que era bem razoável à época, mas veio a pandemia e tivemos que transferir
2512 para o final de dezembro, e essa pandemia continua afetando a todas as
2513 pessoas da USP, de forma que muitos professores vieram me procurar para
2514 que fosse considerado, em vez da data final de apresentação dos relatórios -
2515 dia 31 de dezembro -, fosse considerado o dia 1º de fevereiro, que coincide
2516 com o início da formação das comissões de avaliação. Esse mês de janeiro

2517 todo não tem nenhuma atividade prevista na CPA ou na CAD ou na CAI e ele é
2518 um período morto, que poderia ser usado pelos docentes. Em especial,
2519 procuraram-me docentes mulheres, que poderia ser usado por todos para
2520 aprimorar seus relatórios, haja vista também que muitas unidades, como a
2521 minha própria, não tem ainda pronto o regramento para fazer as avaliações.
2522 Então, Professor Hernandez, talvez seja muito apreciada a iniciativa de passar
2523 um mês à frente o calendário, o que ajudaria muito os docentes.” **Cons.ª Eny**
2524 **lochevet Segal Floh**: “A minha fala se refere a uma manifestação da
2525 Congregação do IB, que passarei a ler. Em muitos pontos ela vem de encontro
2526 à manifestação do IAG e do Prof. Marcílio, mas gostaria de lê-la na integra,
2527 conforme me foi solicitado. ‘Manifestação da Congregação do Instituto de
2528 Biociências (IB). A Congregação do IB, reunida em 14 de dezembro de 2020,
2529 visando contribuir para o aprimoramento do sistema de gestão em face da
2530 necessidade de manutenção e valorização da excelência acadêmica da USP,
2531 manifesta suas preocupações sobre decisões diretivas relacionadas à
2532 progressão horizontal da carreira docente e interpretações problemáticas da
2533 Lei Complementar (LC) 173/2020. Relacionado ao Primeiro e Segundo
2534 Comunicados do Edital de Avaliação para Progressão Horizontal da Carreira
2535 Docente (de 8 de junho de 2020 e de 8 de julho de 2020, respectivamente),
2536 gostaríamos de ressaltar os seguintes pontos: 1. É fato que não houve nenhum
2537 edital de progressão horizontal docente nos últimos sete anos, resultando na
2538 paralisação da carreira docente. Ainda existe uma significativa defasagem dos
2539 salários dos docentes da USP, conforme reconhecido pelo próprio Reitor em
2540 entrevista recente, observada em relação às carreiras equivalentes, incluindo o
2541 contexto acadêmico federal e privado. Essa defasagem inclui o fato de os
2542 atuais salários não terem sido sequer corrigidos pela inflação do período nos
2543 últimos anos, somado a nenhum reajuste no ano de 2020. 2. No que diz
2544 respeito ao procedimento interno de avaliação individual docente, acreditamos
2545 ser importante apresentar quais serão os critérios para a alocação de verbas
2546 entre as unidades e departamentos da Universidade, bem como qual o valor
2547 total que será alocado para toda a Universidade. 3. Julgamos ser muito
2548 desafiador ranquear candidatos de diferentes áreas (dentro de um
2549 departamento, entre departamentos e entre institutos), pois não é possível
2550 definir critérios universais para todas as áreas do conhecimento, ainda mais em

2551 uma Universidade que se orgulha de sua diversidade acadêmica. Se a
2552 Universidade não for capaz de contemplar a todos os que alcançaram o mérito
2553 definido no projeto acadêmico de cada unidade, então essa progressão seletiva
2554 não reconhecerá o mérito em si. Um dos objetivos de um plano de carreira, e
2555 sua respectiva progressão salarial, é promover a motivação dos servidores.
2556 Entretanto, a atual proposta de ranqueamento poderá ter efeito inverso, criando
2557 um ambiente de extrema competitividade e animosidade entre colegas
2558 docentes, o que seria certamente prejudicial ao objetivo da Universidade em
2559 promover maior integração entre seus quadros. Ainda, gostaríamos de
2560 destacar o empenho dos nossos departamentos e do nosso instituto em
2561 elaborar um Projeto Acadêmico que visava justamente oferecer parâmetros
2562 mínimos para guiar decisões acerca da progressão horizontal docente. À
2563 época, entendeu-se que docentes que alcançassem determinados níveis de
2564 atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão teriam sua progressão
2565 aprovada. 4. Somos contrários ao fato de que os efeitos salariais da
2566 supracitada progressão horizontal docente sejam postergados até janeiro de
2567 2022, em face da inexigibilidade da USP em seguir a LC 173/2020, decorrente
2568 de sua autonomia, em conformidade com decisão judicial (ver abaixo). 5. Ainda
2569 que o supracitado edital se refira exclusivamente à progressão de docentes,
2570 consideramos igualmente relevante retomar a discussão sobre a progressão de
2571 servidores técnico-administrativos, tão importantes ao bom desenvolvimento de
2572 todas as atividades da USP, e que também apresentam grande defasagem na
2573 evolução de suas carreiras. 6. No presente momento, nos encontramos em
2574 trabalho remoto, com diferentes atribuições e obrigações nesta nova etapa de
2575 aprendizado à distância, tanto dos docentes, quanto dos alunos e funcionários
2576 técnicos-administrativos. No caso dos docentes, essa fase de exceção deverá
2577 refletir negativamente na produção tanto científica, quanto didática e de
2578 extensão universitária, que será inspecionada no momento do processo interno
2579 de avaliação individual docente. Relacionado às interpretações improcedentes
2580 da Lei Complementar (LC) 173/2020, ressaltamos os seguintes pontos: 7. Com
2581 base na LC 173, a Reitoria suspendeu (1) a contagem de tempo para
2582 quinquênio e sexta parte, (2) a homologação dos concursos de livre-docência e
2583 (3) os concursos de ingresso. 8. Entretanto, em recente liminar concedida à
2584 ADUSP, em despacho denegatório da liminar, o juiz da 9ª Vara da Fazenda

2585 Pública ressaltou que a USP não está subordinada à LC 173/2020, portanto,
2586 não haveria a necessidade dessa suspensão, embora no despacho o juiz se
2587 refira à autonomia administrativa da USP, autorizando o administrador a decidir
2588 pela contenção de gastos. Solicitamos que a decisão de não homologar e não
2589 efetivar imediatamente os concursos de Livre-docência até janeiro de 2022 seja
2590 revista. 9. A não homologação de concursos de livre-docência e a suspensão
2591 de concursos de ingresso na carreira nos níveis de Professor Doutor e
2592 Professor Titular, bem como de servidores técnico-administrativos, não
2593 coadunam o princípio de mérito auferido pela Universidade, e estão em
2594 dissonância com os procedimentos adotados em diversas outras Universidades
2595 públicas. 10. A suspensão da contagem de tempo para aquisição de
2596 quinquênio e sexta parte poderá tornar-se definitiva a depender de mudanças
2597 eventualmente propostas na Reforma Administrativa, ora em tramitação no
2598 Congresso Nacional, com expectativa de votação em 2021. 11. Além de ser
2599 uma supressão de direitos constitucionais decidida arbitrariamente, a
2600 suspensão da contagem de tempo pela gestão da USP é um fator aviltante em
2601 face à dedicação que o corpo docente e não-docente da Universidade vem
2602 empreendendo para manter a qualidade da USP em momento tão adverso.
2603 Assim, em face ao exposto, solicitamos: A. Que o supracitado edital seja
2604 revisto, incluindo a garantia de progressão a todos os docentes que cumprirem
2605 os requisitos necessários dispostos no Edital (ou seja, a garantia de um não
2606 ranqueamento dos docentes), com base no Projeto Acadêmico de cada
2607 unidade. Há também que considerar a imediata efetivação dessa progressão
2608 após sua aprovação e uma ponderação da avaliação acerca dos efeitos da
2609 pandemia e seus impactos na produção relacionada ao ensino, pesquisa e
2610 extensão. B. A reconsideração do Magnífico Reitor em relação à interpretação
2611 juridicamente indevida ora existente da LC 173/2020, levando em conta os
2612 itens 7-11 acima mencionados. Esperamos que a Reitoria da USP, como
2613 gestora da Universidade e conhecedora da importância da valorização
2614 profissional, possa prestar todos os esclarecimentos necessários referentes ao
2615 Edital de Avaliação para Progressão Horizontal da Carreira Docente e à
2616 interpretação da LC 173, trazendo maior transparência a esse processo.
2617 Congregação do Instituto de Biociências, 14 de dezembro de 2020.’ Nota: Em
2618 11 de dezembro de 2020, após a elaboração da presente carta, foi divulgado

2619 comunicado do Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez contendo alguns
2620 esclarecimentos sobre os temas abordados neste documento. Esse
2621 comunicado do Vice-Reitor, entretanto, não responde completamente aos
2622 nossos questionamentos. Decidimos por manter, portanto, nossa manifestação
2623 original.” **M. Reitor:** Professora Eny, o Prof. Pedro acaba de me confirmar que
2624 não recebemos a moção do IB, portanto, peço que a senhora encaminhe a
2625 ele.” **Cons.^a Marinilce Fagundes dos Santos:** “Inicialmente gostaria de fazer
2626 um agradecimento a essa gestão, na pessoa do Professor Vahan e Professor
2627 Hernandez, mas também a todos os membros da Gestão, pelo seu trabalho
2628 muito incansável e eficiente na defesa da Universidade. Sofremos ataques
2629 incomuns que geraram grandes preocupações em toda a comunidade e como
2630 estamos no meio de uma pandemia e parece que o tempo é eterno, parece que
2631 faz muito tempo que passamos por uma CPI, por uma PL 529, agora já
2632 estamos na 627 e 173. Então eu agradeço e parabenizo a gestão, parabenizo a
2633 COP também pelo excelente trabalho. Dito isso, tenho uma moção muito curta
2634 do ICB, falo em nome da Congregação do Instituto, muito objetiva. Então serei
2635 breve em minhas palavras prometo. Proposta de moção contra o ordenamento
2636 classificatório de docentes candidatos a progressão horizontal na carreira: ‘A
2637 Congregação do Instituto de Ciências Biomédicas vem, respeitosamente,
2638 encaminhar moção contra o ordenamento classificatório de docentes
2639 candidatos a uma progressão horizontal na carreira, conforme instruções
2640 divulgadas pela Comissão de Avaliação Docente (CAD). Cada docente que
2641 preencha os parâmetros estabelecidos pela Unidade para o perfil almejado
2642 deveria ser contemplado com a progressão na carreira. Trata-se de uma
2643 análise de mérito, considerando-se que os planos plurianuais das Unidades e
2644 Departamentos foram aprovados pela Comissão de Avaliação Institucional
2645 (CAI), assim como o plano individual de cada docente foi aprovado pela CAD.
2646 Ademais, o ordenamento obriga dirigentes, em todos os níveis, a comparar
2647 desempenhos meritórios e que, por justiça, deveriam ser valorizados pela
2648 Universidade. Esse ordenamento traz desarmonia e uma desnecessária
2649 competitividade ao ambiente acadêmico. Solicitamos, portanto, que todo
2650 docente que tem mérito tenha o reconhecimento da USP na forma de uma
2651 progressão na carreira.’ Essa foi a moção da Congregação e gostaria de falar a
2652 respeito de uma outra manifestação do ICB com relação à proposta de

2653 Estatuto. Nós participamos de uma moção coletiva, não sei se era essa moção
2654 que o Professor Vahan estava se referindo no início, mas trata-se de uma
2655 solicitação de aplicação do prazo de 15 de Janeiro para maio, para que a
2656 proposta elaborada pelo Professor Floriano seja melhor avaliada, para que
2657 sugestões sejam feitas no sentido da melhoria do documento antes de colocar
2658 em consulta pública. Em nenhum momento existe um posicionamento contrário
2659 à consulta pública, mas entendemos que esse tempo maior, para melhorar o
2660 documento, só vai auxiliar na aprovação final dele. Então, a solicitação é de
2661 prazo, mas reconhecemos que é necessário sim, como o prof. Marcílio colocou,
2662 fazer uma revisão de um documento tão antigo. São essas as colocações, em
2663 nome da Congregação. Mais uma vez, muito obrigada.” **M. Reitor:** “Também
2664 não recebemos a moção do ICB, por favor envie ao Prof. Pedro. Muito
2665 obrigado.” **Cons. Oswaldo Yoshimi Tanaka:** “Vou ler um documento que
2666 também mandamos: ‘A Faculdade de Saúde Pública da USP entende que a
2667 iniciativa de atualização do Código de Conduta é relevante e necessária.
2668 Entretanto, até onde nosso conhecimento alcança, a Proposta não foi
2669 submetida a nenhum tipo de consulta prévia junto à comunidade uspiana.
2670 Desse processo pouco participativo resultou um documento duro, com tipos
2671 infracionais vagos e sanções excessivamente rígidas. Entendemos ser
2672 necessária a fixação de um calendário de discussões para a USP,
2673 possibilitando para cada órgão colegiado das diversas Unidades proceder a
2674 apreciação da Proposta, seguida de uma consulta pública aberta para toda a
2675 comunidade uspiana, por no mínimo 60 dias. Para a proposta atender aos
2676 objetivos pretendidos, é muito importante que o conteúdo e a forma do
2677 documento sejam submetidos à avaliação e aprimoramento a fim de evitar que
2678 o dispositivo seja usado de modo arbitrário e casuístico pelos dirigentes, e que
2679 a comissão com poder processante seja criada previamente e com
2680 independência, investida pelo Conselho Universitário e com mandato eletivo.’
2681 Essa é a manifestação e quero agregar que como as outras manifestações
2682 sobre progressões horizontal, os membros da Faculdade de Saúde Pública têm
2683 a mesma inquietude e a mesma preocupação no desenvolvimento dessa
2684 progressão horizontal.” **Cons.^a Amanda Caroline Harumy Oliveira:** “Tenho
2685 intenção de apresentar aqui os representantes discentes eleitos, na última
2686 eleição. Foi uma Chapa comum e nós conseguimos eleger toda ela. Temos

2687 representantes dos *campi* de Ribeirão Preto e de São Carlos, mas a intenção é
2688 contar para vocês que a nossa eleição teve uma votação expressiva e ela é
2689 fruto de um trabalho que a gente vem fazendo na Universidade, de diálogo com
2690 os pós-graduandos. E, com certeza, o sucesso da nossa Chapa vem desse
2691 diálogo, das propostas que estamos construindo, a representação desses vinte
2692 e quatro mil pós-graduandos. Agradecemos sempre o diálogo com o Professor
2693 Carlotti, que durante esse ano, nos acolheu, nos escutou e com certeza isso é
2694 muito importante. Eu convido, mais uma vez, a todos a pensar que nós
2695 estamos passando por uma grande crise na carreira da pós-graduação. Os
2696 pós-graduandos se deparam diariamente com os cortes da FAPESP, do CNPq
2697 e da CAPES, e a Universidade de São Paulo precisa começar a pensar como
2698 vamos manter sua excelência, sendo que as nossas Instituições de Fomento
2699 estão sofrendo ataques. Então, estou aqui para colocar esse posicionamento
2700 dos pós-graduandos porque temos que considerar que a realidade dos pós-
2701 graduandos de 2020 é muito diferente da que a maioria dos Professores aqui
2702 viveram. Em relação a outro posicionamento importante, gostaria de falar sobre
2703 o Estatuto de Condutas. Levando em consideração que o movimento de pós-
2704 graduação está fazendo um bom trabalho de diálogo, de debate, com a sua
2705 comunidade, queríamos reiterar uma proposta de recomposição do Grupo de
2706 Trabalho (GT), porque nós verificamos que a representação discente que fez
2707 parte dessa formulação, que é de 2017 e, inclusive, já não é mais membro da
2708 USP. Queremos propor a recomposição desse GT para que nós possamos
2709 participar e fazer esse debate com a comunidade, porque lá encontram-se
2710 pontos muito importantes para a pós-graduação. Então, esse é o nosso
2711 posicionamento. Também, queremos apoiar a extensão do prazo da consulta
2712 pública; tivermos aqui diversos posicionamentos de professores, pedindo a
2713 extensão desse prazo para que possamos reformular, mandar emendas e
2714 participar, de uma forma mais democrática, desse Estatuto que, sim, é muito
2715 importante e tem pontos preciosos para nossa Universidade. Então, acho que
2716 todo esse trâmite desse processo tem que ser feito da melhor maneira
2717 possível. Obrigada.” **Cons.ª Juliana Barbosa de Souza Godoy**: “Não sei se
2718 todos me conhecem, chamo-me Juliana, sou estudante de Ciências Sociais,
2719 também Coordenadora Geral do DCE Livre da USP, da gestão Nossa Voz.
2720 Pedi a palavra para falar sobre um assunto que, na verdade, tem dado muito o

2721 que falar entre os estudantes nas últimas semanas. Mas antes gostaria de
2722 registrar o apoio da representação discente ao pedido de inclusão de pauta que
2723 foi feito pela Professora Raquel Rolnik - e reiterada diversas vezes - pelo
2724 adiamento da consulta a respeito do Estatuto de Conformidade de Condutas
2725 que foi pedido para o dia 15 de maio de 2021, para que possamos ter mais
2726 tempo de reflexão e de discussão a respeito desse documento que, como foi já
2727 dito, apresenta uma série de ambiguidades muito preocupantes. Ainda, no
2728 último Co discutimos sobre a grande feira náutica que aconteceu na Raia
2729 Olímpica do *campus* Butantã, o *Boat Show*, e queria me ater a dois pontos
2730 apenas sobre isso. No dia anterior àquele do Co, alguns estudantes se
2731 organizaram para um ato pacífico, na entrada do evento, estudantes e
2732 moradores do CRUSP que pediam melhorias nas suas cozinhas, nas suas
2733 lavanderias, na estrutura da moradia estudantil - como muitos aqui sabem, mas
2734 alguns insistem, ainda, em ignorar literalmente - caindo aos pedaços. E como
2735 imagino, espero que todos aqui saibam também que esses estudantes foram
2736 violentados pela Polícia Militar, com spray de gás lacrimogêneo e bombas de
2737 efeito moral, dentro da nossa Universidade. Bom, vamos aos meus dois
2738 pontos. Primeiro, naquele dia, o nosso RD, também representante da Nossa
2739 Voz no Conselho Gestor no *campus* da Capital, encaminhou um ofício para o
2740 Prefeito, Professor Hermes, com alguns questionamentos acerca da violência
2741 sofrida pelos estudantes, bem como a respeito da destinação da verba
2742 arrecadada no evento, no caso questionando se haveria, por exemplo, a
2743 possibilidade de reverter uma parte dela para as reformas estruturais de que
2744 tanto carece o CRUSP; ofício esse que eu encaminhei, com o meu nome, para
2745 o Gabinete do Magnífico Reitor, Professor Vahan. Da minha parte, recebi uma
2746 resposta do Gabinete da Reitoria que gostaria de compartilhar aqui com os
2747 Senhores e com as Senhoras, que em relação ao repasse desses mais de R\$
2748 500 mil arrecadados, nos foi informado que a Universidade não pode reverter
2749 esse valor para algo que não seja a manutenção da Raia e do CEPEUSP, o
2750 que me parece bastante coerente. Até aí é tudo certo. É claro que eu ainda me
2751 pergunto se esses meio milhão de reais vale o risco que a realização do evento
2752 trouxe para milhares pessoas, não apenas para os milionários que circularam
2753 pelo evento, mas para os funcionários que ali trabalharam e para os
2754 estudantes. Enfim, me pergunto quanto vale uma vida para a nossa

2755 Universidade. Mas, vamos para o segundo ponto que foi o que mais me
2756 espantou, que foi a omissão completa da Universidade em relação aos
2757 questionamentos acerca da violência policial, da ação de truculência da PM
2758 cuja a base móvel na Cidade Universitária foi há poucos meses reformada para
2759 uma base fixa, que fica próxima ao CRUSP, inclusive. Veja, não somos nós
2760 que nos orgulhamos da função social que a USP tem cumprido ao longo das
2761 últimas décadas, porque agora, além da gente se voltar para esse
2762 negacionismo, com o aumento da contaminação, das mortes pela COVID-19
2763 aqui em São Paulo, insistimos em fechar os olhos para um problema tão
2764 recorrente como o da violência policial. Eu utilizo da minha palavra aqui para
2765 perguntar se essa é a forma que a Universidade enxerga a resolução dos
2766 problemas públicos dos estudantes, ou se a nossa Reitoria vai se posicionar de
2767 outra forma em relação a esse ato de violência, ou se teremos que esperar que
2768 ele se repita; quantas vezes mais vai ter que repetir? Se nós estivéssemos nos
2769 reunindo presencialmente essa minha fala seria recebida da mesma forma que
2770 foram recebidos os estudantes que se manifestaram naquele dia? Eu acredito
2771 que não. E eu acredito também que seja prudente e necessário que essa
2772 resposta venha da Universidade. Então, queria trazer essa insatisfação aqui
2773 em relação a esse caso, que muitos já tinham se esquecido, apesar de ter sido
2774 há menos de um mês, para que ele não seja apagado e repetido no futuro.
2775 Obrigada” **Cons. Reinaldo Santos de Souza**: “Quero me ater a três temas, a
2776 princípio, mas em primeiro lugar acho que é fundamental registrar, já que essa
2777 é a última reunião do Conselho Universitário de 2020, que esse foi um ano
2778 difícil, não só para nós na Universidade, mas para o mundo inteiro.
2779 Particularmente, no caso da Universidade, nós já temos - segundo o
2780 levantamento que o SINTUSP tem feito - 16 funcionários que vieram a falecer
2781 vítimas de COVID. Queria registrar isso aqui. Alguns desses são funcionários
2782 terceirizados, a maioria funcionários efetivos. Alguns desses funcionários
2783 inclusive, sobretudo os terceirizados, faleceram vítima de COVID e,
2784 provavelmente, adquiriram a doença ainda durante o trabalho; e os dois últimos
2785 falecimentos foram de funcionários do Hospital Universitário, que mesmo sendo
2786 pertencentes ao chamado ‘grupo de risco’ seguiram trabalhando
2787 presencialmente, a despeito, inclusive, de uma liminar que nós conseguimos na
2788 justiça, que estabelece o afastamento desses funcionários de ‘grupo de risco’.

2789 Sobre o tema do HU, certamente as minhas colegas depois falarão mais sobre
2790 isso. Acho muito importante registrar, porque isso não pode passar
2791 despercebido pelo Conselho Universitário da USP. Penso que se a USP não
2792 parou - esse ano, de fato, ela não parou - e seguiu demonstrando a sua
2793 relevância para a sociedade, isso se deu graças ao trabalho dos docentes, mas
2794 também - e com grande peso - dos funcionários dessa Universidade, que
2795 mantiveram suas atividades em condições adversas em muitos momentos,
2796 alguns deles das áreas essenciais, sobretudo de maneira presencial e a maior
2797 parte através do trabalho remoto, do teletrabalho, inclusive, num primeiro
2798 momento, improvisado. Desse ponto de vista, acho que é fundamental que os
2799 funcionários exijam e queiram respeito por parte da gestão da Universidade.
2800 Digo isso por dois dos temas que vou abordar agora, rapidamente. O primeiro é
2801 que no final de outubro nós fomos surpreendidos por uma atualização do Plano
2802 USP de Retorno Gradual das Atividades Presenciais, feito de maneira
2803 totalmente unilateral, que estabelecia, naquele momento, um retorno
2804 compulsório de praticamente todos os funcionários da Universidade, de
2805 maneira presencial; e era um plano que tinha muitos problemas, quero dizer,
2806 não tinha nenhum embasamento científico do ponto de vista das suas
2807 justificativas, inclusive não demonstrava nem mesmo preocupação com a
2808 organização do trabalho. Em que pese o fruto da pressão que nós exercemos,
2809 da nossa mobilização e também do quanto esse plano gerou problemas nas
2810 Unidades; em que pese que a Reitoria tenha recuado parcialmente disso e
2811 tenha retirado a compulsoriedade, deixou a critério do dirigente da Unidade a
2812 decisão desse retorno presencial, ou não, o conjunto desse Plano segue
2813 vigente. Em face disso, inclusive, nós do SINTUSP já solicitamos inúmeras
2814 vezes reunião com a Reitoria, desde o início da pandemia, a rigor, algumas
2815 dessas regiões até solicitamos em conjunto com a ADUSP. Lá em março, no
2816 início da pandemia, nos foi dito que a Reitoria não iria nos receber para falar
2817 sobre o assunto porque se trataria de uma questão técnica e não uma
2818 discussão política a ser feita com as entidades. Eu acho que quase um ano de
2819 pandemia já demonstrou que, infelizmente, boa parte até das decisões sobre
2820 ela não têm sido estritamente técnicas. Só queria destacar que mesmo o plano
2821 São Paulo, que tem um suposto embasamento científico, já foi bastante
2822 criticado até por docentes dessa Universidade. Recentemente saiu na Folha de

2823 São Paulo um artigo assinado por três Professores de Ribeirão Preto, e que
2824 depois o próprio Jornal da USP republicou, fazendo uma crítica contundente ao
2825 Plano São Paulo, do Governo do Estado. Desse ponto de vista, essa
2826 justificativa de que se trata de uma questão técnica não proceder e por isso nós
2827 insistimos tanto em relação à necessidade de uma reunião para discutir esse
2828 conjunto de políticas diante da pandemia, em relação aos funcionários.
2829 Felizmente, hoje recebemos o e-mail da Reitoria marcando a reunião, mas,
2830 infelizmente, também essa reunião não contará com a presença do Reitor.
2831 Esperamos que ela não seja uma reunião apenas formal, mas que possamos,
2832 de fato, avançar para que todas as decisões relacionadas ao enfrentamento da
2833 pandemia, ou mesmo a organização de um eventual retorno e etc., seja feito de
2834 maneira democrática, com a participação de funcionários e também de
2835 docentes, já que inclusive as aulas estão previstas para serem retomadas em
2836 janeiro, presencialmente, e até agora não houve nenhum pronunciamento que
2837 tenhamos visto da Reitoria, revendo essa posição, apesar da situação
2838 preocupante da pandemia no momento. Um segundo comentário rápido, ainda
2839 relacionado à necessidade de respeito para com os funcionários, isso talvez
2840 surpreenda os docentes que estão aqui presentes nessa reunião. Temos agora
2841 um recesso de final de ano e, para professores e estudantes, ele é um período
2842 de descanso. Para os funcionários não é bem assim, porque embora também
2843 descansemos, entre aspas, temos que pagar essas horas ao longo do ano. O
2844 que surpreende é que esse ano é extraordinário, de pandemia. A Reitoria
2845 soltou um ofício com as horas do recesso, de pontes de feriados que não
2846 considera e nem cita o fato desse ano excepcional e de que estamos numa
2847 pandemia, e não faz o menor sentido fazer com que os milhares de
2848 funcionários dessa Universidade tenham horas negativas computadas de
2849 maneira compulsória no seu ponto, que vão ter que compensá-las depois;
2850 inclusive, nem sabemos quando, tendo em vista a situação excepcional da
2851 pandemia, contrariando até mesmo o nosso Acordo Coletivo de Trabalho, que
2852 garantia ao funcionário que não quiser ter horas negativas, trabalhar nesses
2853 dias; só que ele não pode fazer isso, neste momento, pelo menos
2854 presencialmente, porque temos uma situação de pandemia, seria absurdo e a
2855 Reitoria e o DRH têm soltado comunicados às Unidades dizendo que esse
2856 trabalho não pode ser feito no recesso de maneira remota. Então é um absurdo

2857 também, esperamos que se não pudermos debater esse assunto na reunião
2858 que está marcada com a Reitoria, que a COPERT pelo menos responda às
2859 nossas solicitações de reunião sobre esse tema, pois já foram pelo menos seis
2860 solicitações sem resposta. Um último comentário, agora bem rápido, é sobre o
2861 tema do Estatuto de Conformidade de Condutas. Eu não sei exatamente quais
2862 foram as *fakes news* às quais o Reitor se referiu no início da reunião, de todo
2863 modo é sim um fato de que os prazos são exíguos e acho muito importante que
2864 tenhamos um período maior para essa discussão, porque de acordo com o que
2865 o próprio Reitor apresentou no último Conselho, que inclusive já saiu em Diário
2866 Oficial, nós teremos até o dia 15 de janeiro, ou seja, menos de um mês exato
2867 para colher sugestões da comunidade. E depois isso vai passar por uma
2868 Comissão de Sistematização e nem sabemos quais sugestões serão acatadas
2869 por esta Comissão, já que ela é formada apenas por Dirigentes da
2870 Universidade; não tem nem participação de funcionários ou de estudantes. E,
2871 depois teria uma consulta pública, que se entendi bem, seria uma consulta sim
2872 ou não ao documento final apresentado por essa Comissão. Não seria mais um
2873 período de novas sugestões. Nós achamos muito importante que tenha uma
2874 revisão do Estatuto Disciplinar da Universidade, mas isso tem que ser feito de
2875 maneira ampla e democrática. Honestamente, mesmo fazendo isso através
2876 unicamente do Co, já não é ampla o suficiente, e ainda com esses prazos
2877 exíguos é ainda mais restritivo. Então, nós vamos ter um Estatuto que já vai
2878 sofrer e nascer carente da legitimidade necessária do conjunto da
2879 Comunidade; porque também não basta apenas ter sugestões individuais é
2880 preciso que tenhamos condições de fazer uma discussão ampla e coletiva
2881 sobre o assunto, não é uma questão de cada um mandar um *e-mail* com uma
2882 sugestão que sai da sua cabeça. É fundamental que as categorias e não só
2883 internamente elas, mas em diálogo com as outras, possam discutir
2884 coletivamente o tema. Por isso, reforço a solicitação que já foi feita por alguns
2885 outros Conselheiros, de que os prazos sejam revistos. Obrigado e desculpa por
2886 falar um pouco além do tempo previsto, mas achei que era necessário.” **Cons.ª**
2887 **Maria Laura Souza Mesquita**: “Sou Coordenadora Geral do DCE Livre da
2888 USP, Gestão Nossa Voz. Farei uma fala bem breve, tenho só três pontos na
2889 verdade. O primeiro, até não tão recente assim, mas acho que é muito
2890 importante porque ainda não foi falado nesse espaço, que é sobre uma vitória

2891 muito grande que tivemos nesse último período em relação à permanência
2892 estudantil na nossa Universidade. Durante o ano de 2020, nós do DCE
2893 construímos, em conjunto com os estudantes, uma campanha chamada
2894 “Instala já”, pela instalação de internet no CRUSP. E quando a pandemia
2895 chegou, acho que ficou ainda mais claro o quanto o acesso à internet é
2896 fundamental para que os estudantes tenham condições dignas de acompanhar
2897 as aulas. Recentemente essa demanda foi atendida, com o início do processo
2898 de instalação da internet no CRUSP. Essa é uma vitória muito grande, não só
2899 para os estudantes, mas também para a Universidade, para construção de uma
2900 Universidade que seja, de fato, pública e inclusiva. Sobre esse ponto eu queria
2901 agradecer, especialmente ao Professor Hernandes e ao Professor Gerson, da
2902 SAS, por estarem sempre muito dispostos a nos ouvir para atender uma
2903 demanda que é tão fundamental quanto essa. Em segundo lugar, é mais um
2904 informe de que o nosso DCE, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação,
2905 estamos fazendo uma avaliação sobre como foi o ensino remoto durante o ano
2906 de 2020. O formulário que estamos passando já conta com mais de seis mil
2907 respostas, e a ideia desse formulário é entender, na visão desses estudantes, o
2908 que funcionou e o que não funcionou durante esse período, de forma que
2909 possamos levantar dados para melhorar o ensino na USP de forma geral no
2910 período de pandemia. E, o último ponto que quero colocar é reforçar o pedido
2911 de inclusão de pauta, que foi colocada pela Professora Raquel Rolnik e
2912 também pedir pelo adiamento da consulta pública, uma vez que é necessária
2913 uma discussão muito mais ampla sobre o Estatuto de Condutas. Muito
2914 obrigada.” **Cons. Daniel Freitas Porto:** “Quero começar minha fala reiterando
2915 também o pedido da Professora Raquel, de inclusão de pauta, e o pedido de
2916 adiamento da consulta do Estatuto de Conformidade, e reforçar também a
2917 proposta da Amanda acerca da retomada do GT, inclusive com a participação
2918 discente. Eu queria, na verdade, trazer uma discussão que tem acontecido,
2919 principalmente em Bauru e região, sobre um movimento que surgiu por lá
2920 chamado “O HC não pode morrer”, capitalizado principalmente pelos
2921 estudantes de Medicina da Faculdade de Odontologia de Bauru, que hoje
2922 contempla três cursos: Odontologia, Fonoaudiologia e Medicina. Na discussão
2923 os estudantes têm feito uma reivindicação muito forte pelo funcionamento
2924 desse HC que aumentou seu número de leitos nesse período de pandemia,

2925 mas hoje já tem um prazo de validade acerca disso. Enviei *e-mails* para o
2926 Gabinete da Secretaria Geral, para o Gabinete do Reitor e para o Gabinete do
2927 Vice-Reitor na última semana, fazendo alguns questionamentos sobre isso,
2928 dado que essa foi justamente uma temática e, principalmente, o pleno
2929 funcionamento desse Hospital surgiria após a criação do Curso de Medicina,
2930 que se deu 2017, que hoje depende de um acordo de cooperação entre a
2931 Universidade e o Governo Estado de São Paulo, que se encontra parado na
2932 Secretaria de Saúde e hoje é uma reivindicação muito forte por parte desse
2933 movimento dos estudantes de lá, solicitando um posicionamento, de fato, da
2934 Reitoria sobre esse caso. E a defesa do HC não é só uma reivindicação dos
2935 estudantes de Saúde na Faculdade de Bauru, mas também da região. Há uma
2936 demanda histórica da região, então é um movimento que tem tomado uma
2937 dimensão muito grande, afeta bastante a sociedade civil. Trouxe essa questão
2938 na última COP e apresento aqui também no Conselho Universitário e peço, por
2939 gentileza, a resposta ao meu *e-mail* e, também, um posicionamento da Reitoria
2940 em relação a esse caso. No mais, também coloco minha preocupação acerca
2941 do PL 627 e dos cortes da FAPESP. Nós fizemos uma discussão sobre as
2942 incertezas do próximo período e, também, aos ataques à autonomia
2943 universitária, sem dúvida alguma será essencial que nos posicionemos contra
2944 isso e que a Universidade, de fato, esteja contrária à aplicação dessa PL,
2945 assim como acho que todos os Conselheiros apoiaram o posicionamento do
2946 CRUESP. Agradeço a oportunidade da minha fala. Boa noite a todos” **Cons.^a**
2947 **Carlota Josefina Malta Cardoso dos Reis Boto**: “Penso que serei repetitiva,
2948 mas acho que isso indica, talvez, a relevância do tema que nós estamos aqui
2949 discutindo. Na verdade, inscrevi-me por duas razões. Primeiro, gostaria de
2950 tocar num assunto que penso que apenas o Reinaldo falou, que diz respeito à
2951 questão das aulas no semestre que vem. Nós ainda não temos clareza e seria
2952 importante a Reitoria dar uma diretriz sobre se essas aulas serão remotas,
2953 serão híbridas ou serão presenciais. Eu sei que nós estamos, de alguma
2954 maneira, acompanhando o Plano São Paulo, mas é importante que tenhamos
2955 alguma antecedência nessa decisão, porque é diferente nos prepararmos para
2956 uma aula remota e uma aula híbrida; e uma aula híbrida, sobretudo,
2957 demandará uma certa logística que não se faz de uma hora para outra. Então,
2958 se for esse o caso, seria interessante que a Reitoria desse essa diretriz de

2959 como serão as aulas no próximo semestre. No segundo tema vou retomar a
2960 questão do Estatuto de Conformidade de Condutas. Concordo com o Professor
2961 Vahan quando ele aponta a ideia de que a consulta pública foi democrática,
2962 mas ela é menos democrática do que a representatividade que teriam os
2963 Colegiados, os Departamentos e as Congregações, se tiverem a oportunidade
2964 e o tempo necessário para poderem discutir. Então, gostaria de, em nome da
2965 Congregação da Faculdade de Educação, reforçar essa solicitação que a
2966 Professora Raquel Rolnik faz, de que essa ampliação do prazo possa integrar a
2967 nossa pauta de hoje. Obrigado.” **Cons.^a Vânia Ferreira Gomes Dias:**
2968 “Gostaria de chamar a atenção de todos para as dificuldades que HU enfrenta
2969 e que vem aumentando, em função da não contratação de profissionais. As
2970 trabalhadoras e trabalhadores que fazem parte do quadro funcional do HU
2971 estão muito desgastados e muito adoecidos, e muitos fazem parte do grupo de
2972 risco, inclusive perdemos dois colegas do quadro de efetivos e três colegas
2973 terceirizados durante a pandemia. Não podemos deixar nas costas dos
2974 funcionários do HU, que são do grupo de risco, a responsabilidade por uma
2975 eventual diminuição do atendimento. Esses trabalhadores precisam ser
2976 afastados do trabalho presencial, para que nenhuma vida mais seja perdida.
2977 Esse Conselho Universitário e a Reitoria precisam tomar para si a tarefa de
2978 reestruturação do HU, pois ele é e será cada vez mais necessário durante a
2979 pandemia. Também queria aproveitar e chamar a atenção para essa outra
2980 questão que o Daniel colocou na fala dele, que é sobre a situação do HC de
2981 Bauru, que também precisa ser ativado e funcionar plenamente, para termos
2982 mais um equipamento de saúde que consiga ajudar no enfrentamento da
2983 pandemia. Nós estamos numa situação bastante complicada e todos os
2984 equipamentos de saúde, os serviços de saúde, precisam funcionar plenamente.
2985 De forma que a USP precisa tomar uma providência em relação à assinatura
2986 do acordo e viabilizar o funcionamento desse Hospital. Obrigada a todos. Boa
2987 noite.” **Cons. André Vitor Singer:** “Quero me manifestar no sentido de dar
2988 apoio à proposta da professora Raquel Rolnik, de postergação do prazo para
2989 que possam ser feitas as emendas, as sugestões ao Estatuto de
2990 Conformidade. Mas, além disso, queria transmitir a decisão da nossa
2991 Congregação, que é: faz sentido suspender a tramitação desse processo. Não
2992 só como propôs a Professora Raquel - adiar o prazo das emendas -, mas

2993 suspender a tramitação do processo. Vou explicar o por quê. Eu ouvi com
2994 muita atenção as palavras do Professor Vahan, até pedi para falar naquele
2995 momento, porque é claro que todos nós sabemos que não é intenção da
2996 Reitoria fazer um instrumento draconiano, de repressão a quem quer que seja
2997 a esta altura dos acontecimentos, depois de um ano tão difícil, em que a
2998 Reitoria defendeu bravamente a Universidade de São Paulo perante uma CPI -
2999 essa sim, draconiana. Mas acontece que este documento que foi divulgado traz
3000 algumas coisas que talvez tenham sido fruto de algum equívoco, como por
3001 exemplo, misturar no Estatuto Disciplinar questões que dizem respeito à
3002 avaliação docente, como cumprimento de metas de produção e cumprimento
3003 de obrigações acadêmicas. É uma coisa que a comunidade não consegue
3004 entender, como misturar nesse documento questão relativa às greves. Não há
3005 por que fazer esse tipo de mistura ou falar de possíveis danos à reputação da
3006 Universidade, o que pode indicar, evidentemente, que ninguém – insisto - acha
3007 que essa seja a intenção de quem fez o documento, mas pode indicar uma
3008 coerção à liberdade de expressão. Isso tudo já foi falado, o Prof. Marcílio já
3009 falou e outros Colegas que já me antecederam, mas é muito importante dizer
3010 isso, nesse momento, somando fato de que esse documento está sendo
3011 divulgado no final do ano, pedindo sugestões até o dia 15 de janeiro, que são
3012 férias. Quero dizer, as duas coisas somadas, esses elementos bastante
3013 estranhos que existem no documento que – insisto - devem ter sido equívocos,
3014 somado ao fato dos pedidos de sugestões até o dia 15 de janeiro, suscita todo
3015 tipo de má interpretação. Então, nesse sentido, acho sim que a Congregação
3016 da Faculdade de Filosofia está correta no sentido de pedir a suspensão do
3017 processo, para que isso seja revisto e possamos começar de novo, em bons
3018 termos e para que tenha um bom resultado. Todo mundo quer que haja um
3019 novo Estatuto Disciplinar, ele é necessário, mas que isso não cause esse tipo
3020 de conflito, que parece ser desnecessário, sobretudo na etapa em que nós
3021 estamos. A segunda coisa que queria dizer - já me manifestei nesse sentido na
3022 última reunião do Co, mais eu voltar ao assunto porque vários Colegas que
3023 justamente não são da área de humanidades, como Instituto de Astronomia,
3024 Instituto de Ciências Biomédicas, Instituto de Biociências, o próprio colega
3025 Marcílio, que é da Politécnica, no sentido de que também está causando muito
3026 desconforto, na Comunidade – é a ideia de que é necessário fazer um *ranking*

3027 para progressão horizontal, essa que está prevista para o final de 2021,
3028 atendendo ao conjunto. Insisto que essa manifestação é minha, essa não foi
3029 uma decisão da Congregação, mas a Congregação já tinha tomado uma
3030 decisão sobre isso, no sentido de evitar conflitos que não parecem ser
3031 necessários. Penso que é uma contribuição que a Faculdade de Filosofia deve
3032 dar, de alertar para isso. Queria também aproveitar esses poucos minutos que
3033 me restam para me despedir do Conselho Universitário. Esse também é o
3034 último Conselho, pois meu mandato termina dia 6 de março e como tenho
3035 pouco tempo aqui, não poderei agradecer a todos com os quais tive a
3036 oportunidade de conviver durante esses quatro anos aqui, mas queria dizer que
3037 preciso agradecer a confiança da minha Congregação, da Faculdade de
3038 Filosofia. Vim para esse Conselho com o objetivo de que a voz da Faculdade
3039 de Filosofia fosse ouvida nos debates centrais da Universidade, e confesso
3040 que, com certo bairrismo, fiquei muito contente hoje de ouvir o Professor Fábio
3041 Frezatti dizer, com todas as letras, que a Faculdade de Filosofia é a maior
3042 Unidade desta Universidade, de quem nós tanto orgulhamos a Universidade de
3043 São Paulo. É claro que a Faculdade de Filosofia não tem a menor pretensão
3044 de, por seu tamanho, se impor a ninguém, mas nós achamos importante que a
3045 nossa voz seja ouvida na Universidade e, particularmente, no Conselho
3046 Universitário. De forma que queria agradecer a todos, mesmo aqueles com os
3047 quais eu tive divergências, ao longo destes quatro anos, e aprendi muito com
3048 todos, ouço todos com muita atenção e foram, realmente, momentos de muito
3049 enriquecimento para mim. Também, não poderia deixar de mencionar o papel
3050 da Professora Maria Arminda e agora do Prof. Paulo Martins, que estão nessa
3051 tarefa de colocar Faculdade Filosofia no centro do debate da USP e, também,
3052 agradecer a cordialidade do Professor Vahan, que em todo momento se
3053 mostrou um Dirigente democrático deste Conselho e permitiu que as
3054 divergências, que às vezes são bastante acirradas, pusessem vir à tona. Muito
3055 obrigado a todos, e continuamos juntos.” **M. Reitor:** “André, não estava
3056 sabendo que hoje era seu último dia. Agradecer em meu nome e em nome de
3057 todos os Conselheiros, porque você teve uma atuação muito proativa. E apesar
3058 de você dizer que é um pouco aguerrido, não você foi bastante conciliador em
3059 vários momentos importantes dessas reuniões. Então, certamente, você vai
3060 continuar ajudando a nossa Universidade e a Faculdade de Filosofia. E quero

3061 reforçar o agradecimento.” **Cons. André Singer:** “Obrigado Prof. Vahan.”
3062 **Cons.^a Bárbara Della Torre:** “Trabalho no Hospital Universitário, para quem
3063 não me conhece, para quem está vendo pela primeira vez o Conselho
3064 Universitário. Quero, a partir daqui, homenagear os meus companheiros de
3065 trabalho, o José Sápia e a Selma, dois funcionários com mais de 30 anos do
3066 Hospital Universitário, que perderam suas vidas trabalhando, que eram do
3067 grupo de risco e que não foram liberados. Por isso, desde já, afirmo que a
3068 minha posição e a das Assembleias do HU são de defesa da liminar que exige
3069 o cumprimento da liberação do grupo de risco e a escala de revezamento para
3070 proteger a vida dos trabalhadores do Hospital Universitário. E reafirmo também
3071 uma posição e uma exigência para a Reitoria da USP, que impeça qualquer
3072 represália que as terceirizadas do Hospital Universitário estão tendo, já nesse
3073 momento, mesmo com salários minúsculos, estão perdendo cesta básica e
3074 direitos elementares, por causa da mobilização que fizeram para exigir uma
3075 resposta sobre os seus direitos que, até então estavam sendo ignorados, tanto
3076 pela administração da empresa Higienix quanto pela administração do Hospital
3077 Universitário. Esse ano foi um ano muito difícil para todos no mundo, no país,
3078 na USP e, em particular, para os trabalhadores da Saúde, que ficamos
3079 trabalhando durante toda a pandemia e penso que é importante vermos e
3080 fazermos um balanço mais político do ano, sabendo que a Universidade foi
3081 muito atacada pelo reacionarismo do Bolsonaro, pelo anticientificismo que ele
3082 prega, mas também foi atacada pela direita tradicional desse país e várias
3083 instituições que tentaram, a todo custo, junto inclusive com o Bolsonaro e as
3084 instituições do golpe institucional que teve em 2016, aplicar uma série de
3085 ajustes contra a Universidade, contra os trabalhadores, minando, inclusive a
3086 possibilidade de futuro da juventude. Então, nesse balanço, acho que
3087 chegamos às eleições com uma disputa dura entre a direita e extrema-direita.
3088 Foi isso que estava acontecendo e o grande vencedor das eleições foi
3089 justamente a direita tradicional, o “Centrão” como se costuma dizer na mídia, e
3090 dessas instituições do golpe. Acho que é importante ver que não teve só um
3091 ataque vindo do Bolsonaro, mas de todas essas instituições deste regime; e
3092 acho que demonstra que esse regime vem tomando um contorno cada vez
3093 mais autoritário, não só pelas medidas que o judiciário vem tomando contra os
3094 direitos dos trabalhadores, mas também com a eleição de cinquenta militares

3095 para as prefeituras e mais oitocentos militares para cargo de vereador. Isso
3096 mostra bastante o que significa esse regime muito mais autoritário. Penso ser
3097 importante remarcar isso, porque significa uma relação de força ainda mais
3098 favorável aos ataques contra os nossos direitos, contra a Universidade, contra
3099 a liberdade de expressão, contra os serviços públicos e, portanto, também,
3100 contra a educação e as universidades públicas. E por isso, o combate não
3101 pode ser apenas ao Bolsonarismo, mas também contra todo esse regime
3102 golpista. De forma que queria deixar bem marcado isso, porque as
3103 universidades podem, sim, ser uma trincheira na defesa da democracia, na luta
3104 contra a extrema-direita, contra o negacionismo, mas desde que ela não
3105 reproduza aqui, internamente, esses mesmos ataques, a mesma repressão aos
3106 trabalhadores, aos estudantes e aos professores que se mobilizam, como vem
3107 sendo a orientação da Reitoria, em ataques aos trabalhadores, ao Sindicato
3108 dos Trabalhadores da USP, que é um instrumento elementar de organização
3109 dos trabalhadores e um pilar também da democracia, a existência do Sindicato
3110 e o direito à organização. E contra os estudantes, como vimos a Conselheira e
3111 representante dos estudantes denunciaram que a violência policial e, inclusive
3112 a facilidade com que o Professor Vahan quis relativizar toda a precarização que
3113 vivem os estudantes do CRUSP, falando que não tinha muita relação. No
3114 Conselho Universitário passado ele falou: 'não tem muita relação entre a
3115 insatisfação dos estudantes de ver um evento milionário, como Boat Show
3116 acontecer enquanto eles, ali, estão com a estrutura caindo aos pedaços'.
3117 Então, é em base à repressão, à violência policial que essa Reitoria e esse
3118 Conselho vão querer estruturar o diálogo dentro da USP? Acho que está muito
3119 bem a pergunta que foi feita pela estudante. Por isso, acho que o Estatuto de
3120 Conformidade de Condutas, ainda que tenha partido, como o Prof. Vahan
3121 mencionou, de uma exigência dos estudantes para superar o que foi feito no
3122 período da ditadura militar, no conteúdo mantém uma perseguição que é típica
3123 de governos autoritários e patronais, que criminalizam as greves e define como
3124 infração individual a adesão à greve se colocar em prejuízo a continuação dos
3125 serviços. Bom, até a posição do Dr. Souto Maior, Juiz do Trabalho, define que
3126 greve é sim para colocar um empecilho para a organização do trabalho, que é
3127 o único instrumento, único meio dos trabalhadores fazerem pesar a sua força.
3128 Então, é bastante preocupante esse conteúdo que se mantém na proposta

3129 inicial do Estatuto; e o Prof. Vahan fala em consulta, mas como já
3130 denunciaram, ela se dá em meio às férias estudantis, na pandemia e condena,
3131 olha só, a decisão final deste Estatuto a esse Conselho Universitário
3132 antidemocrático. Porque - veja bem - a maioria da comunidade USP é
3133 composta por estudantes, segundo maior setor são os trabalhadores e nós não
3134 temos nosso peso expresso nesse Conselho, por isso ele é antidemocrático.
3135 Então, não são democráticas nem as decisões do Conselho, nem tão pouco as
3136 resistências. De forma que, no mínimo, a votação do Estatuto deveria ser
3137 prorrogada, faço coro com os Colegas que colocaram esse elemento ou,
3138 inclusive como o Prof. André Singer já colocou, a contestação integral desse
3139 projeto. Mas acho que, além disso, para ser de fato um produto da discussão
3140 coletiva, de decisões coletivas, da comunidade, seria necessário, de fato, uma
3141 assembleia estatutária, onde cada membro desta comunidade tivesse seu peso
3142 expresso através do voto; ou seja, que esse Estatuto fosse decidido através do
3143 voto universal e não da decisão desse Conselho, que é totalmente restrito.
3144 Enfim, quero lembrar também dessa perspectiva de fazer um balanço do ano
3145 que passou, muito difícil, que esse foi um ano de luta dos negros contra o
3146 racismo e como eu denunciei aqui em uma reunião anterior do Co, a moção de
3147 apoio à luta negra que foi votada pelo Co, ela não passa de demagogia, já que
3148 não cabe a responsabilidade da USP; as decisões que essa Reitoria toma são
3149 de precarização à vida dos negros, que dentro da Universidade estão
3150 majoritariamente nos postos de trabalho precarizados. A maior parte dos
3151 negros da USP não são professores, não são estudantes, são sim
3152 trabalhadores e a maioria terceirizados. E o que vimos a USP fazendo nessa
3153 pandemia foi aproveitar a mesma Lei que o Bolsonaro aprovou, de
3154 possibilidade de redução do contrato, de demissão, de dispensa, deixando
3155 vários trabalhadores sem salários em meio à pandemia, um elemento
3156 fundamental de sobrevivência frente a isso. E agora deixa com que a empresa
3157 Higienix, dentro do Hospital Universitário, reprima as trabalhadoras, as persiga
3158 e torne a vida delas mais infernal ainda, para além dos serviços que elas são
3159 obrigadas a fazer várias vezes sem todas as condições necessárias. E por
3160 último, agora, não posso deixar de denunciar que a FUVEST se nega a permitir
3161 uma prova substitutiva para os vestibulandos que vão prestar o vestibular
3162 agora e estão com COVID, e maior parte desses estudantes que vão ser

3163 restituídos do valor da taxa do vestibular são negros. Então, são medidas
3164 elementares que a Reitoria poderia tomar, de fato, para mudar, fazer diferença
3165 na vida dos negros. E, por fim, para não me alongar mais, reafirmo a posição
3166 dos trabalhadores do HU em defesa da manutenção do atendimento de saúde
3167 à população, à comunidade USP e seus dependentes, e que seja cumprida a
3168 liminar. O que me estranha muito é que tenhamos que ter chegado a esse
3169 extremo de entrar com pedido na justiça para que se cumpra um direito que é
3170 elementar, para todos que estão aqui e para quem está ouvindo foi dado esse
3171 direito, foi dado para toda a comunidade USP, e por que não foi dado esse
3172 direito aos trabalhadores do grupo de risco do HU? Por isso é necessário a
3173 imediata contratação de funcionários, com a verba já existente e a Reitoria e a
3174 Superintendência do HU, na figura do Prof. Paulo Margarido, seguem se
3175 negando a fazer essas contratações e sejam efetivados os trabalhadores do
3176 contrato temporário e, também, os trabalhadores terceirizados.” **Cons.^a**
3177 **Elisabete de Santis Braga da Graça Saraiva:** “Diante desse fórum tão
3178 importante de reflexões, de decisões, onde nós trazemos os problemas da
3179 Universidade, eu queria trazer boas notícias, porque acho que precisamos ter
3180 um pouco de ânimo e como sou a última a falar, gostaria de dizer que nós
3181 vamos oferecer o título de Professor Emérito, no próximo dia 18, às 16 horas,
3182 ao Professor Edmo José Dias Campos, que é algo que o Professor Vahan
3183 recomendou, que usemos mais dos nossos títulos. Eu gostaria de dizer que no
3184 do ano 2021 o Instituto Oceanográfico completará seus 75 anos. Em 2021
3185 inicia-se a década dos oceanos e gostaria de dizer a todos que precisamos ter
3186 esperança, uma esperança maior do que todos os oceanos juntos, para que
3187 possamos enfrentar um 2021 com muita saúde - todos aqui - de preferência.
3188 Obrigada Professor por todos os esforços que a Reitoria tem feito em defesa
3189 da Universidade; e parabenizo a todos por tentarmos enfrentar essas
3190 dificuldades. Muito obrigado.” **Cons. Bernardo Luis Rodrigues de Andrade:**
3191 “Sou representante, atualmente, da Congregação da Escola Politécnica e
3192 gostaria de cumprimentar o Professor Vahan, que é Professor da Poli, o
3193 Professor Hernandes e todos do Conselho Universitário. A minha manifestação
3194 como representante da Congregação está associada às diversas
3195 manifestações que foram apresentadas e moções a respeito, tanto da consulta
3196 pública do Estatuto de Conformidades quanto em relação à questão da

3197 progressão horizontal. Nós tivemos hoje diversas manifestações e moções
3198 muito importantes apresentadas aqui nesse Conselho e gostaria de solicitar,
3199 também, que adiássemos a consulta pública e a avaliação desse Estatuto,
3200 porque teremos uma reunião da Congregação da Escola Politécnica depois de
3201 amanhã, onde todas essas moções e manifestações serão apresentadas para
3202 reflexão dos nossos Professores e representantes na Congregação. Da mesma
3203 forma, acho muito importante porque nós temos um ano complicado por causa
3204 da pandemia, temos um final de ano complicado com o recrudescimento da
3205 pandemia, e temos também festas; enfim, um momento de descanso como
3206 alguns dos Conselheiros comentaram, férias etc. É um tempo muito exíguo
3207 para conseguirmos analisar qual a profundidade necessária nos termos do
3208 Estatuto. Então, apoio também, como representante da Congregação da
3209 Escola Politécnica, a solicitação de adiarmos ou estendermos o prazo para
3210 essa avaliação. De outra forma, também, na progressão horizontal, a mesma
3211 coisa, evidentemente já foi adiada uma vez, mas os docentes estão solicitando,
3212 para que possam elaborar, com cuidado, os seus projetos, apresentar com
3213 cuidado os seus indicadores, um prazo um pouco maior para isso. Sabemos
3214 todos que ficamos preparando as aulas, agora a partir de janeiro, fevereiro,
3215 referentes às atividades laboratoriais, tem diversos Professores muito
3216 envolvidos com isso e seria muito importante que houvesse um pouco mais de
3217 prazo para que pudesse se preencher isso e discutir a ordenação da
3218 classificação dos professores também. Então, essa é a minha manifestação e
3219 agradeço. Boas Festas a todos. Obrigado.” **M. Reitor:** “Obrigado a todos que
3220 se manifestaram. Vou apenas tocar em três pontos. Primeiro, o Estatuto de
3221 Conduta, de fato, acho que está havendo muito ruído. O próprio Professor
3222 Tanaka talvez não tenha ouvido a minha fala inicial. Quero dizer, o Estatuto de
3223 Conduta foi para os Conselheiros para eles tomarem ciência, antes de
3224 começarmos a fazer as consultas públicas, toda a burocracia que existe. Então,
3225 ele não passou nem pela Procuradoria Geral, ou seja, ele terá que passar por
3226 lá para depois ser enviado às Comissões e assim por diante. Eu estou vendo
3227 que vocês estão querendo já começar a fazer os debates dentro, e a consulta
3228 pública ser uma coisa complementar. Normalmente, a consulta pública é feita
3229 antes, porque quando os Órgãos Colegiados se manifestam eles se
3230 manifestam de uma forma mais oficial. Uma decisão, por exemplo, da

3231 Congregação da Poli é diferente de uma decisão pessoal sua ou minha. Então,
3232 estou achando curioso, em agosto do ano passado, quando foi feito a mesma
3233 coisa, vocês receberam do Professor Floriano, as Diretrizes, as ideias, vocês
3234 não espalharam isso para suas respectivas Unidades. Vocês pegaram,
3235 discutiram e deram sugestões de volta. Bom, adiar não custa nada, podemos
3236 adiar, só que, por exemplo, se adiarmos para maio, junho, julho, ao voltar e ir
3237 para os trâmites normais, não será analisado em 2021, e como 2022 é uma
3238 nova gestão, a ideia pode ser abortada. Agora, o que me preocupa é o que o
3239 Prof. André falou: a questão da Faculdade de Filosofia achar que vale a pena
3240 suspender a proposta do Estatuto. Isto é uma coisa que também podemos
3241 analisar. Para mim, adiar, por exemplo, até por mais 15 dias, um mês, tudo
3242 bem, mas vocês estão pedindo prazos para poder fazer debates e discussões
3243 internas de longo prazo, e a Faculdade de Filosofia está com a sugestão mais
3244 forte, de suspensão para uma reanálise mais detalhada e depois verificar. Eu
3245 vou ter que analisar isso. Vocês poderiam até ficar mesmo suspeitando que eu
3246 estaria deixando isso para o último ano para o futuro Reitor não ter poder; hoje
3247 o que a Legislação Estadual dá de poder ao Dirigente é incrível, porque é de
3248 1968 e a dos alunos é de 1972, eles estão reclamando; o de funcionários e de
3249 docentes é de 1968, um pouco pior. Eu vou analisar, terei que verificar um
3250 pouco, porque eventualmente deixamos isso de lado ou então seguimos as
3251 regras normais. Passo inicialmente na PG, para dar a versão jurídica correta e
3252 então começamos a discutir. Fico preocupado em discutir em Congregação um
3253 texto que não é juridicamente definido pela PG. Vou ter que dar uma
3254 repensada, vai ter reunião de Dirigentes quinta-feira, haverá reuniões ainda até
3255 sexta-feira e eu consigo dar uma checada. A questão da CAD, nós temos dois
3256 Conselheiros que são da Comissão, sei que terá reunião amanhã e peço que
3257 os dois Conselheiros, por favor, transmitam ao CAD o que vocês discutiram
3258 hoje aqui. Acho que é a melhor coisa que vocês podem fazer, eu não vou servir
3259 de intermediário nessa discussão. Vocês são da CAD, vocês transmitem o
3260 *feeling*, os sentimentos desse Conselho. E quanto ao HC de Bauru, quero
3261 deixar claro que a USP já assinou o termo de cooperação. Por alguma razão a
3262 Secretaria não assina. O Secretário anterior tinha prometido que assinaria, só
3263 que ele saiu antes. Não consegui falar com o Secretário atual, mas falei com o
3264 Secretário Adjunto há um mês e, para nossa surpresa, ele alegou que havia

3265 uma falha formal no nosso Acordo. Então, isso me preocupa. Realmente, o HC
3266 de Bauru me deixa muito preocupado, porque se essa falha for formal e nós
3267 tivermos que recomeçar do zero, com jurídicos tendo que aceitar e chegar num
3268 novo acordo. Esse acordo que já está assinado pela USP demorou quase um
3269 ano para ser gestado. Hoje, o Estado usa as dependências do HC, com 40
3270 leitos, em um relacionamento pontual, não generalizada, apenas um acordo
3271 para usar 40 leitos, não de tocar o Hospital. É uma coisa muito tênue e muito
3272 restrita, de forma que a Universidade está preocupada e foi uma surpresa para
3273 nós, foi uma ducha de água fria sabermos que tem uma falha formal no Acordo
3274 que nós temos aqui. Quero apenas lembrar que não precisamos nos atacar
3275 internamente, pois já temos grupos muito mais fortes nos atacando, não
3276 precisamos fazer autofagia - já falei isso algumas vezes no passado e volto a
3277 insistir. Pessoal muito obrigado a essa quase centena de Conselheiros que
3278 ficaram até o final da reunião. Muita gente falou isso, mas eu me recuso a dizer
3279 que foi um ano perdido, tivemos dificuldades, a pandemia foi terrível, tivemos
3280 ataques à autonomia; confesso que no meu quase meio século de
3281 Universidade, contando meu tempo de aluno, nunca vi, nem mesmo durante os
3282 regimes militares, ataques tão fortes à nossa autonomia. E continuamos. Como
3283 falei no começo da nossa reunião, se nós não conseguirmos derrubar a
3284 judicialização do reajuste salarial do ano passado, vamos ter sérios problemas.
3285 Porém, não considero ano perdido, pois com todas as dificuldades nós
3286 vencemos, superamos muitos itens. Conseguimos, de uma forma ou de outra,
3287 não frustrar os nossos alunos e mantermos as aulas e, principalmente,
3288 respondemos de uma forma fantástica às necessidades da sociedade através
3289 das pesquisas. Estamos presentes em todos os pontos que a sociedade
3290 precisa. Então, nós temos que nos orgulhar da nossa Instituição, nos orgulhar
3291 dos nossos Colegas e dos nossos parceiros. Quero dizer: pessoal, vencemos,
3292 superamos as dificuldades, saímos fortalecidos; e 2021, certamente
3293 fortalecidos, poderemos ter um ano melhor. E teremos. Então, apesar dos
3294 pesares, apesar das dificuldades, boas festas, mas restritas por favor. Bom
3295 descanso. Espero revê-los todos e todas em 2021 e vamos juntos dar mais
3296 passos decisivos para nossa Universidade. Muito obrigado. Boa noite e bom
3297 2021!" Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por encerrada a
3298 reunião, às 19h30. Do que, para constar, eu,

3299
3300
3301
3302



, Prof. Dr. Pedro Vitoriano Oliveira, Secretário
Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será examinada pelos
Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for discutida e aprovada, e
por mim assinada. São Paulo, 15 de dezembro de 2020.